

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOÃO ANTONIO DA COSTA NETO

**A RELAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO DO GESTOR E DAS
FALHAS INFORMACIONAIS COM A TOLERÂNCIA DO ELEITOR À
CORRUPÇÃO POLÍTICA**

**JOÃO PESSOA - PB
2021**

JOÃO ANTONIO DA COSTA NETO

**A RELAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO DO GESTOR E DAS
FALHAS INFORMACIONAIS COM A TOLERÂNCIA DO ELEITOR À
CORRUPÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

Linha de Pesquisa: Informação Contábil para o Setor Público.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rossana Guerra de Sousa.

**JOÃO PESSOA - PB
2021**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838r Costa Neto, João Antonio da.

A relação do empreendedorismo do gestor e das falhas informacionais com a tolerância do eleitor à corrupção política / João Antonio da Costa Neto. - João Pessoa, 2021.

97 f.

Orientação: Rossana Guerra de Sousa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Corrupção política. 2. Tolerância - eleitor. 3. Empreendedorismo - gestor. 4. Falhas informacionais. I. Sousa, Rossana Guerra de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 324(043)

JOÃO ANTONIO DA COSTA NETO

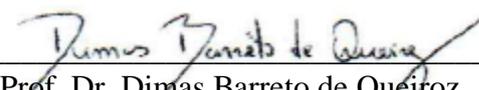
**A RELAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO DO GESTOR E DAS FALHAS
INFORMACIONAIS NA TOLERÂNCIA DO ELEITOR À CORRUPÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

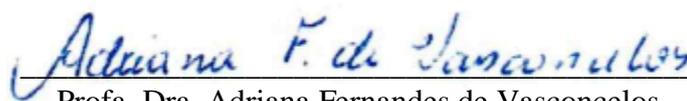
Linha de Pesquisa: Informação Contábil para o Setor Público.

Comissão Avaliadora:

Profa. Dra. Rossana Guerra de Sousa
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – UFPB
(Orientadora)



Prof. Dr. Dimas Barreto de Queiroz
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – UFPB
(Examinador interno)



Profa. Dra. Adriana Fernandes de Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
(Examinadora externa)

A meus pais, minha esposa e meus irmãos, pelo apoio incondicional, a toda minha família, meu bem mais precioso, e a Deus, por sua graça infinita.

AGRADECIMENTOS

O reconhecimento daqueles que foram tão importantes ao longo dessa jornada é essencial, pois de fato, sozinho nunca alcançaria o objetivo. Sou imensamente grato a todos que acreditaram, confiaram e me estimularam a não desistir durante o percurso tão desafiador e tão cheio de aprendizados.

Agradeço primeiramente a Deus, pois creio que tudo ocorre conforme à vontade d'Ele, e sem Ele nada seria possível. Obrigado Senhor, por me permitir progredir dia após dia, por me conceder força nos momentos de fraqueza e por iluminar minha vida.

A meus pais, Rubens e Sebastiana, pelo dom da vida, pelos investimentos em minha educação, pelos valiosos ensinamentos para encarar as batalhas com determinação e humildade, e por sempre serem presentes em minha vida. Pai, obrigado por ser exemplo de perseverança, e Mãe, obrigado pelo cuidado inestimável que sempre tens comigo, vocês são minha base forte.

À minha esposa, Jéssica, pelo companheirismo diário, por ser minha maior incentivadora a fazer o Mestrado, pela paciência ao ouvir meus lamentos, por sempre acreditar em mim, mesmo quando por vezes voltava para casa sem forças e falava angustiado pensando em desistir, você sempre me motivou a buscar esse sonho, se alegrou em cada pequena vitória durante essa jornada, e foi fundamental nessa conquista, meu amor.

A meus irmãos, Robson e Rafaela, pela fraternidade, por sempre estarem ao meu lado quando preciso, por serem exemplos para mim, pelos lindos sobrinhos, Gabriela, Ellis e João Lucas, que fazem meus dias mais leves e felizes, obrigado por todo apoio incondicional.

À minha orientadora, professora Dra. Rossana Guerra de Sousa, pessoa que eu guardo uma profunda admiração e gratidão, por me permitir ser ouvinte quando ainda via o Mestrado como sonho distante, por sempre me motivar e acreditar que eu podia fazer mais, pela paciência, pelos aprendizados constantes, e por todos os conselhos e orientações de grande valia pessoal e profissional.

À minha turma 5 do Mestrado do PPGCC, Diego, Bruno, Thales, George, Leonardo, Matheus, Mariângela e Rayane por todos os momentos compartilhados, juntos nós aprendemos muito e por vezes também sofremos, foram incansáveis atividades, desde apresentação de seminários até a elaboração de artigos. As conversas durante os intervalos, almoços e cafés aliviavam as tensões recorrentes, e fortaleciam a mente para suportar os desafios.

Aos meus amigos doutorandos, Amarando e Marília, que foram essenciais para o meu desenvolvimento durante todo o curso. Amarando, obrigado por ter sido meu irmão mais velho nessa jornada, por seus conselhos, ideias, parcerias em seminários e artigos, ajuda na

dissertação, e por sempre estar disposto a contribuir com seus conhecimentos. Marília, obrigada por toda disponibilidade sempre que precisei, seus conselhos, orientações e ajuda para construção dessa dissertação foram inestimáveis.

Aos colegas de trabalho na Prefeitura Municipal de Sapé, que por muitas vezes tiveram que cobrir minhas ausências no setor de tributos, para que fosse possível a realização desse sonho, com toda certeza, sem o apoio de vocês eu não conseguiria.

A todos vocês, muito obrigado!

“ O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer. ”

(Albert Einstein)

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar como o empreendedorismo do gestor e as falhas informacionais se relacionam com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção política. Com base na revisão de literatura foi proposto um modelo conceitual e definidas as variáveis da pesquisa. O modelo conceitual compreende fatores relacionados com a tolerância à corrupção política (TCP): o Empreendedorismo do Gestor (EG) e as Falhas Informacionais (FI). Sobre as variáveis do estudo, foram definidas como dependente a TCP e independentes o EG e as FI. A amostra foi constituída por 441 participantes, eleitores aptos a votar, distribuídos em três grupos (G1, G2 e G3). O instrumento de coleta de dados foi um *Survey* composto em duas partes: cenários e questionário. Os cenários foram desenvolvidos em vídeos e a escolha aleatória dos participantes por um desses possibilitou a distribuição dos três grupos de pesquisa. O objetivo dos cenários foi avaliar a intenção de reeleição de perfis políticos, descritos como: G1 – Cenário 1 – Político “Nem rouba, nem faz” / G2 – Cenário 2 – Político “Rouba pouco, faz pouco” / G3 – Cenário 3 – Político “Rouba, mas faz”. Quanto ao questionário, foram realizadas coletas de questões demográficas e de 15 (quinze) assertivas estruturadas com sustentação em bases teóricas. As respostas para os cenários e para as assertivas do questionário foram em escala *Likert*. Para análise dos dados foram realizadas estatísticas descritivas e comparações entre os grupos utilizando-se testes não paramétricos, *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*, e de tamanho de efeito, *d* de *Cohen*. Os resultados do estudo indicam que os perfis dos grupos são similares ao perfil médio do eleitor nacional. Os cenários apontam para intolerância à corrupção política, enquanto nas respostas às assertivas os participantes dos grupos G1 e G2 se puseram em contradições que revelaram certa margem de TCP. Nas comparações entre os grupos G1 e G3 a provisão de bens públicos, do fator EG, e eleitor menos sofisticado, do fator FI, foram evidenciadas como as principais variáveis estatisticamente significantes e com tamanhos de efeito moderados. Desse modo, a pesquisa concluiu que o EG se relaciona com a TCP motivado por conflitos internos do eleitor (dissonância cognitiva e cegueira ética) que potencializam o julgamento por benefícios adquiridos e reduzem os valores éticos, enquanto que as FI se relacionam com a TCP por conta da irracionalidade do eleitor.

Palavras-Chave: Corrupção política. Tolerância do eleitor. Empreendedorismo do gestor. Falhas informacionais.

ABSTRACT

This research aimed to analyze how manager's entrepreneurship and informational failures relate to the Brazilian voter's tolerance for political corruption. Based on literature review, a conceptual model was proposed and the research variables were defined. The conceptual model comprises factors related to tolerance for political corruption (TPC): Manager's Entrepreneurship (ME) and Informational Failures (IF). Regarding the study variables, TPC was defined as dependent, while ME and IF were defined as independent. The sample was comprised of 441 participants, eligible voters, distributed in three groups (G1, G2 and G3). The instrument of data collection was a Survey composed of two parts: scenarios and questionnaire. The scenarios were developed in videos and the participants' random choice by one of these made it possible to distribute the three research groups. The objective of the scenarios was to determine the intention to reelect political profiles, described as follows: G1 - Scenario 1 - Politician "Neither steals, nor does" / G2 - Scenario 2 - Politician "Steals little, does little" / G3 - Scenario 3 - Politician "Steals, but does". As for the questionnaire, collection of demographic questions and 15 (fifteen) assertions supported on theoretical bases were carried out. The answers to the scenarios and to the questionnaire's assertions were on a *Likert* scale. For the data analysis, descriptive statistics and comparisons between the groups were performed using non-parametric tests, *Kruskal-Wallis* and *Mann-Whitney*, and the Cohen's *d* effect size. The results of the study indicate that the groups' profiles are similar to the average profile of the national voter. The scenarios point to intolerance for political corruption, while in the responses to the assertions the participants of groups G1 and G2 were put into contradictions that revealed a certain margin of TPC. In the comparisons between the G1 and G3 groups, the provision of public goods, of the ME factor, and the less sophisticated voter, of the IF factor, were evidenced as the main statistically significant variables and with moderate effect sizes. Thus, the research concluded that ME are related to TPC motivated by internal voter conflicts (cognitive dissonance and ethical blindness) which boost the judgment of acquired benefits and reduce ethical values, while IFs are related to TPC due to the voter's irrationality.

Keywords: Political corruption. Voter's tolerance. Manager's Entrepreneurship. Informational Failures.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Árvore da Fraude	23
Figura 2 - Modelo conceitual de fatores relacionados com a tolerância à corrupção política	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo do nível de TCP (intenção de reeleger o político).....	55
Gráfico 2 - Média das assertivas do fator EG, por grupo	63
Gráfico 3 - Média das assertivas do fator FI, por grupo	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As maiores preocupações do Brasil e do mundo em 2020	36
Quadro 2 - Escalas Likert.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de eleitores brasileiros aptos por região	49
Tabela 2 - Perfil dos respondentes.....	52
Tabela 3 - Perfil médio do eleitor por grupos / nacional	54
Tabela 4 - Teste Kruskal-Wallis para todos os grupos, considerando a intenção de reeleição	56
Tabela 5 - Comparações Post-hoc, considerando a intenção de reeleição	56
Tabela 6 - Confiabilidade das assertivas do questionário.....	57
Tabela 7 - Percepção do G1 quanto aos fatores de influência na TCP, por assertiva	57
Tabela 8 - Percepção do G2 quanto aos fatores de influência na TCP, por assertiva	59
Tabela 9 - Percepção do G3 quanto aos fatores de influência na TCP, por assertiva	61
Tabela 10 - Teste Kruskal-Wallis das variáveis independentes do fator EG	65
Tabela 11 - Teste Kruskal-Wallis das variáveis independentes do fator FI	66
Tabela 12 - Comparações Post-hoc, das variáveis significantes do teste Kruskal-Wallis.....	67
Tabela 13 - Teste Mann-Whitney dos grupos 1 e 3, das variáveis independentes do fator EG	68
Tabela 14 - Teste Mann-Whitney dos grupos 1 e 3, das variáveis independentes do fator FI	69
Tabela 15 - Teste de tamanho de efeito, considerando a intenção de reeleição	71
Tabela 16 - Teste de tamanho de efeito, considerando as assertivas.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACFE	<i>Association of Certified Fraud Examiners</i>
BGC	Barômetro Global da Corrupção
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
EG	Empreendedorismo do Gestor
FI	Falhas Informacionais
G1	Grupo 1 – Cenário 1 – Político “Nem rouba, nem faz”
G2	Grupo 2 – Cenário 2 – Político “Rouba pouco, faz pouco”
G3	Grupo 3 – Cenário 3 – Político “Rouba, mas faz”
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP	<i>Internet Protocol</i>
NEI	Nova Economia Institucional
PS	Probabilidade de Superioridade
SM	Salário Mínimo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCP	Tolerância à Corrupção Política
TEP	Teoria da Escolha Pública
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 ABORDAGENS INTRODUTÓRIAS SOBRE CORRUPÇÃO	22
2.2 CONDICIONANTES DO COMPORTAMENTO ELEITORAL	30
2.3 FATORES DE TOLERÂNCIA À CORRUPÇÃO POLÍTICA	37
2.4 MODELO CONCEITUAL.....	42
3 METODOLOGIA.....	45
3.1 VARIÁVEIS DA PESQUISA	45
3.2 DESENHO DOS CENÁRIOS	47
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	47
3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA	49
3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	50
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	52
4.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS GRUPOS	55
4.3 ANÁLISE DO TAMANHO DO EFEITO.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICES	86
APÊNDICE A – Quadro Conceitual	86
APÊNDICE B – Modelagem dos Construtos	88
APÊNDICE C – Cenários da Pesquisa	90
APÊNDICE D – <i>Survey</i> da Pesquisa	93

1 INTRODUÇÃO

Segundo a classificação de fraude ocupacional emitida pela *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE, 2010), as práticas ilícitas ou imorais que ocorrem no ambiente organizacional, público ou privado, podem ser subdivididas em categorias que abrangem as tipologias de apropriação indevida de ativos, demonstrações financeiras fraudulentas e corrupção. Dentre elas, evidencia-se no setor público do Brasil, e nas preocupações que afligem a sociedade, a corrupção, que tem ocupado, não raramente, uma posição de destaque.

O tema, tratado também como corrupção política, é um dos mais importantes tópicos de que os atores e as organizações internacionais têm se ocupado (BRATSIK, 2017). Segundo Abade (2019), a corrupção política consiste no exercício indevido do poder público para o ganho privado ou, em outras palavras, é um abuso da autoridade pública para o benefício privado. Relaciona-se, também, ao uso ilícito do poder estatal para benefício particular, que causa prejuízos diretos ou indiretos ao erário e, por conseguinte, a toda a sociedade.

De abrangência global, a corrupção apresenta incidência variada, e sua prática geralmente é mais difundida e mais sistematicamente enraizada nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos (BONIFÁCIO, 2013). A prática da corrupção política favorece a monopolização de poder, fragiliza a força social democrática e impede a evolução de estruturas de boa governança, em que o Estado passa a ser tratado como fonte de vantagens privadas (MUNGIU-PIPPIDI, 2013).

No Brasil, a corrupção política afeta as relações econômicas, sociais e judiciais, compromete a confiança e o bem-estar social da população (GARCIA; TEODÓSIO, 2020) e aponta para a prevalência de um discurso de aparente rejeição social à corrupção política nas comunidades locais (BONIFÁCIO, 2013; WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013; PEREIRA; MELO, 2015).

No entanto, a corrupção política não é exercida pelo agente público sem a anuência, mesmo subjetiva, ou a tolerância da sociedade, que pode ser representada, explicitamente, pelo eleitor. Evidências da literatura (FILGUEIRAS, 2009; BONIFÁCIO; FUKS, 2016; BARROS; GOLDSZMIT; PEREIRA, 2019; ROTHSTEIN, 2019) apontam que o eleitor, agente fundamental da democracia, pode ser tão responsável pela perpetuação da corrupção política quanto o agente corrupto (político ou gestor público), ou seja, as características, o comportamento e as decisões do eleitor, bem como sua propensão à tolerância à corrupção política favorecem a continuidade do cenário corrompido no sistema público onde atuam ambos os agentes.

Em um sistema democrático, como o brasileiro, em que a participação do cidadão no processo político é, por questões diversas, vislumbrada unicamente pelo momento do voto e reduz a sua participação política quase exclusivamente às eleições (SANTOS et al., 2013), a relevância de sua escolha para a continuidade ou a redução do quadro de corrupção política é destacada, especialmente se admitir, tolerar ou flexibilizar seus valores éticos e de conduta em relação à corrupção política em detrimento de outros “ganhos” como produtividade.

O conhecimento da lacuna existente no conflito entre o juízo de valor e o de necessidade, antinomia própria e característica das sociedades contemporâneas (FILGUEIRAS, 2009) é uma *proxy* para se compreender o grau de repulsa ou tolerância à corrupção política na sociedade, ou seja, em que medida há aceitação social de políticos corruptos pelo eleitorado, desde que esses atendam aos anseios das comunidades que governam.

Como tema multiparadigmático, as possíveis explicações para os condicionantes do comportamento do eleitor frente à escolha de políticos em um ambiente corrupto abordam, dentre outros, desde o viés econômico, da Teoria da escolha racional (DOWNS, 1957), e seu contraponto da irracionalidade (CAPLAN, 2011), até aspectos de natureza cognitiva (FESTINGER, 1957; LORD; ROSS; LEPPER, 1979; MULLAINATHAN; WASHINGTON, 2007).

As múltiplas abordagens apresentadas refletem a impossibilidade de se entender o fenômeno sob um único recorte. Quanto à abordagem econômica, analisa-se o jogo de custo e benefício (FIGUEIREDO, 2008), e passa-se pela hipótese da irracionalidade, que propõe que os eleitores com tempo escasso e que assumem seus votos como pouco decisivos, tendem a manter suas crenças irracionais (SHIKIDA et al.; 2019) e até mesmo com comportamento vinculado à afetividade (BARROS et al., 2012)

Quanto aos condicionantes cognitivos do eleitor, tais abordagens se referem às escolhas com base na própria consistência interna, diante da apresentação de informações simétricas ou não, compreendendo o viés de confirmação (LORD et al., 1979), e a dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957; MULLAINATHAN; WASHINGTON, 2007).

Em que pesem as diversas explicações para o lado do comportamento dos eleitores entendido como negativo e a ação dos agentes públicos que patrocinam a continuidade da corrupção nos sistemas políticos, a Academia também contempla abordagens teóricas que explicam esse fenômeno sob o ponto de vista mais “positivo” em seu contexto geral.

Uma explicação denominada de *grease the wheel*, ou graxa sobre rodas, aponta para efeitos positivos da manutenção de um certo nível de corrupção, que serviria para “lubrificar as

engrenagens” da economia e reduzir os problemas relacionados à burocracias e o excesso de regulamentações (MÉON; WEILL, 2010; DREHER; GASSEBNER, 2013; ALVES, 2018).

Nessa ancoragem “positiva” no Brasil, uma variante da corrupção política em especial, surgiu a partir da década de 1950 e foi denominada de política do “Rouba, mas faz”. Explorada em algumas pesquisas (COTTA, 2008; WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013; BONIFÁCIO, 2013; PEREIRA; MELO, 2015), ela define uma proposta política que minimiza valores éticos ou a importância do comportamento corrupto dos agentes políticos com a justificativa de que é necessário executar obras e demais bens e serviços públicos oferecidos durante a gestão.

Divulgado pela imprensa nacional, o termo “Rouba, mas faz” designa políticos que gozam de popularidade, por serem vistos como executores de obras ou por realizarem bons governos, mas são corruptos (BONIFÁCIO, 2013). A expressão “Rouba, mas faz” relacionou-se primeiramente a Adhemar de Barros (COTTA, 2008) e descreve um padrão que interliga empreendedorismo e corrupção, já que políticos constroem uma reputação de eficiência como gestores públicos e, paralelamente a isso, acumulam riqueza privada por meio da corrupção (PEREIRA; MELO, 2015).

Os resultados do estudo de Pereira e Melo (2015) evidenciaram aspectos dessa tolerância, em que altos níveis de gastos públicos, mesmo com indícios de utilização criminosa, poderiam influenciar eleitores a tolerarem políticos corruptos, já que existe uma forma de compensação em bens públicos para a população. Assim, aponta para um juízo de necessidade do eleitor que poderia ser levado a reduzir a importância do juízo de valor ético ou honesto do político, uma espécie de cegueira ética que acontece quando os valores éticos e morais são relaxados em prol do benefício esperado (JANKÉLÉVITCH, 2008). Em outras palavras, é possível que o eleitor se encontre diante de uma antinomia, em que, apesar de, aparentemente, rejeitar a corrupção política, tolera o político corrupto em prol do benefício, mesmo não claramente evidenciado, gerado por ações produtivas da gestão pública.

Essa permissividade do eleitor, como no caso do conceito de “rouba, mas faz” é objeto de estudos (BALÁN, 2014; BONIFÁCIO; FUKS, 2016) que buscam encontrar fatores que influenciam a tolerância à corrupção política. Sobre os fatores estudados nesse contexto, destacam-se, dentre outros, a provisão de bens públicos ou empreendedorismo do gestor (WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013; PEREIRA; MELO, 2015) e as falhas informacionais (FERRAZ; FINAN 2008; BALÁN, 2014; BARROS et al., 2019).

O empreendedorismo do gestor, analisado nesta pesquisa, consta em estudos anteriores (WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013; PEREIRA; MELO, 2015) e têm como *proxy* a execução de políticas públicas, programas e investimentos em infraestrutura e; obras concluídas

(escolas, hospitais, estradas, ferrovias, aeroportos, praças etc.) atreladas à corrupção política, isto é, relaciona-se com a prática corrupta do “rouba, mas faz”, em que a presença de elementos que funcionam como “entrega de bens públicos” necessários altera a percepção sobre o gestor e influencia a decisão do eleitor.

Os estudos empíricos que visam entender como o eleitor pode ter uma visão opaca sobre aos casos de corrupção no processo eleitoral e, assim reconduzir gestores corruptos, sob o ponto de vista da ocorrência de falhas de natureza informacional, atribuem a elas uma forma de apoiar a políticos corruptos, já que os eleitores, potencialmente desinformados, podem recompensar políticos corruptos por causa da incapacidade de distinguir os aspectos éticos e morais do candidato (FERRAZ; FINAN, 2008; BALÁN, 2014; BARROS et al., 2019).

Em geral, as falhas informacionais são atribuídas à assimetria informacional, à quantidade e à qualidade na transferência da informação, ou seja, na transparência (CALEMAN; ZYLBERSZTAJN, 2013; BALÁN, 2014). Esses aspectos são debatidos em diversas vertentes, como as assimetrias sobre a visão do comportamento burocrático do governo e causadas por ilusão fiscal (NISKANEN, 1971), que impactam na transferência informacional, e o nível de sofisticação do eleitor (CASTRO, 1994; PEREIRA; MELO, 2015), que podem implicar em viés de confirmação (LORD et al., 1979) e dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957).

Nesse contexto, os dois fatores mencionados, empreendedorismo do gestor e falhas informacionais, podem perpetuar a corrupção política nos governos, não só devido a ações ligadas ao agente político corrupto, mas também ao consentimento do eleitor na decisão do voto, que parte de possíveis condicionantes comportamentais, como os vieses econômico e cognitivo, e recai no cerne da valoração para o julgamento ético e moral, que pode ser influenciado pelo empreendedorismo do gestor, na execução das políticas públicas atreladas a práticas corruptas, e pelas falhas informacionais associadas à baixa percepção do eleitor sobre a corrupção e outras informações relevantes para tomada de decisão.

Portanto, é possível afirmar que, existe, por parte da população brasileira, uma tolerância à corrupção política que, nesse cenário, poderia ser mensurada pela decisão do voto, e dentre outros fatores, está calcada no empreendedorismo do gestor (EG) e nas falhas informacionais (FI), agindo no julgamento do eleitor de forma separada.

Esta pesquisa, em que foram investigados os fatores que podem se relacionar com a questão da tolerância social à corrupção política, foi norteadá pela seguinte questão central: **Como o empreendedorismo do gestor e as falhas informacionais se relacionam com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção política?**

Norteadado pela questão base de exame, o objetivo deste estudo foi de analisar como o empreendedorismo do gestor e as falhas informacionais se relacionam com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção política.

A resposta dessa questão é importante para se compreenderem os determinantes ou agentes de influência no julgamento do eleitor que podem conduzir sua decisão de tolerar a corrupção política. Sendo assim, esta pesquisa avança em relação aos estudos anteriores quando verifica, de forma separada, dois fatores de tolerância à corrupção política, o EG e as FI, sujeitos a múltiplos condicionantes do comportamento eleitoral, que implicam a tomada de decisão democrática sujeita ao julgamento ético ou de necessidade, de valores ou benefícios.

A ampliação da discussão do tema, especificamente quanto aos aspectos que influenciam a decisão dos eleitores que podem promover a tolerância da corrupção, é uma das justificativas centrais para os esforços deste estudo, que procurou inovar ao trazer contextos multidisciplinares da Ciência Política e da Psicologia Cognitiva incorporados às abordagens sobre o comportamento eleitoral (LORD et al., 1979; CASTRO, 1994; MULLAINATHAN; WASHINGTON, 2007; FILGUEIRAS, 2009; BARROS et al., 2012; PEREIRA; MELO, 2015), atrelando à estrutura de pesquisa conceitos e construtos de natureza contábil e financeira do setor público, como: provisão de bens públicos, aumento de gastos com investimento, *accountability*, controles e relatórios contábeis e transparência pública.

Como contribuição teórico-metodológica, foi criado um modelo conceitual para auxiliar em possíveis lacunas na literatura (KOMBO; TROMP, 2009), na busca por evidências empíricas sobre a tolerância dos eleitores à corrupção política. Foram caracterizados como conceitos relevantes o EG e as FI, e sistematizadas as suas relações com a tolerância à corrupção política (TCP), entendida como a variável dependente, suportada pela revisão de literatura.

Em que pesem todos os cuidados e recortes metodológicos e conceituais, os resultados desta pesquisa devem ser interpretados considerando-se, além das limitações inerentes às pesquisas empíricas, as seguintes: os problemas de análises sobre a corrupção política, uma variável de natureza subjetiva que não apresenta uma forma de medição direta, e que pode apresentar vieses ou controvérsias interpretativas (ABRAMO, 2005). As variáveis do modelo, que captaram as percepções dos participantes e que, apesar de não possibilitar uma conclusão a respeito do tema, destacam a visão de determinado grupo, e para certos fenômenos, isso é tudo o que é possível.

Algumas limitações permearam o contexto do estudo, que não investigou a influência da mídia e a dimensão dos relacionamentos interpessoais mais relacionados a aspectos da teoria das comunicações, que representam um impacto significativo no cenário atual de decisões

políticas e eleitorais. Portanto, no estudo, só foram conduzidos os dois fatores de TCP, assim como os problemas relacionados aos vieses interpretativos e às validações anacrônicas do fenômeno, tendo como base teorias centrais.

Outra limitação diz respeito à amostra da pesquisa, em que se utilizou a percepção dos grupos de participantes, mas que foi representada no estudo como a percepção do eleitor brasileiro, utilizando como base para essa decisão as análises comparativas dos perfis médios nacional e dos grupos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de demonstrar como o empreendedorismo do gestor e as falhas informacionais se relacionam com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção política, este capítulo é mediado por revisão bibliográfica de abordagens introdutórias sobre corrupção, condicionantes do comportamento eleitoral, fatores de tolerância à corrupção política, conduzindo à elaboração de um modelo conceitual que integra os temas envolvidos.

2.1 ABORDAGENS INTRODUTÓRIAS SOBRE CORRUPÇÃO

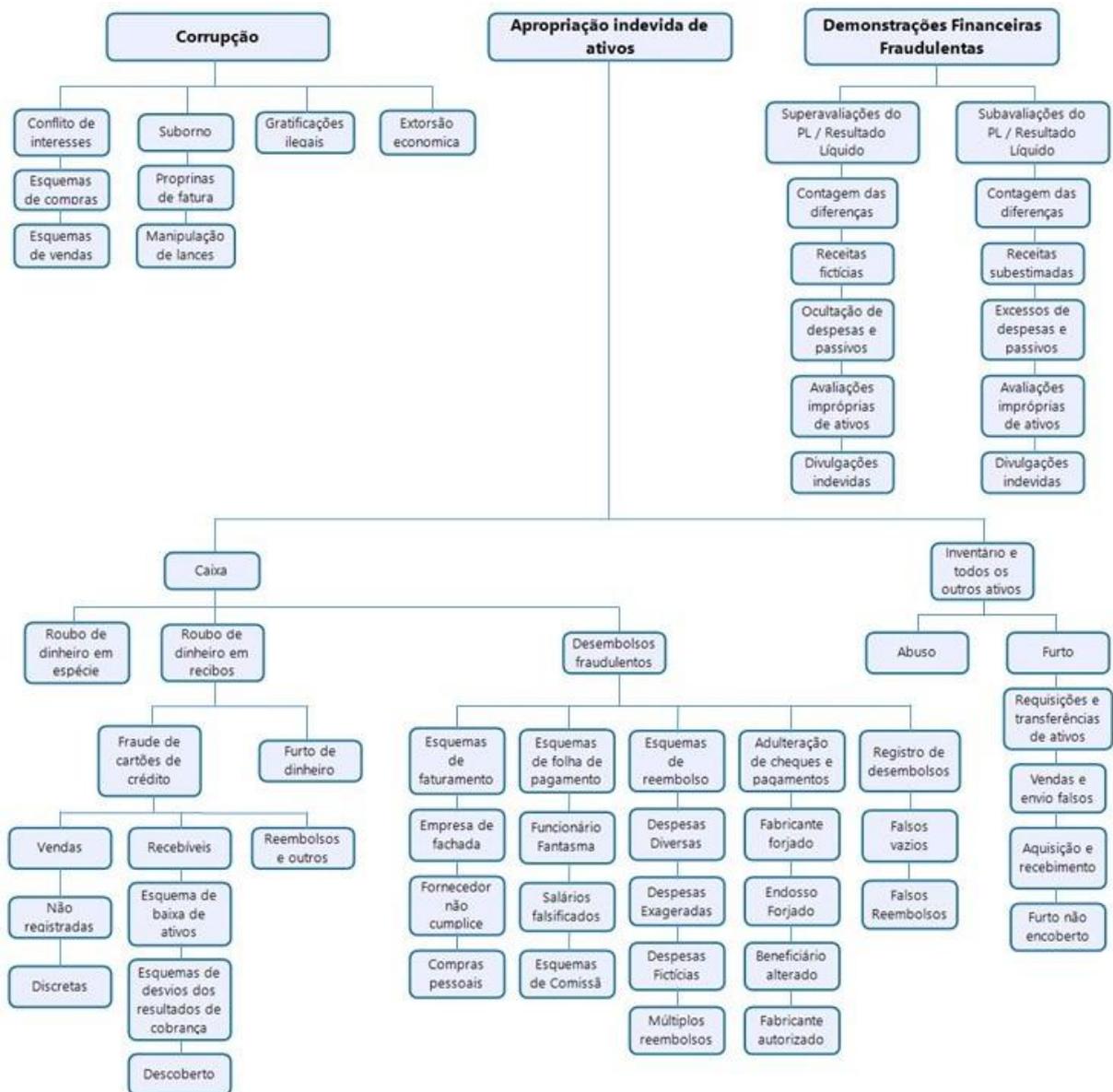
Apesar da corrupção não ser um problema recente, existem dificuldades em se delimitar esse fenômeno e compreendê-lo em uma única teoria, afinal as pesquisas apresentam vieses e controvérsias interpretativas, que pouco esclarecem o seu real alcance na sociedade (ABRAMO, 2005).

Desta forma, abordagens complementares são necessárias para compreender a corrupção no setor público, como: sua classificação, contida em uma modelagem mais ampla, e descrita como um tipo de fraude ocupacional (ACFE, 2020); conceitos sobre o tema, assim também como as bases teóricas, sustentadas pela Nova Economia Institucional (NEI), que descrevem as motivações dos agentes que podem levá-los à prática corrupta; e algumas perspectivas de enfrentamento ao problema. Essa tentativa mais ordenada possibilita percorrer o caminho das diversas abordagens que orientam a análise do fenômeno.

Quanto à classificação, segundo a ACFE (2020), a corrupção é admitida como um dos tipos de fraude ocupacional, sendo definida como o uso da ocupação para enriquecimento pessoal, por meio da utilização deliberada ou aplicação indevida de recursos ou ativos da organização (ACFE, 2020). Essa classificação é resultado de um estudo da ACFE, o *Report to the Nations on Occupational Fraud and Abuse*, que desenvolveu uma estrutura denominada de “*fraud tree*” ou árvore da fraude.

A versão mais recente da árvore da fraude foi divulgada pelo *Report to the Nations 2020*, e apresenta três tipos de fraude ocupacional: corrupção, quando há abuso de poder para o alcance de benefícios privados; apropriação indevida de ativos, por meio de roubo ou má utilização de recursos da organização; e declarações financeiras fraudulentas, que envolve a inclusão de informações incorretas ou distorcidas intencionalmente nos demonstrativos financeiros da organização (ACFE, 2020). A Figura 1 demonstra uma replicação do modelo da árvore da fraude da ACFE.

Figura 1 - Árvore da Fraude



Fonte: Adaptado da ACFE (2020).

Na versão 2020, conforme a Figura 1, a estrutura apresenta 62 tipos de fraudes, distribuída entre os três tipos: corrupção, apropriação indevida de ativos e demonstrações financeiras fraudulentas, e ajuda a esclarecer os esquemas que prejudicam a organização, seja ela pública ou privada. Contudo, após a tipificação da corrupção como uma das categorias de fraude ocupacional, se faz necessário definir esse fenômeno.

Uma das primeiras conceituações sobre o tema foi apresentada em 1936, e considerou a corrupção, de acordo com Miranda (2018, p. 03 apud KEY, 1936, p. 5-6), como “o controle abusivo do poder e dos recursos do governo visando tirar proveito pessoal ou partidário. Tal

proveito (...) pode ser na forma de poder ou controle dentro da organização política ou na forma de apoio político por parte de vários indivíduos (...)"'. Desta definição ressalta-se o objetivo da corrupção, de obter vantagens do domínio público que podem ter fins políticos ou particulares.

Para Carvalho (1987), o fenômeno da corrupção pressupõe uma transação que envolve duas partes: o titular do cargo público e o representante do interesse particular. Outros estudos (HUNTINGTON, 1975; ZAFFARONI, 1990; SCHILLING, 1997) também a descrevem como um conjunto variável de práticas que implica trocas entre quem detém poder decisório e quem detém poder econômico, visando à obtenção de vantagens para indivíduos ou grupos envolvidos.

Tais práticas corruptas estão relacionadas aos incentivos e aos problemas de agente-principal, que repercutem negativamente na eficiência institucional e na geração de incentivos para o comportamento corrupto (BECKER, 1968; KLITIGAARD, 1994). Isso implica dizer que a corrupção é antes de tudo um problema do indivíduo, ou seja, para que a prática corrupta aconteça, independentemente dos processos ou sistemas existentes, a intenção do agente é o ponto principal (PETRUCCELLI, 2012).

Estudos da corrupção a partir de teorias relacionadas à NEI têm sua essência fundamentada na ideia de que os diferentes atores, seja no exercício de prerrogativas públicas ou na defesa de interesses privados, têm seu comportamento orientado pelo conjunto de incentivos criados pelo contexto institucional que os envolvem (ROSE-ACKERMAN, 2010).

Desta forma, o problema da corrupção estaria na existência de situações de competição entre atores auto interessados que buscariam decisões coletivas para satisfação do próprio bem-estar, mesmo que em detrimento do interesse público, tendo o racionalismo econômico e o individualismo metodológico como pressupostos para as teorias relacionadas à essa vertente (ROSE-ACKERMAN, 1978; LUSTOSA DA COSTA, 2010).

A partir de tais pressupostos, compreende-se que o indivíduo age de forma utilitarista, e que suas motivações, aliadas às condições institucionais e de gestão pública, podem potencializar julgamentos antiéticos, imorais ou até ilegais, sendo possível explicar a ocorrência de corrupção no setor público. Dentre as diferentes teorias prevalentes em ciências sociais aplicadas, que descrevem esse comportamento utilitarista, este estudo se baseou na Teoria da Escolha Racional (DOWNS, 1957), e na Teoria da Escolha Pública (BUCHANAN; TULLOCK, 1962), por compreenderem estruturas institucionais tipicamente relacionadas a processos eleitorais (OLIVEIRA JÚNIOR; COSTA; MENDES, 2016), um aspecto central desta pesquisa.

A teoria da escolha racional, explorada pioneiramente por Downs (1957), explica o comportamento social e político utilitarista, partindo do pressuposto que as pessoas são racionais e agem intencionalmente, calculando os custos e benefícios de cada ação antes de se decidirem, maximizando seus ganhos.

Nessa premissa, os políticos agem motivados pela busca de prestígio, poder e renda, e para isso desenvolvem ações que visam a maximização de seu apoio, promovendo políticas orientadas para esta finalidade. Ou seja, em um contexto eleitoral os candidatos formulam as políticas no intuito de ganhar as eleições, onde deveriam ganhar as eleições para então formular as políticas (DOWNS, 1957).

A compreensão da teoria da escolha racional possibilita implicar que as motivações dos agentes potencializam a ocorrência de corrupção, e que tanto as instituições como seus atores moldam o processo decisório, diminuindo ou aumentando custos, com a finalidade de satisfação de interesses individuais contrários ao interesse público (OLIVEIRA JÚNIOR; COSTA; MENDES, 2016).

Posteriormente, delineando-se como uma escola à parte da economia neoclássica tradicional, após o estudo de Downs (1957), a teoria da escolha pública (TEP), ou *Public Choice*, analisa o processo político a partir do ferramental microeconômico neoclássico e da teoria dos jogos, visando à compreensão de desenhos institucionais e das instituições relacionadas às decisões típicas dos processos legislativos ou eleitorais (BORGES, 2001; OLIVEIRA JÚNIOR; COSTA; MENDES, 2016).

A TEP surgiu no século XX e apresenta uma abordagem que relaciona economia e política, com James Buchanan como seu autor mais importante, provocando diversas mudanças na concepção dos processos democráticos e de tomada de decisão no cenário político (BUCHANAN; TULLOCK, 1962; BUCHANAN, 1991).

Buchanan (1999) define a TEP como “política sem romance”, o que distancia a imagem de que os agentes políticos buscam sempre a promoção do bem comum. Essa abordagem da TEP demonstra o lado da ineficiência da democracia, e reforça a relevância do comportamento maximizador dos agentes individuais (*homo economicus*). O ideal seria que os governos atendessem às políticas públicas sem considerar as influências de processos instáveis e defeituosos da escolha coletiva (PRZEWORSKY et al., 1995; BORGES, 2001).

Assim, embora os condutores das políticas públicas possam ter alguma preocupação com o interesse coletivo, sua principal motivação, de fato, tende a ser o seu interesse individual (SHAW, 2005). O princípio basilar de Buchanan e Tullock (1962) assemelha o agente público

com o agente que atua no mercado, ou seja, como aquele que busca maximizar suas próprias utilidades, compondo assim uma abordagem radicalmente individualista.

Essa propriedade individualista é que pode relacionar a TEP com a corrupção, pois nos processos de decisão poderão ser feitas escolhas com preferências aos interesses particulares ao invés de coletivos, e isso sob o ponto de vista da demanda por bens públicos pode significar o não atendimento de políticas públicas necessárias à coletividade, ou o atendimento dessas, mas com outras finalidades utilitaristas subjacentes.

Apesar disso, Andrews e Kouzmin (1998) apontam uma diferença entre ambas as teorias, escolha racional e TEP, ao considerar que as decisões coletivas da TEP podem ser resultantes tanto de interesses individuais egoístas quanto de interesses coletivos altruísticos. Porém essa pesquisa fez uso de ambas as teorias associadas ao processo de decisão, principalmente por seu viés utilitarista.

De modo geral, a TEP analisa o comportamento de todos os indivíduos envolvidos no processo decisório: gestores políticos, eleitores, grupos de interesse e legisladores (BUCHANAN, 1984, 1999; FREDERICKSON et al., 2015). O objeto de estudo pode variar, mas normalmente transita entre as ações dos governantes, os processos eleitorais ou a análise do sistema legal de uma jurisdição. Trata-se, portanto, de uma teoria ampla e interdisciplinar (MUELLER, 1997).

Sendo assim, os pressupostos centrais da teoria da escolha racional e da TEP auxiliam na compreensão das motivações que potencializam a ocorrência de práticas de corrupção política, como abuso de poder, de cargos ou de recursos para ganho pessoal, visto que compreendem as possibilidades do agente (gestor público, políticos, burocratas, etc.) lograr proveito de negócios públicos em detrimento dos interesses dos principais (cidadãos).

Logo, a corrupção política indica a falta de respeito às regras e regulamentações das transações econômicas em uma sociedade, uma vez que esse ato induz à necessidade de realizar pagamentos adicionais e irregulares para conseguir algo em troca (KAUFMANN; KRAY; MASTRUZZI, 2004; SVENSSON, 2005).

No entanto, são amplas as abordagens utilizadas na literatura sobre o tema corrupção, que vão desde os aspectos teóricos e de indicador social (AVRITZER, 2012; KATZAROVA, 2019), passando por pesquisas que a utilizam como um fator importante nas eleições (KLAŠNJA; TUCKER, 2013) até chegar nos estudos que visam o seu enfrentamento, quer seja por meio dos sistemas de contabilidade e controle, ou com perspectivas de combate não incremental (GARCIA & TEODÓSIO, 2020; ROTHSTEIN, 2007).

Rothstein (2007) sugere reflexões importantes, pois descreve um pensamento mais cético a respeito do tema e se aprofunda no enfrentamento à corrupção política de uma forma diferente das comumente utilizadas, ou seja, de maneira não incremental. Conforme o autor, para acabar com o mau comportamento dos agentes, ou pelo menos diminuir a aceitação social de práticas corruptas é preciso acontecer algo realmente impactante, como mudanças institucionais, vindo hierarquicamente de cima para baixo (*top-down*).

Mas é importante destacar que apenas mecanismos de controle institucional eficientes não superam a corrupção de forma automática, pois se tais dispositivos fizessem um país começar a seguir um novo caminho que o tirasse da corrupção sistêmica, mais países teriam conseguido conter esse problema (ROTHSTEIN, 2007). Para auxílio na superação da corrupção, três elementos parecem ser essenciais: um gatilho que possa provocar a cooperação entre os tomadores de decisão institucional; um nível adequado de capacidade institucional; e uma grande força coletiva (ROTHSTEIN, 2007; GARCIA & TEODÓSIO, 2020).

Sobre a força coletiva, é possível relacioná-la com a representatividade do sistema democrático no combate à corrupção política, onde o voto é o instrumento de *accountability* dos governantes, e as eleições funcionam como uma ferramenta que define a continuidade ou reformulação de políticas públicas (MOISÉS, 2010). No entanto, um problema em especial é que a democracia representativa não se revelou uma cura segura contra a corrupção, e desde que não se torne um tipo de epidemia social, é normal nas democracias a existência de alguma tolerância à corrupção (ROTHSTEIN, 2019; FILGUEIRAS, 2009).

Contudo, o problema da corrupção política e organizacional não parece encontrar solução simples, e provavelmente não permaneceria sem o consentimento ou tolerância da sociedade, isso porque a forma de responsabilizar governantes corruptos em democracias seria por meio do voto nas eleições, e a permanência de agentes corruptos no poder evidencia um favorecimento de eleitores ao cenário corrompido no setor público.

Para Rothstein (2019), sob o ponto de vista epistêmico, um resultado problemático é que o “mecanismo de responsabilização”, que deveria garantir eleições “livres e justas”, parece não funcionar como deveria. Mesmo em países que apresentam uma robusta estrutura democrática, como os Estados Unidos, existe a presença de altos níveis de corrupção, motivados pela grande quantia em dinheiro, influência de interesses pessoais e “*rent seeking*” (caçadores de renda) organizados (ROTHSTEIN, 2019, p. 05 apud TEACHOUT, 2014; WEDEL, 2014; ZINGALES, 2012).

Filgueiras (2009) indica que a corrupção política pode ser controlada, tolerada ou endêmica, e no caso do Brasil, evidencia-se a tolerância à corrupção política, porém, para o

autor, não se identifica um desvio de caráter ou imoralidade da sociedade, mas uma disposição prática pertencente ao cotidiano das sociedades capitalistas, representando uma estratégia de sobrevivência que ocorre pela questão material, ou seja, a entrega e atendimento de políticas públicas essenciais, para alguns cidadãos brasileiros, é de suma importância, independentemente da vinculação com práticas corruptas.

A pesquisa de Filgueiras (2009) apresenta resultados que explicariam tal tolerância, onde 30% dos participantes consideram entrar em um esquema de corrupção, 39% admitem que qualquer um pode ser corrompido, dependendo do preço, e 31% afirmam que não tem jeito de fazer política sem um pouco de corrupção. Segundo o autor, o cotidiano marcado por necessidades torna o cidadão propenso a tolerar certa corrupção.

Assumindo que parte dos eleitores são tolerantes à corrupção política, seja pelas falhas no mecanismo de responsabilização da democracia ou por não acreditarem que as políticas públicas possam ser feitas sem corrupção, é possível destacar uma explicação que aponta para uma vertente “benéfica” da corrupção, ou pelo menos, não tão “maléfica” na percepção de alguns eleitores.

Tal vertente pode ser compreendida por uma teoria alternativa na literatura, a *grease the wheel*, ou graxa sobre rodas, que defende a hipótese de que a corrupção propicia um efeito marginal positivo na eficiência em países com governo corrupto (MÉON; WEILL, 2010). Estudos importantes (LEFF, 1964; HUNTINGTON, 1975) apresentaram dois argumentos que explicam os efeitos positivos da corrupção.

O primeiro argumento apresenta a corrupção como uma forma de evitar obstáculos burocráticos, especialmente em países com regulamentações pesadas e que mudam frequentemente (LEFF, 1964). Ou seja, a corrupção seria a “graxa que lubrifica as engrenagens” institucionais e econômicas do governo, reduzindo o impacto negativo de economias altamente reguladas (DREHER; GASSEBNER, 2013). Deste modo, é possível que a corrupção se alimente da burocracia, fazendo com que a criação de dificuldades burocráticas ocasione a demanda pela oferta de facilidades corruptas (LIMA; RUFINO; MACHADO, 2019).

Já o segundo argumento diz respeito ao suborno, onde a corrupção fornece um incentivo importante para os burocratas trabalharem (HUNTINGTON, 1975), principalmente em países onde o serviço público é pouco desenvolvido.

Logo, não é tão surpreendente que os cidadãos de países em desenvolvimento apoiem governos altamente corruptos, por perceberem que os serviços que recebem são eficazes (WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013). Corroborando com essa perspectiva, o estudo de Habibov, Fan e Auchynnikava (2019) evidenciou que os efeitos negativos da corrupção são

reduzidos em um ambiente caracterizado por percepções de melhoria na situação política e econômica, assim como na satisfação com os serviços públicos.

Diante do contexto dessa contraditória variante “positiva” da corrupção, representada pela *grease the wheel*, e conforme evidências (WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013; HABIBOV et al., 2019) de apoio dos cidadãos à manutenção de governantes corruptos, porém eficazes, surge no Brasil uma prática política denominada de “rouba, mas faz”. Apesar do tema comumente taxado como impopular, a história ainda apresenta políticos corruptos populares (COTTA, 2008).

A origem do termo, “rouba, mas faz”, foi promovida na figura de Adhemar de Barros, interventor federal nomeado por Getúlio Vargas, duas vezes governador do Estado de São Paulo (1948-1951 e 1963-1966), prefeito da capital do Estado (1957-1961), além de ocupar o cargo de deputado estadual (1934-1937) e ficar no segundo lugar numa disputa à presidência. A primeira variante historicamente identificada – “se roubou, mas se construiu” – foi feita no discurso do deputado Carmelo D’ Agostinho, em novembro de 1953, ao fazer uma série de acusações contra Adhemar (COTTA, 2008; PEREIRA; MELO, 2015).

O político ficou famoso por seu lema “São Paulo não pode parar”, com o qual ele costumava justificar seus vastos programas de investimento em infraestrutura, incluindo aeroportos, linhas de metrô, escolas e hospitais. A expressão (“rouba, mas faz as coisas”) tornou-se familiar para estudiosos da política brasileira, pois entrelaça profundamente a corrupção e o empreendedorismo. Os políticos constroem a reputação de gerentes públicos eficientes enquanto acumulam riqueza privada por meio da corrupção (PEREIRA; MELO, 2015).

Ao pregar a defesa dos interesses das minorias excluídas, no intuito de obter apoio popular, Adhemar apresentava uma imagem de gestor ousado e dinâmico, todavia era paralelamente acompanhada de denúncias de corrupção em seus governos, principalmente através da cobrança de propina e desvio sistemático de recursos públicos. Se por um lado, então, se mostravam ações e resultados na gestão pública, por outro haviam condutas ilícitas ou imorais de peculato e desvio de recursos que colocavam em xeque a imagem pessoal do administrador (COTTA, 2008).

Embora aparente pela fama corrupta e empreendedora de Adhemar de Barros, a ideia da política do “rouba, mas faz” não se limitou apenas a ele, e mais recentemente coube a Paulo Maluf tal reputação. Além deles, a expressão pode ser aplicada a muitos outros políticos do país, que seguem essencialmente a mesma política, ou seja, de incorrência em atos de

corrupção, mas com realização de um governo entendido como satisfatório (BONIFÁCIO, 2013).

Isso demonstra que os eleitores frequentemente não punem políticos corruptos, desonestos ou grosseiramente incompetentes, ao invés disso, frequentemente os reelegem, confirmando assim que a introdução de sistemas democráticos não é uma salvaguarda contra a corrupção, vide exemplos de democracias bem estabelecidas, mas com muita corrupção política, como Itália, Grécia e Espanha (CHARRON; LAPUENTE; ROTHSTEIN, 2013; ROTHSTEIN, 2019).

Portanto, é possível compreender o Brasil como um país tolerante à corrupção política (FILGUEIRAS, 2009), de forma complementar, destacado na existência da política do “rouba, mas faz” (COTTA, 2008; BONIFÁCIO, 2013), implicando que o sistema democrático apresenta falhas no mecanismo de responsabilização de seus governantes (ROTHSTEIN, 2019), em parte considerável por causa dos eleitores. Logo, se faz necessário compreender como o eleitor se comporta.

2.2 CONDICIONANTES DO COMPORTAMENTO ELEITORAL

As características multifacetadas do tema permitem abordagens por modelos analíticos que buscam interpretar os condicionantes do comportamento eleitoral. Para tanto, dentre os modelos possíveis, esta pesquisa foi delineada pelas perspectivas de viés econômico e cognitivo, onde os condicionantes do viés econômico foram com base na teoria da escolha racional (DOWNS, 1957) e seu contraponto na irracionalidade (CAPLAN, 2011), enquanto os condicionantes cognitivos foram norteados pelo viés de confirmação (LORD et al, 1979) e pela dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957).

A perspectiva de viés econômico, voltada aos pressupostos da teoria da escolha racional, ajuda a esclarecer o comportamento do eleitor baseando-se nos mesmos axiomas que deram origem à teoria de Downs (1957), ou seja, que o eleitor é um indivíduo racional e que age como consumidor do mercado, procurando, antes de tudo, diminuir seus custos e maximizar seus ganhos (CASTRO, 1994).

Deste contexto, assume-se a hipótese de racionalidade do indivíduo e que a informação é perfeita, onde os eleitores que decidem participar das eleições comparam os custos e os benefícios de se votar (DOWNS, 1957). Os benefícios seriam os de votar “corretamente”, ou seja, votar no candidato que atende as necessidades do eleitor. Já os custos seriam os esforços destinados em obter informação suficiente para votar de maneira correta (COELHO, 2019).

Porém, ao fazer um cálculo racional, o eleitor poderá descobrir que, independentemente dos custos e dos benefícios, o valor do seu voto é ínfimo, no que se refere ao resultado da eleição, possuindo um efeito virtualmente nulo. Devido a isso, a teoria da probabilidade e a teoria da escolha do voto individual sugerem que participar das eleições não produz efeitos satisfatórios (OLIVEIRA, 2012).

Esse paradoxo da participação do eleitor nas eleições é tratado por Figueiredo (2008), que oferece dois conselhos contraditórios. O primeiro incentiva o eleitor a não votar, visto que seu ato seria irrelevante, e como cidadão não estaria excluído dos benefícios deriváveis da ação governamental, qualquer que seja o político eleito. O segundo incentiva o voto do eleitor, pois se todos decidirem não votar, e apenas existir um votante, este participará e definirá o resultado da eleição conforme sua orientação racional.

Contudo, outros eleitores podem pensar da mesma forma, e logo serão muitos voltando ao estado de incerteza em relação à atitude geral dos eleitores. Por isso, cada eleitor avalia a eficiência de seu voto com base no que prevê em relação ao comportamento dos outros, sendo a incerteza uma condição necessária para a participação, e desta forma, a participação é maior quando o grau de incerteza em relação às eleições é elevado. Portanto, caso decida participar, o eleitor realizará seus cálculos racionais em busca de fazer a melhor escolha através do menor custo possível (FIGUEIREDO, 2008).

Nesse sentido, o modelo de escolha racional ajuda a prever que, quanto mais o eleitor percebe que seu voto é crítico para a decisão, maior a chance de participação, pois existe a possibilidade de receber os benefícios da sua escolha (ANTUNES, 2010).

Sobre contribuições na literatura da teoria da escolha racional no comportamento eleitoral, Castro (1994) considerou que a sofisticação política é a variável que melhor caracteriza o comportamento do eleitor brasileiro, pois enquanto os eleitores sofisticados votam orientados por opiniões sobre questões diversas e por uma preferência baseada em uma visão informada sobre os partidos e os candidatos, a grande massa popular é desinformada e não tem opinião sobre as grandes questões do debate político.

De forma complementar, os estudos (CASTRO, 1994; SINGER, 1999; SANTOS et al., 2013) apontam que o eleitorado, especialmente o de menor posição social, tende a votar no candidato que conseguir formar, junto a estes eleitores, a imagem de defensor dos interesses do povo, dos pobres, dos trabalhadores, ou da maioria.

Para Lijphart (1997) os indivíduos de baixa renda teriam mais dificuldade em arcar com os custos da votação, e a participação política entre as camadas sociais com menos educação,

renda e riqueza seria pouca, devido à existência de informações assimétricas que poderiam influenciar a probabilidade de o eleitor ser decisivo na eleição.

A desinformação ou as assimetrias informacionais do eleitor o caracterizariam como menos sofisticado, baseando-se em elementos de uma cultura política cética e personalista, e levantando a questão sobre qual o tipo de racionalidade estaria presente na sua escolha eleitoral (RADMANN, 2001).

Buscando explicar a possível falta de racionalidade e coerência na decisão dos eleitores, se apresenta o contraponto de irracionalidade no comportamento eleitoral. Essa outra abordagem, também baseada na teoria da escolha racional de Downs (1957), foi proposta por Bryan Caplan (2011), e se apresenta como uma hipótese alternativa, que assume que as assimetrias informacionais dos indivíduos geram decisões eleitorais irracionais.

Os pressupostos da hipótese da irracionalidade do eleitor assumem que ela é provocada por conta da escassez do tempo dos eleitores, aliado à baixa probabilidade decisória de seu voto, levando, racionalmente, os eleitores a não se informarem tanto sobre os políticos (SHIKIDA et al.; 2019).

Em resumo, a ideia é que crenças irracionais sobre a realidade, quando pouco custosas ao eleitor, podem se manter por muito tempo, independentemente do problema da busca de informação levantada por Downs (1957). Ou seja, quando não custa muito ao indivíduo assumir crenças irracionais, assume-se a hipótese da irracionalidade.

Contudo, alguns estudos (CASTRO, 1994; SOARES, 2000; RADMANN, 2001) apontam uma visão contrária à irracionalidade, e argumentam que dentre as prioridades dos eleitores podem existir diversos tipos de “racionalidades”, desde apoio aos políticos que passam a imagem de protetor dos interesses do povo, até a questões de personalismo e ceticismo quanto à cultura política.

Mas há também apontamentos para um novo tipo de comportamento eleitoral “não racional” ou irracional, o do eleitor intuitivo (BARROS, et al., 2012). Para o autor, a principal característica do eleitor brasileiro é a emoção, pois os elementos afetivos como amizade, imagem e gosto ocupam o lugar das lealdades partidárias ou clientelistas tradicionais, e que não podem ser associadas apenas aos extratos mais baixos da população.

Em suma, a perspectiva de viés econômico delineou as características da racionalidade e da irracionalidade do comportamento do eleitor, baseadas na teoria de Downs (1957), tendo como possíveis elementos centrais a percepção, ou não, da importância do voto como decisivo, e os custos e benefícios de estar informado, que auxiliam na interpretação das informações

simétricas ou assimétricas. Tais elementos centrais podem contribuir para que o eleitor, de forma racional ou irracional, tolere a corrupção política.

Ademais, o comportamento do eleitor também pode ser explicado pelo condicionante cognitivo, que compreende complexas construções psicológicas, nesta pesquisa representado pelo viés de confirmação (LORD et al, 1979) e pela dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957).

O viés de confirmação significa a propensão de buscar e interpretar as informações que ratifiquem as concepções individuais, porém o seu problema consiste na ocorrência de informações assimétricas e que não condizem com a verdade (BRAGA, 2018).

Sendo assim, não é de surpreender que importantes questões e políticas sociais geralmente produzam discordâncias acentuadas, mesmo entre cidadãos altamente preocupados e inteligentes, e que tais discordâncias geralmente sobrevivem a tentativas árduas de resolução por meio de discussão e persuasão (LORD et al, 1979).

Isso torna o viés de confirmação um aspecto muito presente no âmbito da política, e que sofre influência de outros condicionantes do comportamento eleitoral, pois as pessoas tendem a interpretar evidências a fim de manter suas crenças iniciais, e mesmo quando dispõem de dados completamente inconsistentes, aleatórios ou processados de maneira tendenciosa, as pessoas podem manter ou até mesmo reforçar as crenças preconcebidas (LORD et al, 1979).

Porém, a apresentação de evidências que contradizem o viés de confirmação do indivíduo gera nele uma experiência desagradável. Essa consciência de que as expectativas do cérebro não estão se refletindo na realidade é descrita como dissonância cognitiva (BRAGA, 2018).

Esse comportamento humano, segundo a psicologia, foi explicado por Leon Festinger (1957) na teoria da dissonância cognitiva, e esclarece que os indivíduos, quando passam por experiências conflitantes ao decidir alternativas, buscam informações para confirmar as decisões tomadas ou mudam suas atitudes para se conformarem com suas escolhas (DAMACENA; MROSS; ANTONI, 2016).

A dissonância cognitiva se refere à necessidade interna de consistência, ou seja, se um indivíduo realiza uma atividade que é antitética às suas crenças, este indivíduo pode inconscientemente mudar suas crenças para aliviar o desconforto de ter atitudes e ações inconsistentes (MULLAINATHAN; WASHINGTON, 2007).

O estudo de Mullainathan e Washington (2007) encontrou suporte empírico para a relevância da dissonância cognitiva no comportamento eleitoral, ao implicar que ela seria uma razão de eficiência para limites de mandato. Ou seja, a dissonância cognitiva se apresenta como

fator importante na questão do comportamento eleitoral, pois envolve a necessidade de decisão do indivíduo, na presença de informações simétricas ou não, de acordo com suas crenças iniciais.

Nesse sentido, a dissonância cognitiva se mostra como um conflito interno do indivíduo que pode levá-lo a tolerar a corrupção política. Haja visto um eleitor aparentemente ético que votou para reeleger um político notadamente conhecido pela prática do “rouba, mas faz”, ou seja, apesar do eleitor possivelmente apresentar valores éticos, ele muda suas crenças para se adequar à uma nova atitude, que visa os benefícios ao se votar em um gestor “empreendedor”, mesmo que corrupto. Tal atitude representaria a antinomia na decisão do eleitor (FILGUEIRAS, 2009).

Isso demonstra a importância de se compreender esse aspecto do condicionante cognitivo no comportamento eleitoral, pois tanto o viés de confirmação quanto a dissonância cognitiva podem influenciar o eleitor na tolerância à corrupção política, pois impactam na decisão do voto de reeleger um político notadamente corrupto, recaindo no cerne da valoração moral e ética.

Tal decisão do eleitor, tomada contra seus próprios valores e princípios, sem que esteja ciente disso, possivelmente por ser menos racional e deliberada e mais intuitiva e automática, resultando de julgamentos éticos e de necessidade que podem ser explicados pelo que a literatura apresenta como cegueira ética (PALAZZO; KRINGS; HOFFRAGE, 2012).

A cegueira ética é a incapacidade temporária de um tomador de decisão de ver a dimensão ética de uma decisão em jogo, e acontece porque o homem, possuidor de princípios, valores e diretrizes éticas e morais, momentaneamente viola seus próprios limites, em uma espécie de “anestesia moral”, onde os valores morais perdem força ou relevância diante de algum incentivo ou benefício particular (JANKÉLÉVITCH, 2008; PALAZZO et al., 2012).

Conforme Palazzo et al. (2012), a cegueira ética possui três aspectos: de suposição de que as pessoas se desviam de seus próprios valores e princípios, de estado temporário e de inconsciência.

Quanto ao primeiro aspecto, Palazzo et al. (2012, p. 03 apud ZIMBARDO, 2007, p. 195) descreve que a cegueira ética refere-se ao fato de que “boas pessoas se comportam de formas patológicas que são estranhas à sua natureza”. Para o autor, os valores e princípios são parte da identidade das pessoas, que no passado tentaram viver de acordo com eles, mas que outras motivações resultaram na incapacidade das pessoas acessarem tais valores éticos que, em princípio, estavam disponíveis.

Sobre o segundo aspecto, a cegueira ética depende do contexto e, portanto, é um estado temporário, ou seja, sob diferentes circunstâncias o indivíduo seria capaz de tomar uma decisão mais ética. Para esse estado psicológico Palazzo et al. (2012) descreve que pessoas com níveis normais (ou mesmo altos) de integridade e habilidade para o raciocínio moral poderiam por alguns motivos (muitas vezes relacionados ao contexto), não ser capazes de usar essas habilidades ao tomar a decisão. Mas quando o contexto muda, é provável que a pessoa volte a praticar seus valores e princípios originais.

Quanto ao último aspecto, está ligado a inconsciência, ou seja, as pessoas que são eticamente cegas desconhecem o fato de que se desviam de seus valores, ou que não podem e não conseguem acessar esses valores quando tomam uma decisão (PALAZZO et al., 2012). Portanto, o autor destaca a cegueira ética como resultado de um processo de construção de sentido que se desenvolve ao longo do tempo, durante o qual as pressões de enquadramento e contexto se reforçam mutuamente e podem se transformar.

Diante do exposto, é possível traçar um paralelo com o eleitor que vota para reeleger um político corrupto, ou seja, a sua decisão, apesar de desviar-se dos próprios valores éticos e morais, mesmo que de forma temporária e inconsciente, resulta em tolerância à corrupção política. Assim, mesmo pessoas com altos níveis de integridade podem ser eticamente cegas, visto que elas agem sem que se sintam como transgressores ou violadores de seus próprios limites.

Uma implicação disto seria possível exemplificando os eleitores eticamente cegos e tolerantes à corrupção política praticada pelo “rouba, mas faz”, em que eles podem ser movidos por percepções mais estreitas ou distorcidas da realidade, e de forma irracional e inconsciente limitar os seus julgamentos éticos e ampliar os julgamentos de necessidade, decidindo reeleger um político corrupto, mas que provêm os bens necessários, ou seja, outra forma de causar a antinomia na decisão do eleitor.

No entanto, mesmo que os julgamentos éticos sejam por vezes limitados, de forma irracional ou inconsciente, aparentemente pouca relevância é dada a esse aspecto fundamental nas decisões dos indivíduos, diferentemente dos efeitos que podem advir dele, como o problema da corrupção política, que tanto preocupa a sociedade.

Demonstrando essa aparente contradição dos indivíduos, destacam-se os resultados do estudo *What Worries the World* (IPSOS, 2020), realizado em maio de 2020, à respeito das principais preocupações em 27 países, questionando aproximadamente 20 mil indivíduos sobre “Quais dos três tópicos da lista você considera mais preocupantes em seu país?”. O Quadro 1 demonstra as maiores preocupações do Brasil e do mundo em 2020.

Quadro 1 - As maiores preocupações do Brasil e do mundo em 2020

Preocupações do Brasil		Preocupações do Mundo	
Coronavírus (COVID-19)	56%	Coronavírus (COVID-19)	55%
Cuidados de Saúde	44%	Desemprego	42%
Corrupção Política e Financeira	35%	Pobreza e Desigualdade Social	31%
Desemprego	34%	Cuidados de Saúde	25%
Pobreza e Desigualdade Social	32%	Corrupção Política e Financeira	24%
Crime e Violência	25%	Crime e Violência	19%
Educação	21%	Educação	15%
Impostos	9%	Impostos	12%
Ameaças ao Meio Ambiente	7%	Controle da Imigração	10%
Aumento do Extremismo	7%	Alterações Climáticas	10%
Declínio Moral	7%	Declínio Moral	9%
Inflação	5%	Ameaças ao Meio Ambiente	8%
Manutenção de Programas Sociais	3%	Inflação	8%
Alterações Climáticas	2%	Aumento do Extremismo	7%
Terrorismo	1%	Terrorismo	7%
Controle da Imigração	1%	Manutenção de Programas Sociais	7%
Acesso ao Crédito	1%	Acesso ao Crédito	2%
Obesidade Infantil	1%	Obesidade Infantil	2%

Fonte: Ipsos World Worries (2020).

A lista possui 18 itens diferentes, e o Coronavírus (COVID-19) se apresenta na posição de destaque dentre os tópicos que mais preocupam os cidadãos no Brasil (56%) e no mundo (55%), já a Corrupção Política e Financeira ocupa o terceiro lugar no Brasil (35%), e o quinto no mundo (24%), dentre as maiores preocupações.

Esses dados confirmam a apreensão social quanto ao problema da corrupção política, contudo, dentre as outras preocupações apresentadas no estudo do IPSOS (2020), o declínio moral aparece apenas na 11ª posição no Brasil (7%) e no mundo (9%), dentre os 18 tópicos da lista, ou seja, é possível observar o contraste entre as preocupações da população, onde a corrupção política se destaca, mas o declínio moral é pouco percebido. Tais resultados também demonstram a dificuldade de enfrentamento ao fenômeno, onde o declínio moral parece apontar para um fortalecimento da tolerância à corrupção política.

Portanto, após traçar perspectivas complementares que podem se inter-relacionar com a tolerância do eleitor à corrupção política, resta abordar os possíveis fatores de tolerância ao tema, permitindo assim mais apontamentos e melhores implicações da pesquisa.

2.3 FATORES DE TOLERÂNCIA À CORRUPÇÃO POLÍTICA

Buscando entender os fatores que ajudam a manter ou perpetuar a corrupção política, alguns estudos (BALÁN, 2014; BONIFÁCIO; FUKS, 2016; BARROS et al., 2019) indicam que essa permissividade remete a diversas atitudes favoráveis ou, pelo menos, não contrárias à manifestação de atos corruptos na sociedade, como a ideia do “rouba, mas faz”, a aprovação de manifestação cotidiana de pequenas corrupções, a tolerância ao pagamento de propina, entre outras (BONIFÁCIO; FUKS, 2016).

Esse efeito da corrupção política na escolha do voto está condicionado a algumas dimensões. Pesquisas de diversas áreas de estudo buscam verificar os fatores que motivam o eleitor a tolerar políticos corruptos, dentre os fatores possíveis destacam-se a provisão de bens públicos (WINTERS; WEITZ-SHAPIO, 2013; PEREIRA; MELO, 2015) e as falhas informacionais (FERRAZ; FINAN 2008; BALÁN, 2014; PEREIRA; MELO, 2015; BARROS et al., 2019).

Essa pesquisa denominou como empreendedorismo do gestor a provisão de bens públicos, representando o fornecimento de bens públicos com grandes externalidades, assim também como os gastos públicos na consecução de obras, similar ao estudo de Pereira e Melo (2015). Deste modo, com foco na investigação de aspectos mais próximos à área contábil do setor público, foram utilizados os fatores empreendedorismo do gestor (EG) e falhas informacionais (FI).

A influência do fator EG na tolerância do eleitor à corrupção foi evidenciada no estudo de Pereira e Melo (2015), que apresentou alguns casos brasileiros de políticos com o perfil corrupto, mas empreendedor (“rouba, mas faz”) que foram reeleitos. Apesar de menos conhecidos, eles eram investigados por transgressões corruptas nas eleições municipais brasileiras de 2008.

Dentre eles, Pereira e Melo (2015) citam o prefeito Dário Berger na cidade de Florianópolis, localizada no Estado brasileiro de Santa Catarina, que havia sido investigado por fornecer licenças ambientais ilegais, reconheceu publicamente a acusação, mas isso não o impediu de ser reeleito. Na mesma linha, o prefeito de Belém do Pará, Duciomar Costa, foi reeleito, apesar de ter sido investigado pelo uso de recursos públicos em sua campanha eleitoral.

Mais recentemente, após algumas operações que investigam casos de corrupção, pesquisadores como Maragno et al. (2019), buscaram evidências empíricas da corrupção, lavagem de dinheiro e conluio no Brasil. Dentre os investigados nesses casos, alguns se reelegeram em 2018, a citar os senadores Renan Calheiros, de Alagoas; Jader Barbalho, do

Pará; e Ciro Nogueira, do Piauí, que chegou a ser alvo de buscas já na reta final da campanha (BACHTOLD, 2018).

Diante deste cenário, uma possível interpretação no comportamento eleitoral é que o julgamento seja mais favorável à necessidade e aos benefícios do que a ética e a moralidade na tomada de decisão do eleitor. Winters e Weitz-Shapiro (2013) trataram desse trade-off implícito, concentrando suas atenções para a provisão de bens públicos, e como essa variável pode favorecer a sobrevivência de políticos corruptos.

Winters e Weitz-Shapiro (2013) testaram um experimento de pesquisa no Brasil, no qual os entrevistados foram expostos aleatoriamente a vinhetas contendo informações sobre o envolvimento de políticos (ou a falta dela) em corrupção e afiliação partidária, e foram questionados sobre a probabilidade de apoio a esses políticos por um eleitor hipotético. Como resultado os entrevistados rejeitaram fortemente o trade-off de “rouba, mas faz”.

Esse rechaço à política do “rouba, mas faz” também foi verificado na pesquisa de Bonifácio (2013), porém foram levantadas indicações de que maiores níveis de renda e instrução estão associados negativamente a aceitação do “rouba, mas faz”, e aspectos socioeconômicos e demográficos são importantes para se entender as orientações políticas.

Mas também há pesquisas que corroboram com a aceitação ou tolerância ao “rouba, mas faz”. Figueiredo (2004) apresentou que a maior parte dos entrevistados escolheriam o político do “rouba, mas faz”, porém, o autor ressalta que aqueles que mais precisam de políticas públicas seriamente geridas são os mesmos que ainda não acreditam que os políticos honestos sejam mais capazes de produzi-las.

No entanto, existem poucas pesquisas que investigaram o papel da provisão de bens públicos como fator de tolerância à corrupção política. Além de Winters e Weitz-Shapiro (2013), pode-se citar Rennó (2007), Pereira, Rennó e Samuels (2011), porém esses estudos estão mais focados na política de redistribuição do que com os fatores de tolerância à corrupção política.

Para explicar o EG como fator de tolerância à corrupção, é possível interpretar que o eleitor perceba em primeira mão as políticas públicas atendidas, como a construção de escolas e distribuição de renda com um novo programa social, ou seja, de forma direta, diferentemente dos delitos dos políticos, em que as evidências são indiretas (cobertura da mídia, auditorias, decisões judiciais). Por esse motivo as evidências do EG são mais fortes do que as informações referentes a má conduta política (PEREIRA; MELO, 2015).

Na política do “rouba, mas faz”, são utilizados mecanismos para formação de crenças com aparente dissonância cognitiva ou cegueira ética, que podem fazer o eleitor tolerar a

corrupção, desde que associada ao fornecimento de bens públicos, tornando essa política uma fonte de vantagem para políticos corruptos e uma barreira para entrada de possíveis políticos limpos (PEREIRA; MELO, 2015).

Desta forma, a existência de realizações empreendedoras pode efetivamente sinalizar aos eleitores que uma parte significativa dos recursos públicos foi investida em seu benefício, prejudicando as acusações de corrupção. Os resultados da pesquisa de Pereira e Melo (2015) apontam isso, onde altos níveis de gastos públicos ajudam os políticos corruptos a aumentar suas chances de reeleição, demonstrando que os eleitores apoiarão políticos corruptos quando compensados por bens públicos.

Contudo, além do EG como um importante fator que pode se relacionar com a tolerância à corrupção política, esse estudo também evidencia a possível relação das falhas informacionais (FI) no processo de permissividade do eleitor, que pode possibilitar a manutenção de políticos corruptos nos governos.

Quanto às FI, se apresentam como uma das principais dimensões das falhas organizacionais, que compreendem outras cinco dimensões: estrutural; cognitiva; comportamental; institucional e política. Na dimensão das FI os aspectos de assimetria informacional, quantidade e qualidade na transferência da informação estão presentes e são potencializados pela racionalidade limitada e pelo comportamento oportunista do agente (CALEMAN; ZYLBERSZTAJN, 2013).

Como fator de tolerância à corrupção política, as FI apontam para um dos motivos que fazem os políticos corruptos terem apoio popular, agindo a partir de dois mecanismos diferentes. O primeiro deles é a assimetria de informação entre eleitores, ou seja, os eleitores informados têm maior probabilidade de punir a corrupção do que os desinformados, e isso é apoiado teoricamente por Downs (1957), e conforme evidências de Ferraz e Finan (2008). O segundo mecanismo é a falta de transparência pública (ROSE-ACKERMAN, 1996), que em muitos países dificulta o conhecimento da corrupção em andamento no governo (BALÁN, 2014).

Para explicar os problemas causados pelas FI no primeiro mecanismo, assimetria de informação do eleitor, considera-se que a incapacidade de observar o verdadeiro perfil do político reforça a corrupção, e isso implica que a informação pode depender da sofisticação do eleitor. Ou seja, mesmo que se aumente o nível de informação disponível para os eleitores e que os políticos corruptos sejam punidos, o impacto de novas informações estará condicionado ao nível de informações políticas dos destinatários (PEREIRA; MELO, 2015).

Portanto, eleitores mal informados tendem a aceitar sem críticas quaisquer ideias e informações disponíveis, sendo mais flexíveis em seu comportamento eleitoral. Por outro lado, eleitores bem informados reagem deliberadamente às informações políticas com base em sugestões externas, sendo mais rígidos no seu comportamento de voto, e isso se deve ao viés de confirmação (ZALLER, 1992; PEREIRA; MELO, 2015).

O viés de confirmação dos indivíduos faz com que mantenham suas crenças ou concepções, mesmo que lhes sejam apresentadas informações aleatórias, distorcidas, manipuladas ou contrárias. Dessa forma, Lord et al. (1979) afirmam que o viés de confirmação faz com que as pessoas mantenham suas crenças preconcebidas ou até mesmo as reforcem.

Sobre as FI processadas de maneira tendenciosa ou manipuladas no século XXI, destaque seja dado às *fake news*. Elas ganham força em ambientes de polarização política, pois os indivíduos preferem buscar elementos que reafirmam e comprovem suas concepções (viés de confirmação), ao invés de admitir a presença de opiniões distintas ou conflitantes e tratar a pluralidade destas como positivas (BRAGA, 2018).

O estudo denominado de Barômetro Global da Corrupção (BGC), desenvolvido com a opinião de mais de 17 mil cidadãos em 18 países, apresenta o maior e mais detalhado conjunto de dados de opinião pública sobre corrupção vivenciados por cidadãos da América Latina e do Caribe. Conforme seus resultados, os fatores atenuantes ao problema da corrupção foram a compra de votos, ameaças de retaliação caso os cidadãos não votem de determinada forma e disseminação de *fake news* (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2019).

O estudo do BGC ainda apresentou que 56% dos cidadãos da América Latina e Caribe acham que *fake news* geralmente são disseminadas próximo às eleições, e que no Brasil, mais de três em quatro pessoas acham que *fake news* são disseminadas com frequência ou muita frequência, afetando diretamente a integridade política e eleitoral.

A influência negativa das *fake news* nos processos políticos e eleitorais reflete os problemas que as FI podem gerar. E a solução não parece simples, já que a apresentação de novas informações corretas e simétricas podem contradizer o viés de confirmação do indivíduo, e resultar na dissonância cognitiva, comum em períodos de eleições por conta do ambiente político repleto de opiniões contraditórias

De modo geral, até este ponto, foram explicados aspectos relacionados ao primeiro mecanismo das FI (BALÁN, 2014), as assimetrias informacionais entre eleitores, além de contextualizar os agravantes causados pelo viés de confirmação (LORD et al., 1979) e pela tensão da dissonância cognitiva, que podem gerar implicações na decisão dos eleitores.

Partindo para o segundo mecanismo que faz das FI um dos motivos para os políticos corruptos terem apoio popular, Balán (2014) considerou que a falta de transparência pública dificulta o conhecimento da sociedade quanto à corrupção em andamento no governo.

Conforme Niskanen (1971), a falta de transparência está ligada ao modelo de comportamento burocrático e com a ilusão fiscal. Enquanto a gestão burocrática esconde a ineficiência através de relatórios financeiros pouco elucidativos, a ilusão fiscal pode ser conseguida por não divulgar as consequências futuras das políticas públicas e das despesas atuais.

O relatório Achados e Pedidos (TRANSPARÊNCIA BRASIL, 2017) evidenciou esse problema na transparência pública nacional, onde foram enviados pedidos de informação a 206 órgãos públicos de todos os poderes e esferas federativas. Os resultados apontaram que 46% dos órgãos ignoraram a solicitação enviada. Quanto ao atendimento do pedido, 23% dos órgãos atenderam apenas parcialmente, e apenas 14% dos órgãos atenderam completamente.

A falta de transparência do setor público pode fragilizar a democracia, pois além de se relacionar com a corrupção no governo, aumenta a confusão e reduz a *accountability* do gestor, que oportunisticamente pode se aproveitar das assimetrias informacionais em busca da reeleição (NEVES et al., 2015).

Outro reflexo da corrupção no governo, provocado pela falta de transparência, é o aumento da desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas (MOISÉS, 2010). Alguns estudos já buscaram compreender essa relação (MOISÉS, 2005 e 2010; MUNGIU-PIPPIDI, 2013; GARCIA; TEODÓSIO, 2020). Eles evidenciaram que existem aspectos que ligam a desconfiança do cidadão, a diminuição do capital social e da força coletiva, com a corrupção em democracias.

O estudo Grau de confiança nas instituições (DATAFOLHA, 2019), obteve a opinião de 2.086 cidadãos brasileiros aptos a votar (acima de 16 anos), a partir de questionários estruturados, distribuídos em 130 municípios. Os resultados evidenciaram que as forças armadas se apresentam como a instituição mais confiável (42% confiam muito). Quanto ao poder judiciário e Ministério Público, 48% e 52% respectivamente, disseram confiar pouco. O maior grau de desconfiança recaiu sobre os partidos políticos, onde 58% dos respondentes admitiram não confiar.

Corroborando com esse cenário, Winters e Weitz-Shapiro (2013) argumentaram que em países onde muitos políticos são corruptos, como o Brasil, os eleitores podem achar difícil avaliar informações confiáveis sobre os candidatos. Ou seja, a corrupção política no Brasil só reforça a desconfiança do cidadão nas instituições. Em sociedades que apresentam um baixo

nível de confiança interpessoal e profunda desigualdade social, se fragiliza o sentido da coletividade (GARCIA; TEODÓSIO, 2020).

Diante do contexto apresentado, é possível admitir que o problema da corrupção política se dá não só pelas ações utilitaristas dos governantes, mas também pela falta de atitude ou permissividade dos eleitores à políticos corruptos, onde os condicionantes do comportamento eleitoral podem reforçar o desejo de manutenção de determinado agente político, corrupto ou não, seja por vieses econômicos ou cognitivos, e mais especificamente pelos fatores de tolerância à corrupção política, o EG e as FI, evidenciados de forma mais detalhada no modelo conceitual desta pesquisa.

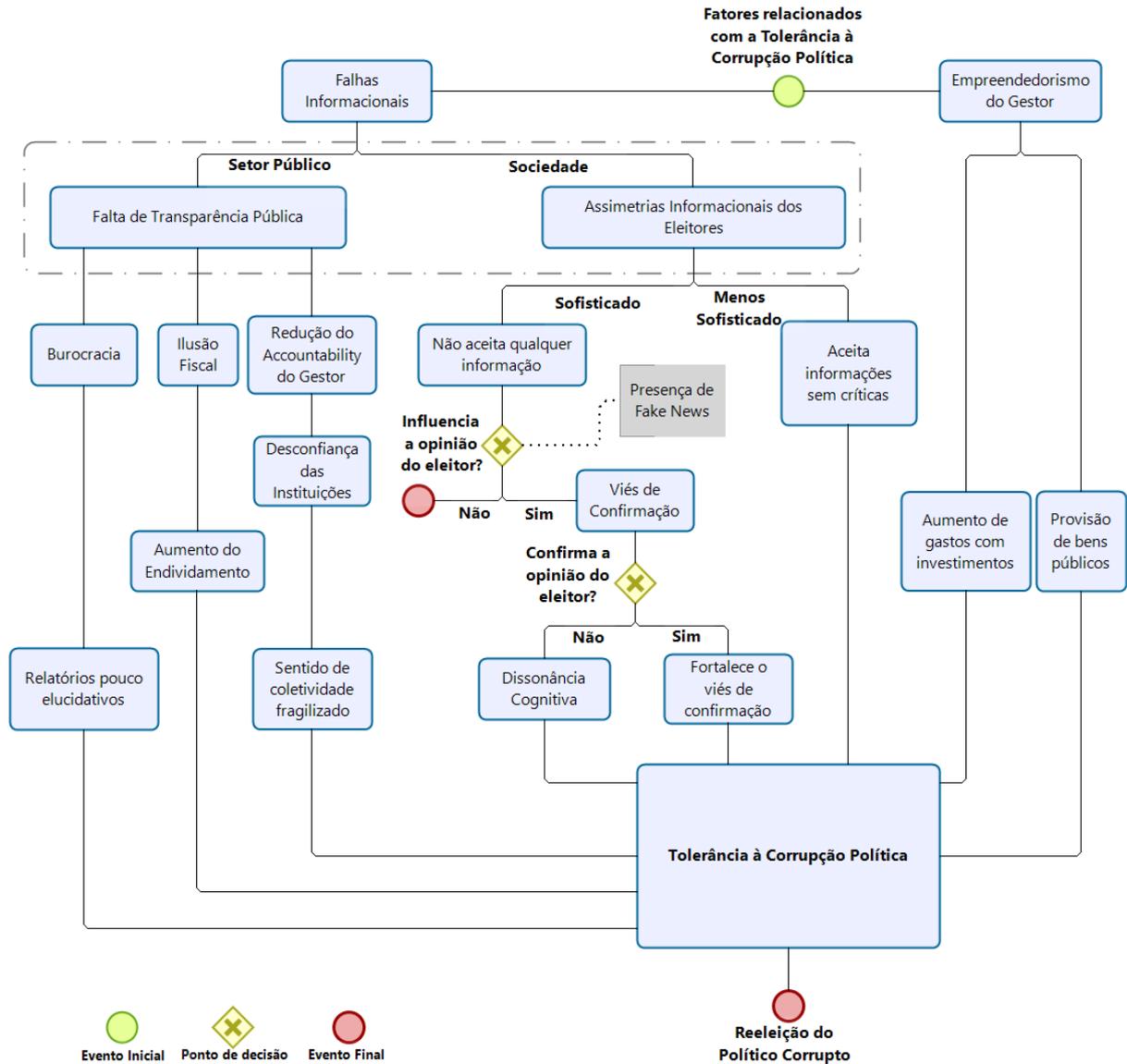
2.4 MODELO CONCEITUAL

Após demonstração dos fatores de tolerância à corrupção a serem pesquisados, e visando de forma complementar o alcance do objetivo da pesquisa, foi desenvolvido um modelo conceitual, que é uma estrutura hipotética que identifica o modelo em estudo e a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes (MUGENDA; MUGENDA, 2003).

A estrutura do modelo conceitual permite visualizar os elementos centrais do estudo, de modo amplo e interconectado, e tem como objetivo descrever e categorizar os conceitos relevantes, estabelecendo as relações entre eles. Desta forma, a estrutura ajuda a definir o conceito, mapear ou desenhar o terreno de pesquisa ou o escopo conceitual, sistematizar a relação entre esses conceitos e identificar as lacunas disponíveis na literatura anterior (KOMBO; TROMP, 2009).

Diante disso, o modelo conceitual (Figura 2) foi desenvolvido tendo como evento inicial os fatores correlacionados à TCP, sendo eles as FI e o EG, que desencadeiam em processos ou atividades que poderão resultar na TCP e auxiliar na confirmação do evento fim, que é a reeleição do político corrupto.

Figura 2 - Modelo conceitual de fatores relacionados com a tolerância à corrupção política



Fonte: Elaboração própria.

O fator FI pode estar associado tanto ao processo de falta de transparência pública, que se condiciona a um aspecto do próprio setor público, como também as assimetrias informacionais dos eleitores, que é um processo desencadeado na sociedade.

Conforme a literatura, as possíveis causas da falta de transparência pública estão ligadas aos processos de burocracia e ilusão fiscal (NISKANEN, 1971). A burocracia, ou controles excessivos, podem estar relacionados no que a pesquisa descreveu como relatórios pouco elucidativos, ou seja, na apresentação com viés mais técnico dos relatórios financeiros. Já a ilusão fiscal pode relacionar-se com o processo de aumento do endividamento público, ou seja, o comprometimento das contas públicas em períodos futuros.

Por sua vez, a redução da *accountability* do gestor pode ser provocada ou provocar a falta de transparência, estando diretamente relacionada com o processo de desconfiança das instituições públicas e desencadeando em relações que podem implicar no sentido de coletividade fragilizado. Evidências na literatura (GARCIA; TEODÓSIO, 2020; MOISÉS 2010) apontam para aspectos que ligam esses processos com a TCP.

Quanto aos aspectos relacionados à assimetria informacional, o modelo conceitual tratou dos processos relacionados ao comportamento da sociedade, sendo o eleitor segmentado a partir da classificação de sofisticado e menos sofisticado (FERRAZ; FINAN, 2008). O perfil denominado de menos sofisticado é caracterizado por aquele que aceita as informações sem críticas, o que pode gerar um maior apoio a políticos corruptos (BALÁN, 2014; BARROS et al., 2019) e diretamente, uma maior TCP. Já o perfil sofisticado é aquele que apresenta um comportamento, ou processo, de não aceitar qualquer informação, porém isso não garante que esse eleitor não sofra com processos que influenciam na TCP (PEREIRA; MELO, 2015).

Como forma de verificar uma possível influência na tolerância do eleitor sofisticado à corrupção política, foi utilizado no modelo a presença de *fake news*, um dos fatores atenuantes do problema de TCP (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2019). Tal atenuante foi apresentado no modelo como um ponto de decisão, que em caso de não influência resultava no fim do processo e não TCP, mas em caso da influência outros processos comportamentais eram originados.

Dentre os processos comportamentais originados pela influência da presença de *fake news*, o modelo conceitual apresenta o viés de confirmação (LORD et al., 1979) do eleitor, e o ponto de decisão questiona se o viés de confirmação do eleitor influenciado pelas *fake news* confirma ou não a sua opinião. Em caso afirmativo, as *fake news* fortalecem o viés de confirmação, e em caso negativo, as *fake news* provocam o mal-estar psicológico chamado de dissonância cognitiva (MULLAINATHAN; WASHINGTON, 2007). Ou seja, quando influenciado pelas *fake news*, tendo confirmado ou não a sua opinião, até o eleitor sofisticado pode ser levado à TCP.

Quanto ao fator EG, foram apresentados dois processos que são preditores para tolerância do eleitor à corrupção política. Tanto o aumento de gastos com investimentos, como a provisão de bens públicos (WINTER; WEITZ-SHAPIRO, 2013; PEREIRA; MELO, 2015) podem guardar relação com a TCP, favorecendo assim a sobrevivência de políticos corruptos, ou seja, o que o modelo conceitual definiu como evento fim, que é a reeleição do político corrupto.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentam-se os tópicos relacionados à metodologia aplicada na pesquisa, com a finalidade de alcançar o objetivo geral de analisar como o empreendedorismo do gestor e as falhas informacionais se relacionam com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção política.

A investigação partiu de uma ampla revisão bibliográfica multidisciplinar como suporte para identificar teorias e variáveis correlacionadas ao tema. Como estratégia central da pesquisa, foi utilizado um *survey*, por meio do qual foram coletados os dados, através de cenários e questionário, com aplicação de técnicas quantitativas para análise, por meio de estatísticas descritivas, e testes não paramétricos, com a finalidade de comparar os grupos.

O percurso metodológico é detalhado nos seguintes tópicos: 3.1 Variáveis da pesquisa; 3.2 Desenho dos cenários; 3.3 Procedimentos de coleta dos dados; 3.4 População e amostra; 3.5 Técnicas de análise dos dados.

3.1 VARIÁVEIS DA PESQUISA

Considerando que o problema de pesquisa questiona como o empreendedorismo do gestor e as falhas informacionais se relacionam com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção política, foi possível definir assim as variáveis em exame: a variável dependente é denominada de tolerância à corrupção política (TCP) e representada pela reeleição do candidato e por níveis de concordância, e as variáveis independentes estão contidas nos fatores Empreendedorismo do Gestor (EG) e Falhas Informacionais (FI).

Para construir a variável dependente, baseada em uma premissa e não amplamente consolidada em teoria, foi utilizada a pesquisa bibliográfica para revisão de literatura. Esse tipo de revisão é recomendado para fazer o levantamento da produção científica disponível e (re)construir redes de pensamentos e conceitos, que articulam saberes de diversas fontes, na tentativa de trilhar caminhos em direção ao que se deseja conhecer (SEGURA-MUÑOZ et al., 2002).

Na fase de revisão da literatura, foram analisados artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais e utilizada a base de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pertencentes às áreas de Contabilidade, Administração Pública, Direito, Economia, Ciência Política, Sociologia e Psicologia Social. Os principais termos utilizados como filtro foram: “corrupção”, “corrupção política”, “tolerância à

corrupção” e “rouba, mas faz”, em português e inglês, na busca por artigos que fossem similares ou relacionados ao tema da pesquisa.

Como resultado da seleção dos artigos que se relacionam com a TCP, foi elaborado um Quadro Conceitual (APÊNDICE A), em que são classificados os estudos principais por periódico, estratos de qualificação da CAPES, título do artigo e referências das bases que solidificaram a construção da variável dependente.

Para mensurar a variável, foi utilizada a intenção de reeleger determinado perfil político, por meio da escala Likert de 6 pontos, e os níveis de concordância com a TCP em relação às variáveis independentes, por meio de escala Likert de 5 pontos. O Quadro 2 demonstra as escalas como forma de mensuração.

Quadro 2 - Escalas Likert

Valor	Intenção de reeleger	Nível de concordância
1	Não votaria com certeza	Discordo totalmente
2	Improvável que vote	Discordo
3	Pouco provável que vote	Concordo pouco
4	Provável que vote	Concordo
5	Muito provável que vote	Concordo totalmente
6	Votaria com certeza	-

Fonte: Elaboração própria.

A escala de 6 pontos foi escolhida porque é mais confiável e precisa (GUY; NORVELL, 1977) e evita o ponto neutro, que serve para o respondente anular a questão (GARLAND, 1991). Já a escala de 5 pontos apresenta um nível de confiabilidade adequado e se ajusta aos respondentes com diferentes níveis de habilidade. Sua escolha pode depender de fatores subjetivos, como complexidade do tema e quantidade de questões (DALMORO; VIEIRA, 2013).

Quanto às variáveis independentes, foram encontradas evidências, com base na revisão de literatura, de possíveis relações com a TCP. Dentre essas variáveis, esta pesquisa direcionou a investigação, com sustentações teóricas, das que apresentavam aspectos mais próximos à área contábil do setor público, o que possibilitou que elas fossem classificadas, neste estudo, de acordo com os fatores de TCP: EG e FI.

Depois de proceder à Modelagem dos Construtos (APÊNDICE B), foi possível determinar as seguintes variáveis independentes: provisão de bens públicos, aumento de gastos com investimentos, redução da *accountability* do gestor, desconfiança das instituições, sentido

de coletividade fragilizado, relatórios pouco elucidativos, ilusão fiscal, controles excessivos/burocracia, assimetrias informacionais dos eleitores, eleitor menos sofisticado, eleitor sofisticado, dissonância cognitiva e viés de confirmação.

Para mensurar as variáveis independentes, foram criadas 15 assertivas, sustentadas em bases teóricas, contidas na Modelagem dos Construtos (APÊNDICE B) e integradas nos fatores EG e FI, para captar os níveis de concordância relacionados com a TCP (Quadro 2).

3.2 DESENHO DOS CENÁRIOS

Para atingir o objetivo central do estudo, foram criados três cenários diferentes, cujos desenhos foram elaborados utilizando-se os fatores EG e FI (transparência pública e *accountability*) relacionados à variável dependente TCP, com o objetivo de avaliar a intenção de reeleger determinado político, ou seja, similar ao evento fim do modelo conceitual.

Destaca-se dos cenários que eles foram compreendidos como a primeira parte do *survey*, e para apresentá-los, foram usados vídeos ilustrativos de 02:24 minutos cada, hospedados no Youtube (COSTA NETO, 2020), que apresentam 18 cenas (APÊNDICE C), com as características (variáveis) de um político candidato à reeleição.

Na apresentação dos cenários foram demonstradas as variáveis independentes por meio dos fatores EG e FI (transparência pública e *accountability*), e a variável dependente TCP, por meio de suspeitas de corrupção. A manipulação dessas variáveis foi preestabelecida pela presença, presença parcial ou ausência delas, em cada um dos três cenários.

O cenário apresentado dependia da escolha do participante, feita de forma aleatória, designada para formação dos três grupos da pesquisa (G1, G2 e G3), em que são esperadas diferentes respostas entre os grupos com base nos diferentes desenhos de cada cenário. Nesse sentido, os grupos de participantes podem ser descritos com base nos cenários e seus respectivos perfis políticos (APÊNDICE C) da seguinte forma:

G1: Cenário 1 – Político “Nem rouba, nem faz”;

G2: Cenário 2 – Político “Rouba pouco, faz pouco”;

G3: Cenário 3 – Político “Rouba, mas faz”.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados com o intuito de analisar como o empreendedorismo do gestor e as falhas informacionais se relacionam com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção

política. Para isso, foi utilizado um *survey* que, em primeiro momento, apresentou um dos três cenários (vídeos), cuja escolha designava para um dos grupos (G1, G2 e G3) e, na sequência apresentou-se o questionário com coleta de identificação do perfil dos respondentes e de assertivas estruturadas.

Antes de aplicar o *survey*, que continha os cenários e o questionário, foi realizado um pré-teste com a intenção de avaliar se os instrumentos do procedimento eram compreensíveis e claros, o qual foi enviado para nove pesquisadores (doutores e mestres), dos quais foram recebidas algumas sugestões, considerações e *feedbacks* quanto à pontos relativos aos cenários (vídeos) e às assertivas, que foram incorporados porque se mostraram pertinentes.

O *survey* definitivo, com os cenários e as assertivas do questionário ajustados, foi elaborado por meio de um formulário eletrônico, e os dados foram coletados a partir de *links* disponibilizados. O período de recolhimento dos dados foi de 21 de setembro de 2020 a 27 de novembro de 2020. Foram observados os requisitos constantes na Resolução 510/2016 do Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP). Os participantes não foram identificados e utilizou-se apenas o número de endereço de IP (*Internet Protocol*) de cada participante, limitando a uma única resposta por IP, para evitar vieses nos resultados.

O *survey* (APÊNDICE D) apresentou a seguinte estrutura: i) informacional sobre a pesquisa (obedecendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE); ii) informacional, de cunho instrutivo quanto à forma como a pesquisa foi segmentada; iii) escolha do cenário (vídeo); iv) apresentação do cenário e coleta direta da intenção de reeleger o político; v) coleta direta das questões demográficas e vi) coleta direta das assertivas estruturadas.

Convém enfatizar que, no tópico informacional sobre a pesquisa (TCLE), havia duas perguntas. A primeira sobre se o respondente aceitaria ou não participar da pesquisa; e a segunda, sobre o único critério de obrigatoriedade para responder o questionário: se era eleitor brasileiro ativo e apto a votar.

Adiante, depois do tópico informacional de cunho instrutivo, apresentou-se a escolha do cenário (vídeo), que funcionou como uma espécie de selecionador para formar os grupos da pesquisa (G1, G2 e G3), ou seja, o participante era informado que seria apresentado a um vídeo ilustrativo com um cenário hipotético, mas, para seguir adiante no questionário e assistir ao vídeo, deveria escolher uma de três opções de figuras idênticas (capa dos vídeos), modificadas propositalmente para serem opções randomizadas que o colocava em um dos três cenários.

Depois de feita a escolha, o participante era apresentado ao cenário escolhido aleatoriamente e deveria assistir a um dos vídeos (COSTA NETO, 2020), cujas cenas estão

descritas em detalhes no APÊNDICE C, e responder a uma questão em escala Likert de 6 pontos (Quadro 2), sobre qual a alternativa que representava melhor sua intenção de reeleger o político apresentado.

A coleta direta das questões demográficas foi responsável por formar dos perfis dos respondentes, sobre gênero, idade, grau de instrução, Unidade da Federação/Região, ocupação (empregatícia ou outra) e renda mensal individual.

O questionário foi composto de 15 (quinze) assertivas estruturadas, contidas na modelagem dos construtos (APÊNDICE B), formuladas com a sustentação de bases teóricas que utilizaram os fatores EG, nas assertivas de 1 a 4, e FI nas assertivas de 5 a 15, por meio das variáveis independentes. As respostas das assertivas, padronizadas em escala Likert de 5 pontos (Quadro 2), representam os níveis de concordância relacionados à TCP.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O universo da pesquisa foi composto de eleitores brasileiros. Conforme o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o quantitativo é de, aproximadamente 150 milhões de cidadãos aptos a votar (TSE, 2020). Dados relativos ao número de eleitores aptos por região até o mês de outubro de 2020, são demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantitativo de eleitores brasileiros aptos por região

Região	Quantidade	%
Centro-Oeste	10.943.887	7,27
Nordeste	40.654.818	27,01
Norte	11.908.196	7,91
Sudeste	64.720.797	43,00
Sul	21.781.949	14,47
Exterior	509.988	0,34
Total	150.519.635	100

Fonte: TSE (2020).

Quanto à amostra da pesquisa, foi considerada como aleatória simples, porque os membros da população têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra, que foi efetuada ao acaso. Além disso, a amostra é probabilística, e cada elemento da população tem uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado para compor a amostra (MATTAR, 1996).

Como o estudo trata de uma comparação de mais de dois grupos, deve ser pleiteada a possibilidade de todos os grupos se contraporem, seja por abordagens paramétricas ou não-paramétricas (COUTO JÚNIOR, 2009). Na pesquisa, procedeu-se a uma estimação para o tamanho amostral sugerida para abordagens não paramétricas, conforme indicado em estudos anteriores (BROWNIE; BOSS, 1994; MAHONEY; MAGEL, 1996; COUTO JÚNIOR, 2009). Para isso, foi utilizada a seguinte fórmula:

$$n = \frac{k \cdot \sum_{i=1}^k d_i}{\sum_{i=1}^k PE_i}$$

Em que:

n = tamanho da amostra;

k = número de grupos estudados;

d_i = número de eventos esperados em cada um dos k grupos;

PE_i = probabilidade de que o evento ocorra em cada um dos k grupos;

Depois de efetuado o cálculo amostral, encontrou-se que o número mínimo de membros para cada grupo deveria ser de 84. Quanto aos participantes que concluíram o *survey* da pesquisa, ficaram distribuídos em cada grupo da seguinte forma: 154, no G1, 136 no G2, e 151 no G3. Portanto, foram atendidos os requisitos para um tamanho amostral representativo.

A amostra final da pesquisa, representada pelo somatório dos três grupos (G1, G2 e G3) totalizou 441 participantes com respostas concluídas. Porém é preciso ressaltar que foram obtidas 468 respostas, mas 27 delas foram desconsideradas por não estarem finalizadas.

3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Com intuito de responder à questão central da pesquisa e alcançar o objetivo do estudo, compreendido por um *survey* com aplicação de cenários e questionário, foram utilizadas estatísticas descritivas para apresentar o perfil dos respondentes e análises não paramétricas e de tamanho de efeito para comparar os grupos do estudo.

Inicialmente, para analisar a confiabilidade ou a consistência das assertivas que compõem o questionário, foi utilizado o coeficiente de *alpha* de *Cronbach*, cujo valor varia entre 0 e 1, em que quanto mais próximo de 1, maior a consistência interna. Esse coeficiente mede, por meio da análise do perfil de respostas, a correlação entre as respostas oferecidas em um questionário (HORA; MONTEIRO; ARICA, 2010).

Embora não haja consenso na literatura, conforme Landis e Koch (1977) considera-se a consistência interna de instrumentos de pesquisa com coeficientes entre 0 a 0,21 como pequena, entre 0,21 a 0,40 como razoável, entre 0,41 a 0,60 como moderada, entre 0,61 a 0,80 como substancial, e entre 0,81 a 1,0 como quase perfeita.

Para a análise comparativa dos grupos foram utilizados os testes não paramétricos de *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney* na verificação das variáveis coletadas a partir da escala Likert nos cenários e nas assertivas. Por meio do teste *Kruskal-Wallis*, podem-se comparar três ou mais grupos em amostras independentes, para verificar se nos grupos (G1, G2 e G3) existem diferenças estatisticamente significativas, na percepção dos eleitores de todos os grupos, da relação dos fatores EG e FI com a TCP.

Quanto ao teste *Mann-Whitney*, é utilizado quando existem duas amostras independentes retiradas de populações com médias iguais. É uma alternativa para o teste “t” de amostras independentes. O objetivo desse teste é verificar se existem diferenças significativas entre os grupos (G1, G2 e G3), analisando par a par, quanto à percepção dos eleitores sobre a relação dos fatores EG e FI com a TCP.

Por fim, foi utilizado o teste de tamanho de efeito do tipo *d* de *Cohen*, que funciona como uma estatística descritiva que complementa o teste de significância estatística. A literatura descreve-o como sendo uma medida comum para testes *t* com grupos independentes, contudo também é possível estimar tamanhos de efeito quando se utilizam testes não paramétricos como o *Mann-Whitney* (FRITZ; MORRIS; RICHLER, 2012).

Nesta pesquisa, a finalidade do teste *d* de *Cohen* foi motivada pela contribuição baseada nas estimativas do tamanho do efeito ao se analisarem diferentes fatores ou o mesmo fator em diferentes circunstâncias (FRITZ; MORRIS; RICHLER, 2012). Ou seja, a relação dos fatores EG e FI com a TCP pode ser analisada de forma comparativa entre os grupos que foram expostos a diferentes cenários.

A interpretação para os tamanhos de efeito do *d* de *Cohen* classifica em valores absolutos a magnitude do efeito, sendo nulo de 0,00 a 0,10, fraco de 0,11 a 0,29, moderado de 0,30 a 0,49 e forte acima de 0,50 (COHEN, 1988).

A literatura também usa outras linguagens que se relacionam ao *d* de *Cohen* para auxiliar a interpretação dos resultados, como, por exemplo, a *PS*, que é a probabilidade de superioridade, ou seja, a porcentagem de ocasiões em que um membro da distribuição com amostra aleatória com a média mais alta terá uma pontuação mais alta do que um membro da outra distribuição, e o *UI*, que funciona como uma porcentagem de não sobreposição entre as duas distribuições (COHEN, 1988; GRISSOM, 1994; FRITZ; MORRIS; RICHLER, 2012).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo, em que são apresentados e analisados os resultados da pesquisa, foi subdividido nos seguintes tópicos: 4.1 Perfil dos respondentes; 4.2 Análise comparativa dos grupos; e 4.3 Análise do tamanho do efeito.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A partir do questionário, foram coletadas 441 respostas, divididas em grupos da seguinte forma, no grupo G1 (Cenário 1 – Político “Nem rouba, nem faz”) 154 respondentes, no grupo G2 (Cenário 2 – Político “Rouba pouco, faz pouco”) 136 respondentes, e por fim, no grupo G3 (Cenário 3 – Político “Rouba, mas faz”) um total de 151 respondentes.

Após o processo randômico, que possibilitou a distribuição dos grupos, os participantes responderam as questões demográficas que auxiliaram na comparação com o perfil do eleitor brasileiro, formando o perfil dos respondentes de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2 - Perfil dos respondentes

Variáveis demográficas		G1 (n=154)		G2 (n=136)		G3 (n=151)	
		N	%	N	%	N	%
Gênero	Feminino	86	55,8	74	54,4	98	64,9
	Masculino	66	42,9	61	44,9	50	33,1
	Prefiro não responder	2	1,3	1	0,7	3	2,0
Idade	Entre 16 e 30 anos	71	46,1	68	50,0	55	36,4
	Entre 31 e 50 anos	64	41,6	53	39,0	77	51,0
	Entre 51 e 70 anos	17	11,0	14	10,3	17	11,3
	Acima de 70 anos	2	1,3	1	0,7	2	1,3
Grau de instrução	Ensino Fundamental	3	1,9	2	1,5	3	2,0
	Ensino Médio	23	14,9	14	10,3	27	17,9
	Graduação	73	47,4	63	46,3	57	37,7
	Especialização	26	16,9	30	22,1	34	22,5
	Mestrado	21	13,6	24	17,6	24	15,9
	Doutorado	8	5,2	3	2,2	6	4,0
Região	Centro-Oeste	0	0,0	2	1,5	3	2,0
	Nordeste	106	68,8	102	75,0	100	66,2
	Norte	22	14,3	14	10,3	19	12,6
	Sudeste	21	13,6	13	9,6	17	11,3

	Sul	5	3,3	5	3,7	12	8,0
Ocupação	Estudante	31	20,1	30	22,1	24	15,9
	Autônomo(a)	24	15,6	14	10,3	20	13,2
	Empresário(a)	15	9,7	11	8,1	15	9,9
	Servidor(a) público(a)	48	31,2	40	29,4	45	29,8
	Servidor(a) da iniciativa privada	15	9,7	22	16,2	28	18,5
	Aposentado(a)	6	3,9	6	4,4	3	2,0
	Desempregado(a)	4	2,6	3	2,2	5	3,3
	Outro(a)	11	7,1	10	7,4	11	7,3
Renda mensal	Até 1 SM	29	18,8	36	26,5	30	19,9
	De 1 a 3 SM	56	36,4	54	39,7	57	37,7
	De 3 a 5 SM	22	14,3	14	10,3	23	15,2
	De 5 a 7 SM	11	7,1	9	6,6	14	9,3
	De 7 a 10 SM	11	7,1	11	8,1	11	7,3
	Não desejo informar	25	16,2	12	8,8	16	10,6

Nota: SM = Salário mínimo.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

Conforme o disposto na Tabela 2, todos os grupos apresentam uma predominância do gênero feminino na amostra. Quanto à idade, distribuída entre faixas de jovens, adultos e idosos, conforme as regras de obrigatoriedade para voto, de 16 até 70 anos, a maior parte da amostra se encontra com idades entre 16 e 30 anos. Observando os aspectos ligados ao grau de instrução, foi solicitado a maior titulação ou a que se cursava no período em que o questionário foi respondido. Em todos os grupos, o perfil médio dos respondentes apontou para a graduação. No tocante à Região, a maior parte dos respondentes da amostra total pertence à Região Nordeste. Quanto à ocupação, em todos os grupos predominaram servidores públicos. Sobre a renda mensal, a maior parte dos respondentes afirmou ter renda de um a três salários mínimos.

Depois de examinar cada variável demográfica, foi possível traçar um comparativo dos eleitores da amostra do estudo que segue distribuída por grupos, com o perfil médio do eleitor nacional com base em dados do TSE (2020) e do IBGE (2020), demonstrado na Tabela 3. Essas comparações auxiliaram a se alcançar o objetivo da pesquisa de analisar como o empreendedorismo do gestor e as falhas informacionais se relacionam com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção política.

Tabela 3 - Perfil médio do eleitor por grupos / nacional

Variáveis demográficas	G1	G2	G3	Brasil
Gênero	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Idade	Entre 16 e 30 anos	Entre 16 e 30 anos	Entre 31 e 50 anos	Entre 25 e 44 anos
Grau de instrução	Graduação	Graduação	Graduação	Ensino médio completo
Região	Nordeste	Nordeste	Nordeste	Sudeste
Ocupação	Servidor(a) público(a)	Servidor(a) público(a)	Servidor(a) público(a)	-
Renda mensal	De 1 a 3 SM	De 1 a 3 SM	De 1 a 3 SM	R\$ 1.438,67

Nota: SM = Salário mínimo.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados; IBGE (2020); TSE (2020).

Notadamente, todos os perfis têm mais representatividade pelo gênero feminino. Quanto à idade, os grupos da amostra estão em faixas próximas da média nacional. Sobre o grau de instrução, por ser solicitada a maior titulação ou a que se cursava no período em que respondeu o questionário, abriu-se a possibilidade de eleitores respondentes estarem na graduação (perfil médio dos grupos), mas terem apenas o ensino médio completo (perfil médio nacional), o que também pode ser considerado na comparação entre os perfis.

No que diz respeito à região, todos os grupos apresentaram um percentual concentrado de eleitores do Nordeste, enquanto o perfil nacional apresenta uma maior representatividade da região Sudeste, o que poderia provocar alguns vieses.

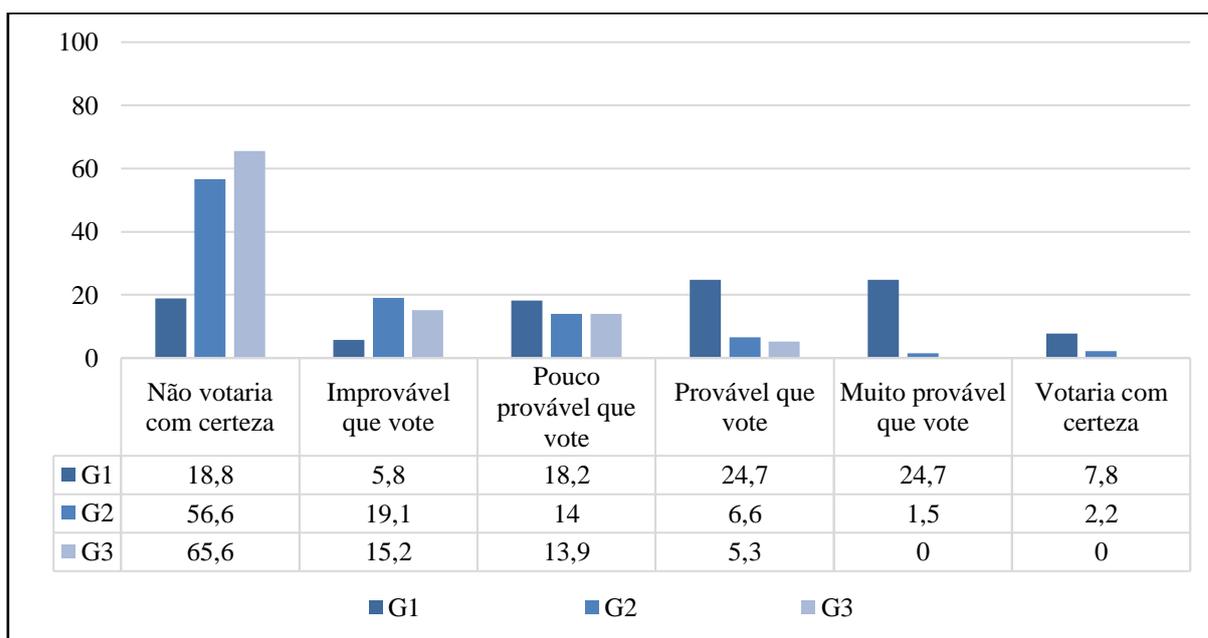
Quanto à variável demográfica ocupação, não foram traçados comparativos com a média nacional. Sobre o comparativo da renda mensal individual, foram demonstradas similaridades, visto que o perfil médio nacional, segundo o IBGE (2020), recebe R\$ 1.438,67, enquanto o perfil médio dos participantes de todos os grupos foi de 1 a 3 salários mínimos.

Assim, foram encontradas similaridades entre o perfil dos grupos da pesquisa e o perfil nacional, menos na variável região. Porém, como tratamento para essa limitação, destaca-se que a segunda maior média populacional de eleitores no Brasil é na Região Nordeste (Tabela 1), e conforme Nicolau (2014), sua representatividade pode decidir os rumos de eleições nacionais, porque foi fator determinante para os resultados das eleições presidenciais de 2006 e 2010. Portanto, é possível utilizar o perfil dos grupos da pesquisa como representativo dos eleitores do Brasil.

4.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS GRUPOS

No Gráfico 1, apresenta-se uma visão geral do nível de TCP representada com a intenção de reeleger o político apresentado, de acordo com a primeira parte do *survey*, nos cenários: G1 (“Nem rouba, nem faz”); G2 (“Rouba pouco, faz pouco”); e G3 (“Rouba, mas faz”).

Gráfico 1 - Comparativo do nível de TCP (intenção de reeleger o político)



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados.

Os resultados comparativos demonstraram que o G1 apresentou o maior percentual de intenção de reeleição do perfil político apresentado, dentre todos os grupos. Aproximadamente 75% afirmaram, em algum nível, a probabilidade de votar no político “Nem rouba, nem faz”, e apenas 18,8% não votaria com certeza.

Em relação ao grupo G2, os resultados principais da intenção de reeleger o político “Rouba pouco, faz pouco” foi de que 56,6% não votariam com certeza, mas cerca de 24% afirmaram existir algum nível provável de chance de reelegê-lo, ou seja, apresenta-se uma demonstração de TCP.

Quanto ao grupo G3, 65,6% dos participantes afirmaram que sua intenção era de não votar com certeza no político “Rouba, mas faz”. Esses resultados, de forma similar à pesquisa de Bonifácio (2013), reforçam o amplo rechaço na percepção dos eleitores à corrupção política. Mesmo assim, cerca de 19% afirmaram existir algum nível de TCP, na probabilidade de reeleger o político do “rouba, mas faz”.

Seguindo nas comparações, foram verificados se as diferenças médias da intenção de reeleição dos perfis políticos apresentados aos grupos são significantes do ponto de vista estatístico, sendo efetuado o teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Teste Kruskal-Wallis para todos os grupos, considerando a intenção de reeleição

Grupo	Média	Desvio padrão	Kruskal-Wallis
G1	3,54	1,572	0,000
G2	1,84	1,200	
G3	1,59	0,918	

Nota: Quanto maior a média, mais provável a chance de voto.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados.

Sobre a Tabela 4, é possível observar diferenças entre as médias, mais precisamente do G1 (3,54) para os demais grupos, G2 e G3 (1,84 e 1,59) respectivamente, como também o desvio padrão, que se tornou menor nos grupos G2 e G3 (1,20 e 0,918), indicando menores variações nas respostas assumidas pelos respondentes.

Destaque para a diferença média significativa estatisticamente (0,000) que, conforme as características apresentadas nos cenários (vídeos), indica que eleitores expostos a políticos que não realizam obras, mas que são transparentes, responsáveis e não são corruptos, têm mais chances de reelegê-los do que eleger os que fazem obras, mas não apresentam transparência, não são responsáveis e são suspeitos de corrupção. Tal fato pode representar uma certa racionalidade do eleitor (DOWNS, 1957), que não enxerga benefícios advindos de governos corruptos e, se estiver bem informado, pode ser considerado mais sofisticado.

Tabela 5 - Comparações Post-hoc, considerando a intenção de reeleição

Grupos	Std. Test Statistic	p-value	Adj. p-value
G1 – G2	8,893	0,000	0,000
G1 – G3	10,616	0,000	0,000
G2 – G3	1,433	0,152	0,456

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados.

Também foram feitas comparações *post-hoc* para as diferenças significativas existentes entre os grupos, demonstradas na Tabela 5. O teste *post-hoc* dos três grupos confirmou a significância estatística entre as diferenças médias dos grupos com o *p-value* ajustado, do G1,

com G2 (0,000), e do G1, com G3 (0,000). Quanto à comparação entre os grupos G2 e G3, não foi possível estabelecer uma diferença média significativa estatisticamente (0,152).

Diante do exposto, os resultados dos cenários moldados com perfis políticos na ideia do “rouba, mas faz”, utilizando os fatores EG e FI na TCP, indicam que o eleitor tem uma tendência a não tolerar políticos corruptos. Isso corrobora com os achados de Winters e Weitz-Shapiro (2013), cujos entrevistados rejeitaram fortemente o trade-off do “rouba, mas faz”.

Com a finalidade de continuar a análise comparativa dos grupos, a partir deste ponto, serão examinadas as assertivas do questionário que integrava a segunda parte do *survey*. Preliminarmente, foi avaliada a consistência interna das assertivas por meio do coeficiente *alpha* de *Cronbach*, demonstrado na Tabela 6, cujos resultados apontam a correlação média entre as respostas das assertivas.

Tabela 6 - Confiabilidade das assertivas do questionário

Coeficiente	G1	G2	G3	Amostra total
Alpha de Cronbach	0,696	0,714	0,736	0,719

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

De acordo com a Tabela 6, quanto à consistência interna das assertivas, o resultado do coeficiente *alpha* de *Cronbach* foi de 0,696 para G1; 0,714 para G2; 0,736 para G3; e 0,719, para a amostra total, ou seja, mostrou-se substancial, porque resultados entre 0,61 e 0,80 são considerados substanciais (LANDIS; KOCH, 1977), tanto para as análises feitas para as respostas de cada grupo (G1, G2 e G3) quanto para as respostas das assertivas de toda a amostra.

Depois de avaliar a consistência interna do questionário, foram feitas as análises das 15 assertivas por grupo, iniciando pelos participantes do G1 quanto à influência dos fatores EG e FI na TCP. Os itens foram agrupados em níveis de discordância e concordância, de escala Likert de 5 pontos, e seguem demonstrados na Tabela 7.

Tabela 7 - Percepção do G1 quanto aos fatores de influência na TCP, por assertiva

Assertiva	Escala Likert (%)				
	1	2	3	4	5
1. Já votei para que um político fosse reeleito por realizar uma gestão eficiente e satisfatória, mesmo com suspeita de corrupção política.	29,9	23,4	22,1	23,4	1,3
2. Sendo empreendedor e ajudando o povo, o político com suspeita de corrupção poderia ser reeleito.	32,5	35,1	12,3	16,9	3,2

3. Prefiro um político que realize as obras que prometeu mesmo que seja corrupto.	46,8	34,4	13,6	3,9	1,3
4. Um bom político se conhece por suas obras, não por sua honestidade.	43,5	36,4	13,6	5,2	1,3
5. Acredito que todo político é corrupto.	14,9	33,8	23,4	19,5	8,4
6. O problema da corrupção política é sistêmico nas Instituições Públicas.	5,2	12,3	21,4	39,6	21,4
7. Meu voto não é capaz de mudar a corrupção na política.	24,0	37,7	14,9	16,9	6,5
8. Tenho dificuldades de compreensão dos relatórios contábeis e financeiros do setor público, são técnicos e complexos, por isso o acesso aos portais de transparência não altera o meu voto.	11,0	42,9	21,4	18,2	6,5
9. Mesmo sendo corrupto e aumentando muito a dívida pública, reelegeria um político que faz obras e promove programas sociais.	42,9	40,9	9,7	5,8	0,6
10. Acredito que a burocracia e os controles excessivos do Setor Público, alimentam a corrupção política.	11,0	34,4	20,1	24,7	9,7
11. Uso os portais de transparência para analisar as informações contábeis e financeiras da gestão dos políticos antes de decidir meu voto.	14,3	24,7	26,0	31,2	3,9
12. Decido meu voto pela eficiência do político (Exemplo: obras realizadas e programas sociais entregues), e não pelas informações em portais de transparência.	5,2	21,4	37,7	31,2	4,5
13. Pesquiso o histórico dos candidatos antes de decidir meu voto.	1,9	3,9	20,8	48,7	24,7
14. Se o político que votei é chamado de corrupto nas redes sociais, mas faz o que prometeu e ajuda a sociedade, tem chances de receber meu voto novamente.	14,3	33,1	28,6	22,7	1,3
15. Se o político que simpatizo (Exemplo: Empreendedor, que faz obras sociais ou que é transparente) têm seu nome em notícias de suspeitas de corrupção, acredito inicialmente que possam ser <i>fake news</i> .	14,9	31,2	31,8	18,8	3,2

Nota: 1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Concordo pouco; 4 = Concordo; 5 = Concordo totalmente.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados.

De modo geral, dentre os principais resultados dos respondentes do G1, entende-se que, apesar de 46% dos eleitores desse grupo concordarem, de certo modo, que já votaram em um político com suspeita de corrupção por realizar uma gestão eficiente, 61% desse mesmo grupo discordam, em algum nível, que seu voto não é capaz de mudar a corrupção na política. Desses resultados, é possível inferir que, assim como no estudo de Habibov et al. (2019), os efeitos da corrupção são reduzidos quando os eleitores estão mais satisfeitos com os serviços públicos, e também se destaca um paradoxo na decisão do eleitor, que apesar de afirmar que já votou em um político corrupto, acredita que seu voto é capaz de mudar a corrupção na política, ou seja, uma provável dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957).

Para cerca de 82% desses eleitores, existe algum grau de concordância para o problema de a corrupção política ser sistêmico nas instituições públicas, e aproximadamente 55% concordam, de certo modo, que os controles excessivos e a burocracia são uma forma de alimentar a corrupção. Esses resultados evidenciam que os próprios eleitores reconhecem as dificuldades de enfrentar o problema da corrupção política, assim como enfatizado por Rothstein (2007; 2019).

Apesar desse entendimento, o eleitor do G1 apresenta contradições, visto que aproximadamente 61% concordaram, em algum nível, que usam portais de transparência para analisar informações contábeis, 94% afirmaram que pesquisam o histórico do candidato antes de decidir o voto, porém 73% concordaram, em determinado nível, que decidem o voto pelas obras e programas sociais entregues, e não pelas informações em portais de transparência. Ou seja, em um primeiro momento o eleitor se diz ser informado, porém desconstrói esse perfil se mostrando mais ignorante racionalmente (CAPLAN, 2011), ao afirmar que vota, da forma menos custosa possível, com base em suas próprias crenças e concepções.

No que diz respeito às assertivas 14 e 15, que trataram de questões cognitivas, 52% concordam, de certo modo, que votariam novamente em um político que prometeu ajudar a sociedade, mesmo sendo chamado de corrupto nas redes sociais, e cerca de 53% afirmaram acreditar inicialmente que são *fake news* as notícias com suspeitas de corrupção sobre o político com quem o eleitor simpatiza. Com base no estudo de Mullainathan e Washington (2007), isso reflete a necessidade de manter a consistência interna e é resultado da dissonância cognitiva.

A seguir, na Tabela 8, são demonstrados os resultados em níveis de discordância ou concordância em escala Likert, das percepções dos eleitores do G2, quanto à influência dos fatores EG e FI na TCP.

Tabela 8 - Percepção do G2 quanto aos fatores de influência na TCP, por assertiva

Assertiva	Escala Likert (%)				
	1	2	3	4	5
1. Já votei para que um político fosse reeleito por realizar uma gestão eficiente e satisfatória, mesmo com suspeita de corrupção política.	35,3	23,5	22,1	16,2	2,9
2. Sendo empreendedor e ajudando o povo, o político com suspeita de corrupção poderia ser reeleito.	39,0	30,9	17,6	9,6	2,9
3. Prefiro um político que realize as obras que prometeu mesmo que seja corrupto.	49,3	32,4	11,0	5,9	1,5
4. Um bom político se conhece por suas obras, não por sua honestidade.	45,6	38,2	11,0	2,9	2,2
5. Acredito que todo político é corrupto.	17,6	32,4	24,3	16,9	8,8

6. O problema da corrupção política é sistêmico nas Instituições Públicas.	7,4	12,5	30,1	35,3	14,7
7. Meu voto não é capaz de mudar a corrupção na política.	24,3	42,6	19,9	7,4	5,9
8. Tenho dificuldades de compreensão dos relatórios contábeis e financeiros do setor público, são técnicos e complexos, por isso o acesso aos portais de transparência não altera o meu voto.	11,0	42,6	29,4	11,8	5,1
9. Mesmo sendo corrupto e aumentando muito a dívida pública, reelegeria um político que faz obras e promove programas sociais.	41,9	39,0	10,3	6,6	2,2
10. Acredito que a burocracia e os controles excessivos do Setor Público, alimentam a corrupção política.	16,2	33,8	19,9	25,7	4,4
11. Uso os portais de transparência para analisar as informações contábeis e financeiras da gestão dos políticos antes de decidir meu voto.	7,4	33,8	27,2	25,0	6,6
12. Decido meu voto pela eficiência do político (Exemplo: obras realizadas e programas sociais entregues), e não pelas informações em portais de transparência.	3,7	23,5	31,6	34,6	6,6
13. Pesquiso o histórico dos candidatos antes de decidir meu voto.	1,5	8,8	13,2	45,6	30,9
14. Se o político que votei é chamado de corrupto nas redes sociais, mas faz o que prometeu e ajuda a sociedade, tem chances de receber meu voto novamente.	13,2	27,2	29,4	25,0	5,1
15. Se o político que simpatizo (Exemplo: Empreendedor, que faz obras sociais ou que é transparente) têm seu nome em notícias de suspeitas de corrupção, acredito inicialmente que possam ser <i>fake news</i> .	6,6	32,4	35,3	22,1	3,7

Nota: 1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Concordo pouco; 4 = Concordo; 5 = Concordo totalmente.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

Quanto aos principais achados sobre as assertivas dos respondentes do grupo G2, é identificável a intolerância à corrupção por parte do eleitor desse grupo, pois mais de 80% demonstraram discordar em algum grau que preferem políticos corruptos e realizadores de obras, e aproximadamente 84% discordam em algum nível que a realização de obras é mais importante do que a honestidade do político. Apesar de positivo para o enfrentamento do problema, esses resultados de intolerância podem indicar, assim como Barros et al. (2019) evidenciaram, que é mais doloroso para as pessoas se acharem desonestas do que achar que os outros são, ou seja, o eleitor racional ou irracionalmente não consegue achar que é tolerante à corrupção.

Os participantes do G2 também se mostraram insatisfeitos com as instituições públicas, pois, aproximadamente 80% concordam, em determinado nível, que o problema da corrupção é sistêmico nessas instituições, o que corrobora com o levantamento feito pelo Datafolha (2019), que apresenta que os brasileiros não confiam nas instituições governamentais.

Contudo, as contradições quanto ao acesso aos portais de transparência e a decisão do voto estão presentes nos participantes do G2, visto que aproximadamente 58% concordam, de certo modo, que utilizam os portais de transparência para analisar informativos contábeis e financeiros, e 90% concordaram, em algum nível, que pesquisam o histórico do candidato. Porém, aproximadamente 73% concordaram, em algum nível, que decidem o voto com base na eficiência do gestor, e não, em informações em portais de transparência.

Esses paradoxos do comportamento eleitoral também são apresentados nas assertivas de cunho psicológico, em que cerca de 60% apresentam dissonância cognitiva, ao concordarem, em certo grau, que votariam novamente em um político que promete ajudar a sociedade, mas que é chamado de corrupto nas redes sociais. O viés de confirmação é encontrado em 61% dos eleitores desse grupo, que concordaram, em algum nível, que as suspeitas de corrupção sobre o político que simpatizam possam ser, inicialmente, *fake news*. Esses resultados ratificam os apontamentos de Braga (2018), ao apresentar o viés de confirmação como um possível abrigo que sustenta as *fake news*, que evita as dissonâncias cognitivas que não assimilam as notícias falsas.

Na Tabela 9, a seguir, são apresentados os resultados em níveis de discordância ou concordância em Likert, das percepções dos participantes do último grupo, o G3, quanto à influência dos fatores EG e FI na TCP.

Tabela 9 - Percepção do G3 quanto aos fatores de influência na TCP, por assertiva

Assertiva	Escala Likert (%)				
	1	2	3	4	5
1. Já votei para que um político fosse reeleito por realizar uma gestão eficiente e satisfatória, mesmo com suspeita de corrupção política.	43,7	19,2	21,2	15,2	0,7
2. Sendo empreendedor e ajudando o povo, o político com suspeita de corrupção poderia ser reeleito.	45,0	30,5	13,9	8,6	2,0
3. Prefiro um político que realize as obras que prometeu mesmo que seja corrupto.	49,7	33,1	11,3	4,6	1,3
4. Um bom político se conhece por suas obras, não por sua honestidade.	57,0	27,2	11,3	2,6	2,0
5. Acredito que todo político é corrupto.	17,9	32,5	27,2	15,9	6,6
6. O problema da corrupção política é sistêmico nas Instituições Públicas.	4,0	11,3	23,2	47,0	14,6
7. Meu voto não é capaz de mudar a corrupção na política.	31,8	40,4	15,9	7,9	4,0
8. Tenho dificuldades de compreensão dos relatórios contábeis e financeiros do setor público, são técnicos e complexos, por isso o acesso aos portais de transparência não altera o meu voto.	15,2	41,1	21,9	17,2	4,6

9. Mesmo sendo corrupto e aumentando muito a dívida pública, reelegeria um político que faz obras e promove programas sociais.	48,3	35,8	10,6	3,3	2,0
10. Acredito que a burocracia e os controles excessivos do Setor Público, alimentam a corrupção política.	21,9	31,1	21,2	19,2	6,6
11. Uso os portais de transparência para analisar as informações contábeis e financeiras da gestão dos políticos antes de decidir meu voto.	14,6	23,8	31,1	24,5	6,0
12. Decido meu voto pela eficiência do político (Exemplo: obras realizadas e programas sociais entregues), e não pelas informações em portais de transparência.	12,6	33,8	29,1	20,5	4,0
13. Pesquiso o histórico dos candidatos antes de decidir meu voto.	3,3	5,3	14,6	45,0	31,8
14. Se o político que votei é chamado de corrupto nas redes sociais, mas faz o que prometeu e ajuda a sociedade, tem chances de receber meu voto novamente.	19,2	25,2	32,5	19,9	3,3
15. Se o político que simpatizo (Exemplo: Empreendedor, que faz obras sociais ou que é transparente) têm seu nome em notícias de suspeitas de corrupção, acredito inicialmente que possam ser <i>fake news</i> .	13,9	34,4	33,1	17,2	1,3

Nota: 1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Concordo pouco; 4 = Concordo; 5 = Concordo totalmente.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

De modo geral, dentre os principais resultados das percepções dos participantes do G3, aproximadamente 83% discordam, em algum grau, de que preferem políticos corruptos, mas que realizam as obras prometidas, e 57% discordam totalmente que o bom político se conhece por suas obras, e não, por sua honestidade.

Esse nível ainda mais elevado de intolerância à corrupção política pode ter sido motivado pela apresentação inicial ao cenário 3, com o político “Rouba, mas faz”. Isso pode ter implicado no participante mais aversão a questões de corrupção política. Esses resultados são similares aos encontrados Bonifácio (2013) e Winters e Weitz-Shapiro (2013), que evidenciaram uma rejeição à ideia de “rouba, mas faz”.

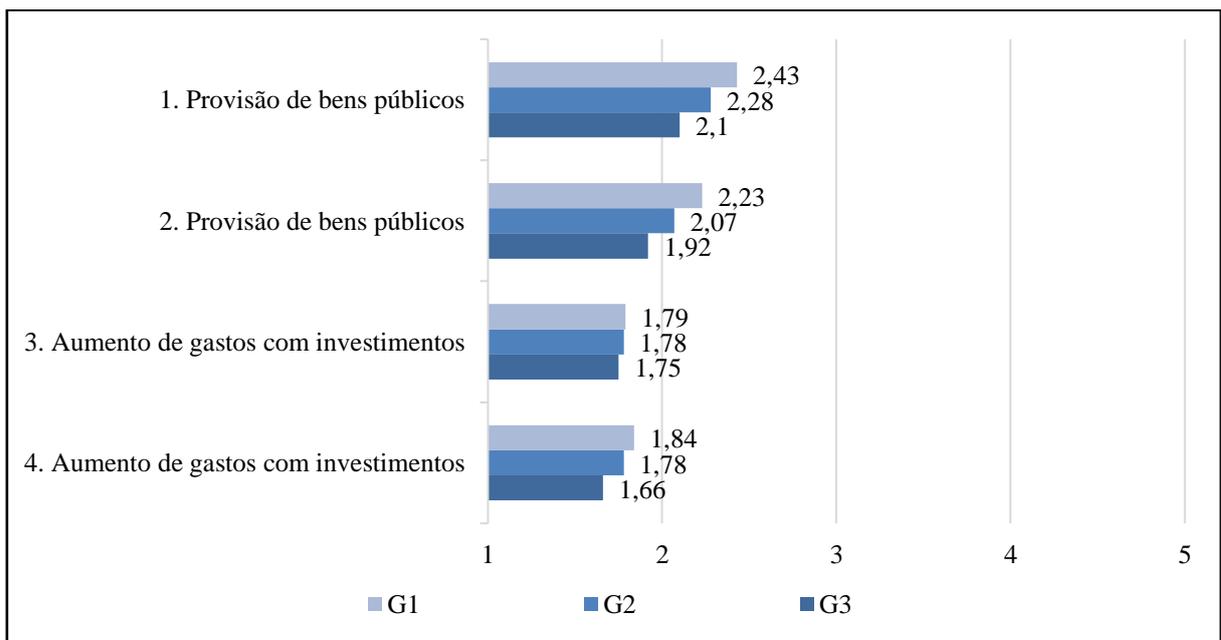
No entanto, aproximadamente 85% desse grupo de eleitores demonstrou concordar, em algum nível, que o problema da corrupção política parece ser sistêmico nas Instituições públicas. Cerca de 72% acreditam, em algum nível, que o seu voto é capaz de mudar a corrupção na política, e 91% afirmaram em certo nível, que pesquisam o histórico do candidato antes de decidir o voto.

Com base nesses resultados, os participantes do G3 podem ser considerados como os mais informados, que possibilitam ser mais sofisticados (CASTRO, 1994) e conseqüentemente, conforme Downs (1957), conseguem ampliar a sua racionalidade e aumentar os benefícios da

sua escolha rejeitando uma opção ruim (político corrupto). Contudo, tal característica desse grupo pode ter sido potencializada por questões comportamentais cognitivas do eleitor que visualizou o cenário com o político “Rouba, mas faz”.

Para compreender a percepção dos participantes de todos os grupos sobre a relação dos fatores EG e FI na TCP, são apresentados gráficos que demonstram, por fator, as médias ponderadas de cada assertiva e a variável independente. O Gráfico 2 demonstra os resultados do fator EG.

Gráfico 2 - Média das assertivas do fator EG, por grupo



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

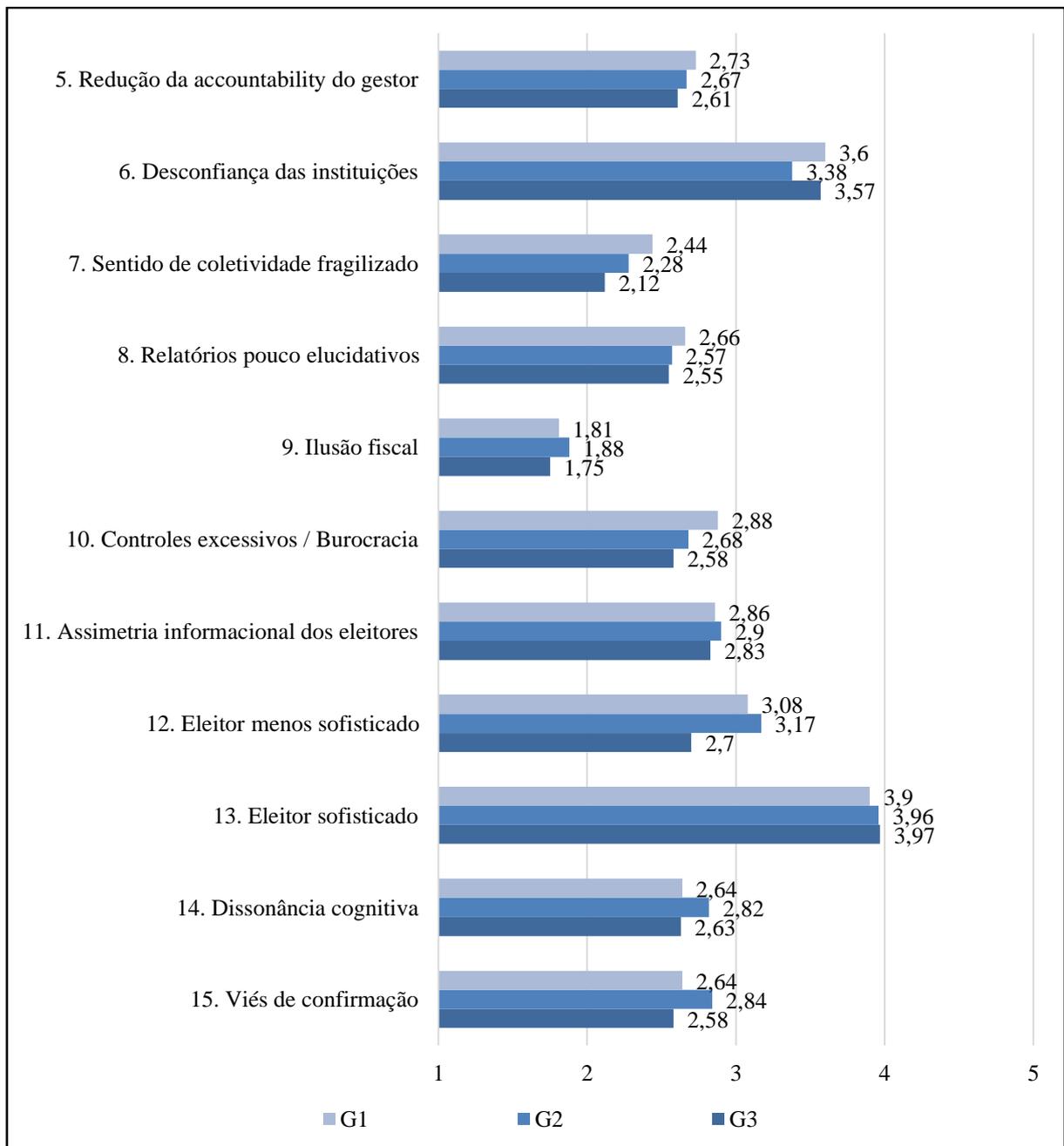
De acordo com o Gráfico 2, as respostas das assertivas do fator EG apresentaram médias maiores no G1, e os participantes do G3 apresentaram as respostas com as percepções mais discordantes. Esses resultados podem ser explicados pelo impacto que os cenários, com situações simuladas, podem ter causado na percepção do respondente.

Assim, ao analisar a tolerância dos eleitores do G1 à corrupção política, desde que acompanhada de ações empreendedoras do gestor, as motivações podem ser diversas, quando se mescla teoria e prática, porque, na teoria o eleitor pode ser racionalmente motivado a tolerar a corrupção desde que tenha a vantagem desejada. Exemplo disso é um eleitor utilitarista que, ao receber uma nova obra de infraestrutura, em sua localidade, do gestor candidato à reeleição, vota neste último mesmo que seja corrupto. Sob o ponto de vista da irracionalidade, o eleitor

pode considerar mais relevantes as ações empreendedoras do gestor e relativizar a existência ou não de suspeitas de corrupção política.

Quanto às percepções de todos os grupos sobre a relação do fator FI na TCP, o Gráfico 3 demonstra a média ponderada de cada assertiva e variável independente.

Gráfico 3 - Média das assertivas do fator FI, por grupo



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

Como demonstrado no Gráfico 3, os participantes do G2 apresentaram percepções mais concordantes quanto às variáveis sobre o eleitor menos sofisticado (3,17), dissonância cognitiva

(2,82) e viés de confirmação (2,84), e os participantes do G3 demonstraram média superior aos demais grupos quando relacionada à variável que filtrou a percepção de eleitor sofisticado. Tais resultados do G3 podem ter implicações alinhadas ao que Castro (1994) descreve como aspecto de sofisticação política, que o voto desse perfil poderia ser orientado por opiniões sobre questões diversas e por preferências baseadas em uma visão informada.

Conforme o exposto nos Gráficos 2 e 3, os respondentes do G1 se comportaram como mais concordantes com as variáveis de TCP, ou seja, os eleitores desse grupo podem ser considerados irracionais (SHIKIDA et al., 2019), por motivos diversos, desde a manutenção de crenças iniciais, por não acreditarem que seu voto seja importante, pela justificativa de não terem tempo suficiente para se informar, ou porque não querem se informar.

Para avaliar se as diferenças nas médias são significantes, foi efetuado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, sobre as variáveis independentes dos fatores EG e FI na TCP. A Tabela 10 demonstra os resultados dos grupos para as variáveis do fator EG.

Tabela 10 - Teste Kruskal-Wallis das variáveis independentes do fator EG

A	(Fator) Variável independente	G1		G2		G3		Kruskal-Wallis
		Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	
1	(EG) Provisão de bens públicos	2,43	1,182	2,28	1,191	2,10	1,147	0,043
2		2,23	1,170	2,07	1,104	1,92	1,055	NS
3	(EG) Aumento de gastos com investimento	1,79	0,914	1,78	0,964	1,75	0,925	NS
4		1,84	0,937	1,78	0,916	1,66	0,924	NS

Nota: A = Assertiva; EG = Empreendedorismo do gestor; FI = Falhas informacionais; NS = Não significante.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

Conforme os resultados da Tabela 10, apenas a assertiva 1 apresentou diferença de média significativa estatisticamente (0,043) entre os três grupos. Esse resultado demonstra que, dentre os grupos da pesquisa, os eleitores do G1 apresentados ao político “Nem rouba, nem faz” tendem a ser mais tolerantes à corrupção política, quando há contrapartida da provisão de bens públicos, visto que apresentam o maior nível de concordância em já ter votado para que um político fosse reeleito por realizar uma gestão eficiente, mesmo com suspeita de corrupção.

As implicações desse resultado podem estar relacionadas a aspectos da cegueira ética (PALAZZO et al., 2012), pois os eleitores que foram apresentados ao perfil político não corrupto, G1, evidenciaram os maiores níveis de concordância ao fator EG como TCP. Ou seja, quando o perfil político é considerado como corrupto, o eleitor se mostra avesso à corrupção,

mas quando o perfil político não apresenta característica corrupta, o eleitor, cego eticamente, sugere certa margem de TCP, e a sua força democrática no voto é reduzida ao agir sem responsabilidade ética.

Além disso, é possível relacionar esse comportamento tolerante do eleitor à corrupção política com os três aspectos da cegueira ética (PALAZZO et al., 2012): supondo que as pessoas se desviam dos próprios valores, ao reeleger um político corrupto; em um estado temporário, no momento do voto em que a decisão vai depender do contexto vivido pelo eleitor; e inconsciência, pois o mesmo eleitor que reelege o político corrupto, não se vê como tolerante à corrupção política.

Seguindo as análises entre os três grupos, a Tabela 11 apresenta os resultados das médias, desvio padrão e o teste de Kruskal-Wallis das percepções dos eleitores captadas como variáveis independentes do fator FI em todos os grupos.

Tabela 11 - Teste Kruskal-Wallis das variáveis independentes do fator FI

A	(Fator) Variável independente	G1		G2		G3		Kruskal-Wallis
		Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	
5	(FI) Redução da <i>accountability</i> do gestor	2,73	1,184	2,67	1,205	2,61	1,149	NS
6	(FI) Desconfiança das instituições	3,60	1,112	3,38	1,108	3,57	1,003	NS
7	(FI) Sentido de coletividade fragilizado	2,44	1,210	2,28	1,093	2,12	1,070	NS
8	(FI) Relatórios pouco elucidativos	2,66	1,098	2,57	1,008	2,55	1,087	NS
9	(FI) Ilusão fiscal	1,81	0,886	1,88	0,989	1,75	0,918	NS
10	(FI) Controles excessivos / Burocracia	2,88	1,190	2,68	1,153	2,58	1,213	NS
11	(FI) Assimetria informacional dos eleitores	2,86	1,129	2,90	1,070	2,83	1,134	NS
12	(FI) Eleitor menos sofisticado	3,08	0,956	3,17	0,985	2,70	1,058	0,000
13	(FI) Eleitor sofisticado	3,90	0,884	3,96	0,965	3,97	0,989	NS
14	(FI) Dissonância cognitiva	2,64	1,028	2,82	1,110	2,63	1,105	NS
15	(FI) Viés de confirmação	2,73	1,184	2,67	1,205	2,61	1,149	NS

Nota: A = Assertiva; EG = Empreendedorismo do gestor; FI = Falhas informacionais; NS = Não significante.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

De acordo com os resultados evidenciados, apenas a assertiva 12 apresentou diferença de médias estatisticamente significativa (0,000). Isso indica que os eleitores do G2 apresentados ao político “Rouba pouco, faz pouco”, por conta da maior média (3,17), tendem a ser mais tolerantes à corrupção política, pois decidem o voto mais pela eficiência do político (exemplo: obras realizadas) do que por informações de portais de transparência, em relação aos demais grupos (G1 e G3).

Um dos motivos para os eleitores não se informarem adequadamente sobre o político e a gestão pública é a irracionalidade pelo fator emocional e afetivo envolvido (BARROS et al., 2012), pois o eleitor deixa de se informar, não acessa portais de transparência e pode tolerar a corrupção por motivos de eficiência na gestão. Essa implicação corrobora os apontamentos feitos no estudo de Castro (1994), que evidenciou que especialmente o eleitorado de menor posição social tende a votar no candidato com imagem de defensor dos interesses do povo.

Como em ambos os construtos (EG e FI), descritos na pesquisa como fatores de tolerância à corrupção política, existiram variáveis que apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, a Tabela 12 apresenta os testes *post-hoc* dos três grupos.

Tabela 12 - Comparações Post-hoc, das variáveis significantes do teste Kruskal-Wallis

A	(Fator) Variável independente	G1 – G2		G1 – G3		G2 – G3	
		<i>Std. Test</i>	<i>Adj.</i>	<i>Std. Test</i>	<i>Adj.</i>	<i>Std. Test</i>	<i>Adj.</i>
		<i>Statistic</i>	<i>p-value</i>	<i>Statistic</i>	<i>p-value</i>	<i>Statistic</i>	<i>p-value</i>
1	(EG) Provisão de bens públicos	1,147	0,754	2,505	0,037	1,285	0,597
12	(FI) Eleitor menos sofisticado	-0,646	1,000	3,341	0,003	3,879	0,000

Nota: A = Assertiva; EG = Empreendedorismo do gestor; FI = Falhas informacionais.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

Sobre as comparações pelo teste *post-hoc* dos três grupos, foi confirmada a significância estatística entre as diferenças médias dos grupos com o *p-value* ajustado, do G1 com o G3 para a variável provisão de bens públicos do fator EG (0,037), e para a variável eleitor menos sofisticado do fator FI (0,003), confirmando que o G1 apresenta os eleitores com mais tendência a tolerar a corrupção política.

A comparação do G2 com o G3 apresentou significância estatística entre as diferenças médias e para variável eleitor menos sofisticado do fator FI (0,000), confirmando que os eleitores do G2 também tendem a ser mais tolerantes à corrupção política do que os do G3 e

decidem o voto mais pela eficiência do político do que por informações de portais de transparência.

Esses resultados implicam em possíveis questões cognitivas e irracionais no comportamento eleitoral, em que os cenários com perfis políticos distintos provocaram nos eleitores uma necessidade interna de não se sentirem responsáveis por perpetuar a corrupção. Sobre isso, Lord et al. (1979) asseveram que as pessoas tendem a interpretar evidências a fim de manter suas crenças iniciais, ou seja, o eleitor não se vê como tolerante à corrupção, por isso ao ser apresentado ao político corrupto, rejeita fortemente tal prática, mas quando apresentado ao político que não é corrupto, demonstra alguma margem de TCP.

Depois de verificar a existência de significâncias estatísticas principalmente entre o G1 e o G3, foi realizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney das médias atribuídas nesses dois grupos (G1 e G3) sobre as variáveis independentes dos fatores EG e FI na TCP. A Tabela 13 demonstra os resultados dos grupos para as variáveis do fator EG.

Tabela 13 - Teste Mann-Whitney dos grupos 1 e 3, das variáveis independentes do fator EG

A	(Fator) Variável independente	G1		G3		Mann-Whitney
		Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	
1	(EG) Provisão de bens públicos	2,43	1,182	2,10	1,147	0,012
2		2,23	1,170	1,92	1,055	0,015
3	(EG) Aumento de gastos com investimento	1,79	0,914	1,75	0,925	NS
4		1,84	0,937	1,66	0,924	0,030

Nota: A = Assertiva; EG = Empreendedorismo do gestor; NS = Não significante.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

De acordo com os resultados da Tabela 13, é possível afirmar que a provisão de bens públicos apresenta médias estatisticamente significantes, ou seja, os eleitores apresentados ao cenário com o político “Nem rouba, nem faz”, tendem a concordar mais com a provisão de bens acompanhada de corrupção política, do que os apresentados ao cenário do “Rouba, mas faz”. Esse resultado implica que os eleitores têm motivações para tolerar políticos corruptos.

A assertiva 4 também apresentou média estatisticamente significativa ao captar a variável aumento de gastos com investimento. Seus resultados evidenciaram que os eleitores apresentados ao político “Nem rouba, nem faz” tendem a ser mais tolerantes à corrupção política no caso de aumento de gastos com investimento do que os do político “Rouba, mas faz”.

Pode-se inferir que a apresentação de cenários diferentes teve efeito sobre a tolerância do eleitor à corrupção política, neste caso com a influência do fator EG, e como implicações, esses resultados demonstram que eleitores, que não percebem o político como corrupto (cenário 1 - “Nem rouba, nem faz”), o apoiarão baseados nas próprias crenças, almejando ser compensados com mais investimentos públicos. Isso corrobora os resultados de Pereira e Melo (2015), que afirmam que altos níveis de gastos públicos ajudam os políticos corruptos a terem mais chances de se reeleger.

Na Tabela 14, são apresentados os resultados das diferenças médias estatisticamente significantes com o teste Mann-Whitney nas assertivas que analisaram as variáveis independentes do fator FI dos grupos G1 e G3.

Tabela 14 - Teste Mann-Whitney dos grupos 1 e 3, das variáveis independentes do fator FI

A	(Fator) Variável independente	G1		G3		Mann-Whitney
		Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	
5	(FI) Redução da <i>accountability</i> do gestor	2,73	1,184	2,61	1,149	NS
6	(FI) Desconfiança das instituições	3,60	1,112	3,57	1,003	NS
7	(FI) Sentido de coletividade fragilizado	2,44	1,210	2,12	1,070	0,022
8	(FI) Relatórios pouco elucidativos	2,66	1,098	2,55	1,087	NS
9	(FI) Ilusão fiscal	1,81	0,886	1,75	0,918	NS
10	(FI) Controles excessivos / Burocracia	2,88	1,190	2,58	1,213	0,030
11	(FI) Assimetria informacional dos eleitores	2,86	1,129	2,83	1,134	NS
12	(FI) Eleitor menos sofisticado	3,08	0,956	2,70	1,058	0,001
13	(FI) Eleitor sofisticado	3,90	0,884	3,97	0,989	NS
14	(FI) Dissonância cognitiva	2,64	1,028	2,63	1,105	NS
15	(FI) Viés de confirmação	2,64	1,052	2,58	0,976	NS

Nota: A = Assertiva; FI = Falhas informacionais; NS = Não significativa.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

De modo geral, as médias têm variações relevantes, mas apenas três das onze variáveis do fator FI captadas pelas assertivas apresentam significância estatística: o sentido de coletividade fragilizado (0,022), os controles excessivos/burocracia (0,030) e o eleitor menos sofisticado (0,001).

Quanto ao sentido de coletividade fragilizado, que é tratado na assertiva 7, as médias estatisticamente significantes indicam que os eleitores apresentados ao político “Nem rouba, nem faz” tendem a ser mais tolerantes à corrupção política quando aceitam mais que seu voto

não é capaz de mudar a corrupção na política do que os eleitores apresentados ao político “Rouba, mas faz”. Esses resultados podem indicar as fragilidades das democracias representativas abordadas por Rothstein (2019), o que representa mais um obstáculo no enfrentamento do problema.

Sobre os controles excessivos/burocracia, da assertiva 10, a significância estatística das médias indica que os eleitores do G1 tendem a ser mais relacionados à TCP por acreditam mais que a burocracia e os controles excessivos do setor público alimentam a corrupção política do que os eleitores do G3. Esse resultado apresenta um reflexo da percepção do eleitor que pode estar ligado ao problema da desconfiança das instituições, abordado no estudo de Winters e Weitz-Shapiro (2013), que concluíram que os eleitores podem achar difícil avaliar informações institucionais confiáveis onde muitos políticos são corruptos.

Por fim, quanto à variável independente, que buscou captar aspectos do eleitor menos sofisticado, a assertiva 12, apresentou médias estatisticamente significantes indicando que os respondentes do G1 tendem a ser mais tolerantes à corrupção política por serem mais concordantes em decidir o voto pela eficiência do político, e não, por informações de portais de transparência, em relação aos respondentes do G3. Esse resultado pode descrever o eleitor do G1 como de baixa sofisticação. Segundo Radmann (2001), além dos elementos do ceticismo e personalismo, a baixa sofisticação é resultado da desinformação do eleitor.

4.3 ANÁLISE DO TAMANHO DO EFEITO

Como forma complementar aos testes de significância estatística, as estimativas de tamanho de efeito podem ser úteis para determinar a importância prática ou teórica de um efeito, e servem para analisar diferentes fatores ou o mesmo fator em diferentes circunstâncias. Na pesquisa, a finalidade da magnitude do efeito é de analisar a relação dos fatores EG e FI na TCP de forma comparativa entre os grupos expostos a diferentes cenários.

Assim, para analisar a magnitude do efeito, ou tamanho do efeito, foram realizados os testes do tipo *d* de Cohen a partir dos resultados dos testes não paramétricos de Mann-Whitney entre os grupos (FRITZ; MORRIS; RICHLER, 2012). Foram consideradas para o teste que as populações médias das amostras independentes apresentam um perfil similar, conforme apresentado na Tabela 3. E para interpretar dos tamanhos dos efeitos foi utilizado o estudo de Cohen (1988).

A Tabela 15 apresenta os resultados do teste de tamanho de efeito dos fatores EG e FI na TCP, relacionado à intenção dos eleitores de reelegerem determinado perfil político,

comparando os grupos, além de demonstrar duas estatísticas auxiliares, a *PS* de Grissom (1994) e o *UI* de Cohen (1988), que auxiliam a compreender as relações entre as distribuições comparadas.

Tabela 15 - Teste de tamanho de efeito, considerando a intenção de reeleição

Grupos	<i>d</i> de Cohen	<i>PS</i>	<i>UI</i>
G1 – G2	1,1	80%	62%
G1 – G3	1,5	86%	71%
G2 – G3	0,2	56%	15%

Nota: *PS* = Probabilidade de superioridade; *UI* = Grau de não sobreposição das distribuições.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

Conforme os resultados da Tabela 15, foram constatados tamanhos de efeito forte entre o G1 e o G2 (1,1), e o G1 e o G3 (1,5), ou seja, as variáveis tratadas nos cenários (vídeos), apresentaram um impacto relevante na intenção de reeleger os políticos.

Para esclarecer as comparações entre os grupos, a probabilidade de superioridade (*PS*) evidenciada entre o G1 e o G2 foi de 80%. Então, se compararmos os eleitores apresentados ao político do cenário 1 (“Nem rouba, nem faz”) com os apresentados ao político do cenário 2 (“Rouba pouco, faz pouco”), a intenção de reeleger o político do G1 será maior em 80% das comparações. Já o *UI* entre o G1 e o G2 foi de 62%, e isso significa que, das distribuições de intenção de reeleger dos políticos nos grupos G1 e G2, 62% não se sobrepõem, o que remete à significância estatística.

Quanto à comparação do G1 com o G3, a probabilidade de superioridade (*PS*) foi de 86%, indicando que a intenção do eleitor de reeleger o político do cenário 1 (“Nem rouba, nem faz”) seria mais alta em 86% comparado com a intenção de reeleger o político do cenário 3 (“Rouba, mas faz”). Na comparação entre o G1 e o G3, em relação ao grau de não sobreposição das distribuições foi constatado que 71% das distribuições de intenção de reeleição dos perfis políticos desses grupos não se sobrepõem.

Essas análises possibilitam compreender que os eleitores probabilisticamente não reelegeriam um político considerado como empreendedor e corrupto, ou seja, uma evidente rejeição à ideia do “rouba, mas faz”, assim como os resultados de Bonifácio (2013) e Pereira e Melo (2015). Outra evidência foi de que, aparentemente, os eleitores do G1 aceitariam reeleger um político que “não faz”, ou seja, que não provê os bens públicos, desde que não seja corrupto.

Também foi verificado o tamanho de efeito nos grupos G2 e G3 e diagnosticado um efeito fraco (0,20), com a probabilidade de superioridade (*PS*) de 56%. Isso significa que, na

comparação dos grupos a intenção de reeleger o político do G2 seria maior em 56% das comparações. O *UI* indicou que nas distribuições de intenção de reeleger, dentre os políticos dos grupos G2 e G3, apenas 15% não se sobrepõem.

Esse último resultado demonstra que na prática o eleitor poderá aceitar uma certa margem de corrupção dos governantes desde que existam contrapartidas, como a realização de ações empreendedoras na localidade, mesmo que a transparência pública ou *accountability* sejam comprometidas. O voto no político corrupto pode ser consciente, e o eleitor tolerante e eticamente cego relaxa os seus valores morais diante de possíveis benefícios.

Como o objetivo do teste de tamanho do efeito é permitir uma melhor interpretação e importância das descobertas da pesquisa (FRITZ; MORRIS; RICHLER, 2012), a Tabela 16 apresenta os resultados da magnitude do efeito para cada uma das assertivas nas comparações grupo a grupo, além de evidenciar a probabilidade de superioridade (*PS*) ao grupo com média mais alta.

Tabela 16 - Teste de tamanho de efeito, considerando as assertivas

A	(Fator) Variável Independente	G1 – G2		G1 – G3		G2 – G3	
		<i>d</i> de Cohen	<i>PS</i>	<i>d</i> de Cohen	<i>PS</i>	<i>d</i> de Cohen	<i>PS</i>
1	(EG) Provisão de bens públicos	0,1	53%	0,3	58%	0,1	53%
2		0,2	56%	0,2	56%	0,1	53%
3	(EG) Aumento de gastos com investimento	0,0	50%	0,0	50%	0,0	50%
4		0,0	50%	0,2	56%	0,2	56%
5	(FI) Redução da <i>accountability</i> do gestor	0,0	50%	0,0	50%	0,0	50%
6	(FI) Desconfiança das instituições	0,2	56%	0,0	50%	0,2	56%
7	(FI) Sentido de coletividade fragilizado	0,1	53%	0,2	56%	0,1	53%
8	(FI) Relatórios pouco elucidativos	0,0	50%	0,0	50%	0,0	50%
9	(FI) Ilusão fiscal	0,0	50%	0,0	50%	0,2	56%
10	(FI) Controles excessivos / Burocracia	0,1	53%	0,2	56%	0,2	56%
11	(FI) Assimetria informacional dos eleitores	0,0	50%	0,0	50%	0,0	50%
12	(FI) Eleitor menos sofisticado	0,0	50%	0,4	61%	0,5	64%
13	(FI) Eleitor sofisticado	0,1	53%	0,1	53%	0,0	50%
14	(FI) Dissonância cognitiva	0,1	53%	0,0	50%	0,1	53%

15	(FI) Viés de confirmação	0,1	53%	0,0	50%	0,2	56%
----	--------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Nota: A = Assertiva; EG = Empreendedorismo do gestor; FI = Falhas informacionais; PS = Probabilidade de superioridade.

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta dos dados.

Quanto aos tamanhos de efeitos dos fatores EG e FI na TCP, a Tabela 16 demonstra os resultados entre os grupos, captados nas assertivas. Na comparação entre G1 e G2, praticamente todas as assertivas foram consideradas como de efeito nulo (de 0,0 ou 0,1), e apenas as assertivas 2 e 6 demonstraram um tamanho de efeito fraco (0,2).

As implicações desses resultados, considerando a *PS*, evidenciam que na comparação entre eleitores apresentados ao político “Nem rouba, nem faz”, com os eleitores apresentados ao político “Rouba pouco, faz pouco”, a tolerância à corrupção por causa da provisão de bens públicos do G1 seria maior em 56% das comparações. No que diz respeito à desconfiança das instituições, os eleitores G1 seriam mais desconfiados do que os do G2 em 56% das comparações.

Sobre os tamanhos de efeitos nos fatores de TCP, nas comparações entre G1 e G3, destacam-se os efeitos fracos (0,2) nas assertivas 2, 4, 7 e 10, e os efeitos moderados nas assertivas 1 (0,3) e 12 (0,4), enquanto as demais assertivas apresentaram efeitos nulos. Ou seja, na comparação entre esses grupos, os impactos das variáveis foram mais importantes.

Assim, considerando a *PS*, é possível compreender que os eleitores do G1 serão 56% mais propensos a tolerar a corrupção política por causa da provisão de bens públicos, do aumento de gastos com investimentos, por se sentirem mais fragilizados coletivamente e por acreditarem mais que os controles excessivos e a burocracia alimentam a corrupção política.

Quanto aos tamanhos de efeito moderados, entre G1 e G3, os resultados da assertiva 1 indicaram, conforme a *PS*, que os eleitores do G1 são 58% mais propensos a votar em um político eficiente com suspeita de corrupção do que os eleitores do G3. Quanto à assertiva 12, em 61% das ocasiões, nas distribuições entre G1 e G3, um eleitor do G1 concordará mais que decide seu voto apenas pela eficiência do político, e não, pelas informações de portais de transparência.

Esses resultados denotam que, se compararmos os eleitores do G1 e do G3 escolhidos aleatoriamente, os do G1 seriam mais irracionais ou, talvez, eticamente cegos, dentre 58% a 61% das comparações. Conforme Pereira e Melo (2015), um motivo para essa menor sofisticação é o fato de o eleitor perceber, de forma direta, a provisão de bens e os investimentos

realizados, diferentemente dos delitos dos políticos, que são mais subjetivos e informados a partir de evidências indiretas, que requerem mais custos para o eleitor.

Também foram feitos testes de tamanho de efeito entre o G2 e o G3 e obtido efeito forte na assertiva 12 (0,5), indicando que o eleitor do G2 seria considerado o menos sofisticado em 64% das comparações. Quanto ao restante dos resultados dos tamanhos de efeito, foram fracos nas assertivas 4, 6, 9, 10 e 15 (0,2), e nulos, nas demais.

Sobre as assertivas com efeito fraco, o estudo revelou que o eleitor do G2 será mais tolerante à corrupção política do que o do G3, em 56% das comparações, quando houver aumento de gastos com investimento (4), por acreditar que o problema é sistêmico nas Instituições Públicas (6), por aceitar mais os problemas provocados pela ilusão fiscal (9), por acreditar que os controles excessivos e a burocracia alimentam a corrupção política (10) e por apresentarem um maior viés de confirmação (15).

Considerando todo o contexto, é importante entender que o modo como a corrupção foi tratada na pesquisa refere-se à sua percepção e não é uma medida direta, mas indireta, em que não cabe uma conclusão do fenômeno, apenas o destaque sobre determinado grupo. Contudo, a partir dos resultados das análises comparativas dos grupos, é possível afirmar que os fatores EG e FI podem se relacionar com a TCP, principalmente as variáveis independentes que tratam sobre a provisão de bens públicos e a sofisticação do eleitor.

Os achados do estudo podem ser creditados nas análises das respostas do questionário, quando comparadas por grupos que visualizaram diferentes cenários. As mudanças nas percepções dos respondentes estariam envolvidas em questões de cunho comportamental e suscitam para uma possível antinomia na decisão eleitoral, que representa a contradição em afirmações de não reeleição de políticos corruptos, mas de tolerância à corrupção política desde que existam benefícios para o eleitor ou que sejam explicadas por falhas informacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrupção é um tema que requer uma discussão ampla e que está em constante evidência no mundo, por envolver características multidisciplinares que possibilitam variadas abordagens de exame, porque os problemas causados por ela não são fáceis de solucionar, o que gera preocupações sociais. Esta pesquisa buscou contribuir com o tema trazendo construtos de natureza da Ciência Contábil atrelados a questões de natureza política e cognitiva.

O objetivo geral delimitado para este estudo foi de analisar como o empreendedorismo do gestor e as falhas informacionais se relacionam com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção política. Para tanto, por meio do desenho de um modelo conceitual foi criada uma estrutura para relacionar a tolerância à corrupção política (TCP) com os construtos denominados de Empreendedorismo do Gestor (EG) e Falhas Informacionais (FI). A base para esse modelo conceitual indutivo não partiu de teorias consolidadas, foi norteadada por revisão de literatura que constatou possíveis relações das variáveis envolvidas na pesquisa.

No que diz respeito aos níveis de intenção de reeleger o perfil político apresentado nos cenários (vídeos), os resultados evidenciaram uma ampla rejeição a políticos corruptos, mesmo com uma maior provisão de bens e investimentos públicos. É possível que a presença clara de FI, na falta de transparência e de *accountability*, também tenha pesado na decisão dos participantes. Mesmo assim, esses resultados estão em linha com outros estudos (WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013; BONIFÁCIO, 2013; PEREIRA; MELO, 2015), e ampliam a discussão ao demonstrar que os eleitores preferiram reeleger um político não empreendedor, mas transparente e responsável, a um empreendedor, mas corrupto.

Destaque também seja dado aos resultados encontrados nas respostas do G1, que remetem a possíveis contradições ou paradoxos do eleitor. No G1 os eleitores se mostraram contraditórios ao concordar, em parte, que já votaram em um político corrupto, mas acreditam ser capazes de mudar a corrupção política, ou seja, é questionável a ação de mudar o cenário de corrupção política e ao mesmo tempo votar em políticos corruptos. Essa contradição do eleitor remete a conflitos atrelados à cegueira ética (PALAZZO et al., 2012), em que os eleitores violam os próprios limites éticos e morais em certo período de tempo e de forma inconsciente.

Outra contradição do G1 foi o fato de concordar em usar portais de transparência para analisar informações contábeis e pesquisar o histórico do candidato, mas decidir o voto pelas obras entregues e pelos programas sociais realizados, e não, por informações em portais de transparência. Desse resultado, infere-se que esses eleitores apresentam vieses de irracionalidade (CAPLAN, 2011; SHIKIDA et al., 2019), como não compreenderem realmente

a importância do voto, a escassez de tempo ou desinteresse em se informar e mais apoio às crenças iniciais que fazem não arcar com os custos de se manter bem informado.

No G2, também foram evidenciadas algumas contradições, em que parte dos respondentes concordou que votaria novamente em um político que promete ajudar a sociedade, mesmo que seja chamado de corrupto nas redes sociais, e que as suspeitas de corrupção sobre o político com quem simpatizam podem ser consideradas como *fake news*. Tais resultados refletem que é necessária uma consistência interna dos eleitores, seja para evitar o mal-estar causado pela dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957) ou para manter o viés de confirmação de concepções existentes (LORD et al., 1979).

Quanto às comparações entre os grupos, foram constatados resultados estatisticamente significantes e tamanhos de efeitos moderados, entre o G1 e o G3. As respostas do questionário revelaram que o eleitor do G1 tende a tolerar mais a corrupção política do que o do G3.

Os principais resultados da pesquisa foram que o fator EG, especialmente no que diz respeito à variável independente provisão de bens públicos, e o fator FI, à variável independente eleitor menos sofisticado, relacionam-se com a tolerância do eleitor brasileiro à corrupção política. Esses resultados suscitam provocações de cunho teórico e reafirmam que, apesar das motivações utilitaristas dos políticos (DOWNS, 1957; BUCHANAN; TULLOCK, 1962) que potencializam a ocorrência de corrupção, o fenômeno não se perpetuaria sem a anuência do eleitor.

Sobre como o EG se relaciona com a TCP, é possível afirmar que o atendimento às necessidades do eleitor é uma forma de potencializar o julgamento enviesado pelos benefícios adquiridos e de reduzir a força de julgamentos éticos, em que esses conflitos internos podem ser provocados por dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957) ou cegueira ética (PALAZZO et al., 2012), e resultam na antinomia na decisão do eleitor (FILGUEIRAS, 2009), tratada como comum nas sociedades contemporâneas.

Enquanto que as FI se relacionam com a TCP possivelmente por causa da irracionalidade do eleitor (CAPLAN, 2011; SHIKIDA et al., 2019) desinformado e com crenças irracionais que o levariam a votar no candidato por causa da imagem que faz dele (CASTRO, 1994), por questões afetivas e emocionais (BARROS et al., 2012), ou por ceticismo e personalismo (RADMANN, 2001). As FI também podem se relacionar quando o eleitor não arca com os custos da informação. Em termos práticos, quando o eleitor não consegue compreender os relatórios contábeis disponíveis em portais de transparência ou nem se dá ao trabalho de procurar tão importante informação.

Os resultados do estudo ofereceram *insights* que ampliam as possibilidades de explicar os condicionantes do comportamento do eleitor tolerar a corrupção política, com suporte de vieses econômico e cognitivo, e se propõe a fomentar o debate sobre um tema atual e pertinente.

No que diz respeito às contribuições da pesquisa, destacam-se a proposição de um modelo conceitual, a inovação ao apresentar os cenários em vídeos como forma dinâmica e interativa para os participantes e a utilização de abordagens multidisciplinares que podem ampliar as discussões sobre o tema.

Quanto às limitações do estudo, ressaltam-se os problemas relacionados ao tratamento do tema corrupção, visto que não há uma forma direta de medir o fenômeno, a qual pode apresentar vieses interpretativos. Também se verificam limitações quanto às variáveis do modelo que captaram as percepções, que, apesar de não possibilitarem uma conclusão sobre o tema, podem destacar a visão de determinado grupo e, para certos temas, é tudo o que é possível.

Outras limitações podem ser as seguintes: não utilizar aspectos da teoria das comunicações, como influência da mídia e da dimensão dos relacionamentos interpessoais, que são muito importantes para as decisões político-eleitorais; e a amostra da pesquisa, que utilizou a comparação dos perfis de participantes dos grupos a partir dos dados coletados, para representar o perfil do eleitor brasileiro.

Os estudos futuros podem investigar os fatores compreendidos nesta pesquisa, ampliá-los com o auxílio do modelo conceitual usado, e também utilizar outras abordagens e procedimentos metodológicos, aumentar a amostra de forma que compreenda todo o perfil do eleitor nacional e possibilitar comparações mais sólidas.

REFERÊNCIAS

ABADE, Denise Neves. Derecho internacional anticorrupción en Brasil. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, p. 213-232, 2019.

ABRAMO, C. W. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. **Novos estudos CEBRAP**, n. 73, p. 33-37, 2005.

ALVES, D. G. A corrupção enquanto fenômeno social: elemento pernicioso nas estruturas estatais ou graxa sobre as rodas da economia?. **Revista de Doutrina e Jurisprudência**, 109(2), 159-172, 2018.

ANDREWS, C. W.; KOUZMIN, A. O discurso da nova administração pública. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 45, p. 97-129, 1998.

ANTUNES, Rui. Theoretical models of voting behaviour. **Exedra**, v. 4, p. 145-170, 2010.

ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS (ACFE), 2010. Fraud tree. Disponível em: <<https://www.acfe.com/fraud-tree.aspx>>, 2010. Acesso em 11 de outubro de 2020.

ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS (ACFE), 2020. Report to the nations on occupational fraud and abuse. Disponível em: <<https://acfepublic.s3-us-west-2.amazonaws.com/2020-Report-to-the-Nations.pdf>>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

AVRITZER, L. **Corrupção: ensaios e críticas**. (2ª Ed) Editora UFMG, 2012.

BACHTOLD, F. Aécio, Renan, Jader e mais 32 alvos da Lava Jato se elegem. **Folha de S.Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/aecio-renan-jader-e-mais-33-alvos-da-lava-jato-se-elegem.shtml>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2021.

BALÁN, M. Surviving Corruption in Brazil: Lula's and Dilma's Success Despite Corruption Allegations, and Its Consequences. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, p. 67-93, 2014.

BARROS, L.; GOLDSZMIDT, R.; PEREIRA, C. Why do voters choose corrupt candidates? The role of ideology on cognitive mechanisms. **International Journal of Public Opinion Research**, 2019.

BARROS, D. F; SAUERBRONN, J. F. R; AYROSA, E. A. T. Representações do eleitor: revendo teorias e propondo novos caminhos. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 477-491, 2012.

BECKER, G. S. Crime and punishment: An economic approach. In: **The economic dimensions of crime**. Palgrave Macmillan, London, p. 13-68, 1968.

BONIFÁCIO, R. A afeição dos cidadãos pelos políticos mal-afamados: identificando os perfis associados à aceitação do “rouba, mas faz” no Brasil. **Opinião Pública**, v. 19, n. 2, p. 320-345, 2013.

BORGES, A. Democracia vs. eficiência: a teoria da escolha pública. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 53, p. 159-179, 2001.

BRAGA, R. M. D. C. A indústria das fake news e o discurso de ódio. **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio: volume I**, 2018.

BRATSIK, P. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. **Revista Crítica Marxista**, n. 44, p. 21-42, 2017.

BROWNIE, C; BOOS, D. D. Type-I error robustness of anova and anova on ranks when the number of treatments is large. **Biometrics**, p. 542-549, 1994.

BUCHANAN, J. M. Politics without romance: A sketch of positive public choice theory and its normative implications. **The theory of public choice II**, 11-22, 1984.

BUCHANAN, J. M. Constitutional Economics. **Oxford: Basil Blackwell**, 1991.

BUCHANAN, J. M. The logical foundations of constitutional liberty. Vol. 1, **Indianapolis: Liberty Fund**, 1999.

BUCHANAN, J. M. Politics as Public Choice, in The Collected Works of James M. Vol. 13, **Indianapolis: Liberty Fund**, 2000.

BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. The calculus of consent. Vol. 3, **Ann Arbor: University of Michigan press**, 1962.

CALEMAN, S. M. Q; ZYLBERSZTAJN, D. Falhas organizacionais: tipologia, determinantes e proposta de modelo teórico. **Organizações & sociedade**, v. 20, n. 65, p. 261-282, 2013.

CAPLAN, B. **The Myth of the Rational Voter: Why Democracies Choose Bad Policies. New Edition**. Princeton University Press, 2011.

CARVALHO, G. Da contravenção à cleptocracia. **Sociologia da corrupção. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor**, 1987.

CASTRO, M. M. Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CASTRO, M. M. O comportamento eleitoral no Brasil: diagnóstico e interpretações. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 126-168, 1997.

CHARRON, N; LAPUENTE, V; ROTHSTEIN, B. **Quality of Government and Corruption Form a European Perspective: A Comparative Study of Good Governance in EU Regions**. Edward Elgar Publishing, 2013.

COELHO, G. G. R. **Impactos fiscais da participação eleitoral: um estudo sobre a adoção do cadastramento biométrico nos municípios brasileiros**. 2019, 86 f. Tese de Doutorado (Pós-graduação em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

COHEN, J. *Statistical power analysis for the behavioral sciences*, 2nd edn. Á/L. 1988.

COOPER, D.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Bookman, 2003.

COSTA NETO, J. A. 1 vídeo (2:24 min). Cenário 01. **Publicado pelo canal Pesquisa Corrupção Política**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3vwnNsLr87g&t=3s>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

COSTA NETO, J. A. 1 vídeo (2:24 min). Cenário 02. **Publicado pelo canal Pesquisa Corrupção Política**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bjcNZWGM0jw>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

COSTA NETO, J. A. 1 vídeo (2:24 min). Cenário 03. **Publicado pelo canal Pesquisa Corrupção Política**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pQT6Fn276o0>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

COTTA, L. C. V. **Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do “rouba, mas faz”**. 2008, 130 f. Tese de Doutorado (Pós-graduação em História Econômica). – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COUTO JUNIOR, E. B. **Abordagem não-paramétrica para cálculo do tamanho da amostra com base em questionários ou escalas de avaliação na área de saúde**. 2009, 138 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DALMORO, M; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista gestão organizacional**, v. 6, n. 3, 2013.

DAMACENA, C.; MROSS, J. B.; ANTONI, V. L. Atitudes, comportamentos e dissonância cognitiva: Um estudo do consumo sustentável de água. **Revista Espacios**, 38(7), 24-38, 2017.

DATAFOLHA. Opinião Pública. Forças Armadas têm maior grau de confiança entre instituições. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988221-forcas-armadas-tem-maior-grau-de-confianca-entre-instituicoes.shtml>>, 2019.

DOWNS, A. *An Economic Theory of Democracy* harper and row. **New York**, 1957.

DREHER, A.; GASSEBNER, M. Greasing the wheels? The impact of regulations and corruption on firm entry. **Public Choice**, v. 155, n. 3-4, p. 413-432, 2013.

FERRAZ, C.; FINAN, F. Exposing corrupt politicians: the effects of Brazil's publicly released audits on electoral outcomes. **The Quarterly journal of economics**, v. 123, n. 2, p. 703-745, 2008.

FESTINGER, L. *A Theory of Cognitive Dissonance*. **Stanford, CA: Stanford University Press**, 1957.

FIGUEIREDO, M. F. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.

FIGUEIREDO, M. Convite ao ‘Rouba, mas faz’. **Insight Inteligência**, 24-27, 2004.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, 15(2), 386-421, 2009.

FREDERICKSON, H. G.; SMITH, K. B.; LARIMER, C. W.; LICARI, M. **The public administration theory primer**. Westview Press, 2015.

FRITZ, C. O. ; MORRIS, P. E. ; RICHLER, J. J. Effect Size Estimates: Current Use, Calculations, and Interpretation. **Journal of experimental psychology: General** , v. 141, n. 1, 2012.

GARCIA, L. M.; TEODÓSIO, A. S. S. Análise de limites dos sistemas de contabilidade e controle para o enfrentamento do problema da corrupção sistêmica no Brasil: lições dos casos da Suécia e da Itália. **Revista de Administração Pública**, vol. 54, n. 1, p. 79-98, 2020.

GARLAND, R. **The mid-point on a rating scale: is it desirable?** Marketing Bulletin, v. 2, p. 66-70, 1991.

GRISSOM, R. J. Probability of the superior outcome of one treatment over another. **Journal of Applied Psychology**, v. 79, n. 2, p. 314, 1994.

GUY, R. F; NORVELL, M. **The neutral point on a Likert scale**. The Journal of Psychology, v. 95, p.199-204, 1977.

HABIBOV, N; FAN, L; AUCHYNNIKAVA, A. The Effects of Corruption on Satisfaction with Local and National Governments. Does Corruption ‘Grease the Wheels’?. **Europe-Asia Studies**, v. 71, n. 5, p. 736-752, 2019.

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. R.; ARICA, J. Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. **Produto & Produção**, v. 11, n. 2, 2010.

HUNTINGTON, S. P. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

IBGE. IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26956-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2019>>, 2020.

IPSOS PUBLIC AFFAIRS. WHAT WORRIES THE WORLD (May 2020). Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2020-06/what_worries_the_world_brazil_may2020.pdf>, 2020.

JANKÉLÉVITCH, V. **O Paradoxo da Moral**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

KATZAROVA, E. **The Social Construction of Global Corruption**. Political Corruption & Governance. Ed. Palgrave Macmillan, 2019.

KAUFMANN, D; KRAAY, A; MASTRUZZI, M. **Governance matters III: Governance indicators for 1996, 1998, 2000 and 2002**. The World Bank Economic Review, v. 18, n.2, 2004.

KLAŠNJA, M.; TUCKER, J. A. The economy, corruption, and the vote: Evidence from experiments in Sweden and Moldova. **Electoral Studies**, v. 32, n. 3, p. 536-543, 2013.

KLITIGAARD, R. **A Corrupção Sob Controle**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

KNOBLOCH-WESTERWICK, S.; MOTHESE, C.; POLAVIN, N. Confirmation bias, ingroup bias, and negativity bias in selective exposure to political information. **Communication Research**, v. 47, n. 1, p. 104-124, 2020.

KOMBO, D. K.; TROMP, L. A. Proposal and Thesis Writing: An Introduction. **Nairobi: Paulines Publications Africa**, 2009.

LANDIS, J. R.; KOCH, G. G. The measurement of observer agreement for categorical data. **Biometrics**, 1977.

LEFF, Nathaniel H. Economic development through bureaucratic corruption. **American behavioral scientist**, v. 8, n. 3, p. 8-14, 1964.

LIJPHART, A. Unequal participation: Democracy's unresolved dilemma presidential address, American Political Science Association, 1996. **American political science review**, v. 91, n. 1, p. 1-14, 1997.

LIMA, L. V. A.; RUFINO, M. A.; MACHADO, M. R. Criando dificuldades para vender facilidades: corrupção, burocracia e crescimento corporativo no Mercosul. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, p. 64-74, 2019.

LORD, C. G.; ROSS, L.; LEPPER, M. R. Biased assimilation and attitude polarization: The effects of prior theories on subsequently considered evidence. **Journal of personality and social psychology**, v. 37, n. 11, p. 2098, 1979.

MAHONEY, M; MAGEL, R. Estimation of the power of the Kruskal-Wallis test. **Biometrical Journal**, v. 38, n. 5, p. 613-630, 1996.

MARAGNO, L. M. D.; BORBA, J. A. Mapa conceitual da fraude: configuração teórica e empírica dos estudos internacionais e oportunidades de pesquisas futuras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 11, 2017.

MARAGNO, L. M. D.; KNUPP, P. S.; BORBA, J. A. Corrupção, lavagem de dinheiro e conluio no Brasil: evidências empíricas dos vínculos entre fraudadores e cofraudadores no caso Lava Jato. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, p. 5-18, 2019.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. Volume I, São Paulo: Atlas, 1996.

MÉON, P.; WEILL, L. Is corruption an efficient grease?. **World development**, v. 38, n. 3, p. 244-259, 2010.

MIRANDA, F. L. Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. **Revista Brasileira de ciência política**, n. 25, 2018.

MOISÉS, J. Á. A corrupção afeta a qualidade da democracia?. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**: ano 2, n. 5 (maio), 2010.

MOISÉS, J. Á. Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas. **São Paulo: Edusp**, 2010.

MUELLER, D. Public Choice II. A Revised Edition of Public Choice, 1989. **Cambridge University Press**, v. 1, p. 1-39, 1997.

MUGENDA, O; MUGENDA, A. Research methods: quantitative and qualitative approaches. (1st ed.). **Nairobi: African Centre for Technology Studies (ACTS)**, 2003.

MULLAINATHAN, S; WASHINGTON, E. L. Sticking with Your Vote: Cognitive Dissonance and Voting. **Yale Economic Applications and Policy Discussion Paper**, n. 14, 2007.

NEVES, A. C.; DINIZ, J. A.; MARTINS, V. G. Determinantes socioeconômicos da transparência fiscal. In: **XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade**. 2015.

NICOLAU, J. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 311-325, 2014.

NISKANEN, W. A. **Bureaucracy and representative government**. Transaction Publishers, 1971.

NYE, J. S. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. **American Political Science Review**. v. 61, n. 2, pág. 417-427, 1967.

OLIVEIRA, I. C. V. A teoria da escolha racional e o comportamento eleitoral neopentecostal. **Pensamento Plural**, n. 10, p. 101-117, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, T. M; COSTA, F. J. L; MENDES, A. P. Perspectivas teóricas da corrupção no campo da administração pública brasileira: características, limites e alternativas. **Revista do Serviço Público**, v. 67, p. 111-138, 2016.

PALAZZO, G; KRINGS, F; HOFFRAGE, U. Ethical blindness. **Journal of business ethics**, v. 109, n. 3, p. 323-338, 2012.

PEREIRA, C.; MELO, M. A. Reelecting corrupt incumbents in exchange for public goods: Rouba mas faz in Brazil. **Latin American Research Review**, p. 88-115, 2015.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L.; SAMUELS, D. Corruption, campaign finance, and reelection. **Corruption and democracy in Brazil: The struggle for accountability**, p. 80-99, 2011.

PETRUCELLI, J. R. **Detecting fraud in organizations: Techniques, tools, and resources.** John Wiley & Sons, 2012.

PETRUCELLI, J. R.; PETERS, J. R. **Preventing fraud and mismanagement in government: Systems and structures.** John Wiley & Sons, 2017.

PRZEWORSKI, A.; BARDHAN, P. K.; KOLARSKA-BOBIŃSKA, L.; PEREIRA, L. C. B.; WIATR, J. J.; BRUSZT, L. **Sustainable democracy.** Cambridge University Press, 1995.

RADMANN, E. R. O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

RENNÓ, L. R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 260-282, 2007.

ROTHSTEIN, B. Anti Corruption: a Big Bang Theory. Gotemburgo: **QoG Working Paper Series**, 2009.

ROTHSTEIN, B. Epistemic democracy and the quality of government. **European Politics and Society**, v. 20, n. 1, p. 16-31, 2019.

SANTOS, M. F.; GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES FILHO, C.; COSTA, D. R. Como o povo decide seu voto?: Um estudo de caso do comportamento do eleitor. **RECADM**, v. 12, n. 2, p. 233-245, 2013.

SCHILLING, F. **Corrupção intolerável? As comissões parlamentares de inquérito e a luta contra a corrupção no Brasil (1980-1992).** Tese de Doutorado. Tese de Sociologia. São Paulo, USP, 1997.

SEGURA-MUÑOZ, S. I; TAKAYANAGUI, A. M. M; SANTOS, C. B; SANCHEZ-SWEATMAN, O. Revisão sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde. In: **Proceedings of the 8. Brazilian Nursing Communication Symposium.** 2002.

SHAW, J. S. Public Choice Theory. **Concise Encyclopedia of Economics**, 2005.

SHIKIDA, C; ARAUJO JR, A. F; VASCONCELOS, A. M. O mito do eleitor racional brasileiro: você vota irracionalmente?. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 16, n. 2, 2019.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.** Edusp, 1999.

SOARES, G. A. D. Em busca da racionalidade perdida: alguns determinantes do voto no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 05-23, 2000.

SVENSSON, J. Eight questions about corruption. **Journal of economic perspectives**, v. 19, n. 3, p. 19-42, 2005.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. Achados e Pedidos. Quase metade dos principais órgãos públicos brasileiros descumprem a Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Relat%C3%B3rio_LAI_16022018.pdf>, 2017.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Barômetro Global da Corrupção: América Latina e Caribe. Opiniões e Experiências dos Cidadãos Relacionadas à Corrupção. Disponível em: <<https://barometro.transparenciainternacional.org.br>>, 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Estatísticas do eleitorado. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>>, 2020.

WINTERS, M. S.; WEITZ-SHAPIRO, R. Lacking information or condoning corruption: When do voters support corrupt politicians?. **Comparative Politics**, v. 45, n. 4, p. 418-436, 2013.

WINTERS, M.; WEITZ-SHAPIRO, R. “Rouba, mas faz” or not? Exploring voter attitudes toward corruption in Brazil. In: **Trabalho apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association**, Washington DC, 2010.

ZAFFARONI, E. R. La corrupción; su perspectiva latinoamericana. **Criminologia crítica**. Belém, Edições Cejup, 1990.

ZALLER, J. R. **The nature and origins of mass opinion**. Cambridge university press, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro Conceitual

Periódico	Estrato	Título	Referências
<i>Journal of personality and social psychology</i>	A1	<i>Biased assimilation and attitude polarization: The effects of prior theories on subsequently considered evidence</i>	LORD ET AL., 1979
<i>The Quarterly Journal of Economics</i>	A1	<i>Exposing Corrupt Politicians: The Effects Of Brazil's Publicly Released Audits On Electoral Outcomes</i>	FERRAZ & FINAN, 2008
<i>Comparative Politics</i>	A1	<i>Lacking Information or Condoning Corruption - When Do Voters Support Corrupt Politicians?</i>	WINTERS & WEITZ-SHAPIRO, 2013
<i>Latin America Research Review</i>	A1	<i>Reelecting corrupt incumbents in exchange for public goods - Rouba mas faz in Brazil</i>	PEREIRA & MELO, 2015
Revista de Sociologia e Política	A1	Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: diagnóstico e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política	BONIFÁCIO & FUKS, 2016
Revista de Contabilidade e Organizações	A2	Criando dificuldades para vender facilidades: corrupção, burocracia e crescimento corporativo no Mercosul	LIMA ET AL., 2019
Revista de Administração Pública	A2	Análise de limites dos sistemas de contabilidade e controle para o enfrentamento do problema da corrupção sistêmica no Brasil: lições dos casos da Suécia e da Itália	GARCIA & TEODÓSIO, 2020
<i>Journal of Politics in Latin America</i>	B1	<i>Surviving Corruption in Brazil: Lula's and Dilma's Success Despite Corruption Allegations, and Its Consequences</i>	BALÁN, 2014
Opinião Pública	B1	A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social.	FILGUEIRAS, 2009
		A afeição dos cidadãos pelos políticos mal-afamados: identificando os perfis associados à aceitação do “rouba, mas faz” no Brasil	BONIFÁCIO, 2013
Revista Brasileira de Ciência Política	B1	Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas	MOISÉS, 2010
<i>Transaction Publishers</i>	NE	<i>Bureaucracy and representative government</i>	NISKANEN, 1971

<i>Yale Economic Applications and Policy Discussion</i>	NE	<i>Sticking with your vote: Cognitive Dissonance voting</i>	MULLAINATHAN & WASHINGTON, 2007
<i>Internacional Journal of Public Opinion Research</i>	NE	<i>Why do voters choose corrupt candidates? The role of ideology on cognitive mechanisms</i>	BARROS ET AL., 2019

Nota: NE = Não encontrado.

APÊNDICE B – Modelagem dos Construtos

Fator	Item	O que Captar?	Variável Independente	Assertiva	Base Teórica	
EG	1		Provisão de bens públicos	Já votei para que um político fosse reeleito por realizar uma gestão eficiente e satisfatória, mesmo com suspeita de corrupção política.	A expressão “rouba, mas faz” pode ser aplicada a muitos outros políticos do país, que seguem essencialmente a mesma política, ou seja, de incorrência em atos de corrupção, mas com realização de um governo entendido como satisfatório (BONIFÁCIO, 2013).	
	2			Sendo empreendedor e ajudando o povo, o político com suspeita de corrupção poderia ser reeleito.		
	3		Aumento de gastos com investimentos	Prefiro um político que realize as obras que prometeu mesmo que seja corrupto.		A expressão (“rouba, mas faz as coisas”) tornou-se familiar para estudiosos da política brasileira, pois entrelaça profundamente a corrupção e o empreendedorismo. Os políticos constroem a reputação de gerentes públicos eficientes enquanto acumulam riqueza privada por meio da corrupção (PEREIRA; MELO, 2015).
	4			Um bom político se conhece por suas obras, não por sua honestidade.		
FI	5	TCP	Redução da <i>accountability</i> do gestor	Acredito que todo político é corrupto.	O voto é um instrumento por excelência de responsabilização de governantes (<i>accountability</i>) à disposição dos cidadãos. (MOISÉS, 2010).	
	6		Desconfiança das instituições	O problema da corrupção política é sistêmico nas Instituições Públicas.	Em países onde muitos políticos são corruptos, como o Brasil, os eleitores podem achar difícil avaliar informações confiáveis sobre os candidatos (WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013).	
	7		Sentido de coletividade fragilizado	Meu voto não é capaz de mudar a corrupção na política.	A corrupção política no Brasil só reforça a desconfiança do cidadão nas instituições, em sociedades que apresentam um baixo nível de confiança interpessoal e profunda desigualdade social, se fragiliza o sentido da coletividade (GARCIA; TEODÓSIO, 2020).	
	8		Relatórios pouco elucidativos	Tenho dificuldades de compreensão dos relatórios contábeis e financeiros do setor público, são técnicos e complexos, por isso o acesso aos portais de transparência não altera o meu voto.	A falta de transparência pública dificulta o conhecimento da sociedade quanto a corrupção em andamento no governo (BALAN, 2014).	
	9		Ilusão fiscal	Mesmo sendo corrupto e aumentando muito a dívida pública, reelegeria um político que faz obras e promove programas sociais.		
	10		Controles excessivos / Burocracia	Acredito que a burocracia e os controles excessivos do Setor Público, alimentam a corrupção política.	É possível que a corrupção se alimente da burocracia (<i>Grease the wheel</i>), fazendo com que a criação de dificuldades burocráticas ocasione a demanda pela oferta de facilidades corruptas (LIMA et al., 2019).	
	11		Assimetria informacional dos eleitores	Uso os portais de transparência para analisar as informações contábeis e financeiras da gestão dos políticos antes de decidir meu voto.	Eleitores informados têm maior probabilidade de punir a corrupção do que os desinformados, e isso é apoiado teoricamente por Downs (1957), conforme Teoria da Escolha Racional, e com base em evidências do estudo de Ferraz e Finan (2008).	
	12		Eleitor menos sofisticado	Decido meu voto pela eficiência do político (Exemplo: obras realizadas e programas sociais entregues), e não pelas informações em portais de transparência.		
	13		Eleitor sofisticado	Pesquise o histórico dos candidatos antes de decidir meu voto.		
	14		Dissonância cognitiva	Se o político que votei é chamado de corrupto nas redes sociais, mas faz o que prometeu e		Teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1957), esclarece que os indivíduos, quando

			ajuda a sociedade, tem chances de receber meu voto novamente.	passam por experiências conflitantes ao decidir alternativas, buscam informações para confirmar as decisões tomadas ou mudam suas atitudes para se conformarem com suas escolhas (MULLAINATHAN & WASHINGTON, 2007).
15		Viés de confirmação	Se o político que simpatizo (Exemplo: Empreendedor, que faz obras sociais ou que é transparente) têm seu nome em notícias de suspeitas de corrupção, acredito inicialmente que possam ser <i>fake news</i> .	As pessoas tendem a interpretar evidências a fim de manter suas crenças iniciais, por isso mesmo quando dispõe de dados completamente inconsistentes, aleatórios ou processados de maneira tendenciosa, as pessoas podem manter ou até mesmo reforçar as crenças preconcebidas (LORD ET AL., 1979).

APÊNDICE C – Cenários da Pesquisa

CENÁRIO 1 – Político “Nem rouba, nem faz”
<i>Cena 01: Ano de eleições; assista o vídeo e decida seu voto!;</i>
<i>Cena 02: Ano eleitoral; o gestor público atual é candidato à reeleição!;</i>
<i>Cena 03: As informações a seguir destacam alguns fatores importantes sobre a gestão atual!;</i>
<i>Cena 04: Empreendedorismo do gestor; transparência pública; Responsabilização (accountability); corrupção política;</i>
<i>Cena 05: Empreendedorismo; por conta da dívida pública muito alta!;</i>
<i>Cena 06: Empreendedorismo; o gestor tomou uma difícil decisão!; não vou empreender em nada novo...;</i>
<i>Cena 07: Sem novos contratos!;</i>
<i>Cena 08: Não houve provisão de bens públicos e investimentos na cidade...; zero programas sociais; zero reformas em escolas; zero construção de hospitais;</i>
<i>Cena 09: A população não gostou...; má ideia;</i>
<i>Cena 10: Transparência pública; o gestor realizou ações transparentes na gestão!; precisamos apresentar dados!;</i>
<i>Cena 11: Transparência pública; eficiência na transparência!;</i>
<i>Cena 12: Responsabilização do gestor (accountability); pelas ações da gestão, o tribunal de contas concluiu: contas aprovadas!;</i>
<i>Cena 13: Responsabilização do gestor (accountability); os relatórios técnicos/financeiros demonstraram: houve redução da dívida pública!;</i>
<i>Cena 14: Corrupção política; foram feitas buscas sobre suspeitas de corrupção...;</i>
<i>Cena 15: Durante toda gestão atual, não houve nenhum caso de corrupção!;</i>
<i>Cena 16: Ano eleitoral; lembrando os fatores para a decisão do voto;</i>
<i>Cena 17: Fatores determinantes; empreendedorismo 0%; transparência pública 100%; corrupção política 0%; responsabilização (accountability) 100%;</i>
<i>Cena 18: Esses foram os fatores mais importantes do atual gestor!; ele merece ser reeleito?</i>

CENÁRIO 2 – Político “Rouba pouco, faz pouco”

Cena 01: Ano de eleições; assista o vídeo e decida seu voto!;

Cena 02: Ano eleitoral; o gestor público atual é candidato à reeleição!;

Cena 03: As informações a seguir destacam alguns fatores importantes sobre a gestão atual!;

Cena 04: Empreendedorismo do gestor; transparência pública; Responsabilização (accountability); corrupção política;

Cena 05: Empreendedorismo; apesar da dívida pública muito alta!;

Cena 06: Empreendedorismo; o gestor tomou uma difícil decisão!; vou empreender! Farei poucas obras, mas farei...;

Cena 07: Poucos contratos novos!;

Cena 08: Houve pouca provisão de bens públicos e poucos investimentos na cidade...; 01 novo programa social; reforma simples no hospital; construção de 01 das 05 escolas prometidas;

Cena 09: Transparência pública; o gestor realizou ações transparentes na gestão!; precisamos apresentar só alguns dados!;

Cena 10: Transparência pública; houve pouca transparência!;

Cena 11: Responsabilização do gestor (accountability); pelas ações da gestão, o tribunal de contas concluiu: poucas contas aprovadas!;

Cena 12: A população não gostou...; má ideia;

Cena 13: Responsabilização do gestor (accountability); os relatórios técnicos/financeiros demonstraram: houve aumento da dívida pública!;

Cena 14: Corrupção política; foram feitas buscas sobre suspeitas de corrupção...;

Cena 15: Durante toda gestão atual, houveram algumas suspeitas de casos de corrupção!;

Cena 16: Ano eleitoral; lembrando os fatores para a decisão do voto!;

Cena 17: Fatores determinantes; empreendedorismo 25%; transparência pública 25%; corrupção política 25%; responsabilização (accountability) 25%;

Cena 18: Esses foram os fatores mais importantes do atual gestor!; ele merece ser reeleito?

CENÁRIO 3 – Político “Rouba, mas faz”

Cena 01: Ano de eleições; assista o vídeo e decida seu voto!;

Cena 02: Ano eleitoral; o gestor público atual é candidato à reeleição!;

Cena 03: As informações a seguir destacam alguns fatores importantes sobre a gestão atual!;

Cena 04: Empreendedorismo do gestor; transparência pública; Responsabilização (accountability); corrupção política;

Cena 05: Empreendedorismo; apesar da dívida pública muito alta!;

Cena 06: Empreendedorismo; o gestor tomou uma difícil decisão!; vou empreender! Farei muitas obras...;

Cena 07: Muitos contratos novos!;

Cena 08: Houve muita provisão de bens públicos e muitos investimentos na cidade...; grande reforma no hospital; vários programas sociais novos; construção de todas as escolas prometidas;

Cena 09: Transparência pública; o gestor não realizou ações transparentes na gestão!; não precisamos apresentar os dados!;

Cena 10: Transparência pública; não houve transparência!;

Cena 11: Responsabilização do gestor (accountability); pelas ações da gestão, o tribunal de contas concluiu: contas reprovadas!;

Cena 12: A população não gostou...; má ideia;

Cena 13: Responsabilização do gestor (accountability); os relatórios técnicos/financeiros demonstraram: houve grande aumento da dívida pública!;

Cena 14: Corrupção política; foram feitas buscas sobre suspeitas de corrupção...;

Cena 15: Durante toda gestão atual, houveram muitas suspeitas de casos de corrupção!;

Cena 16: Ano eleitoral; lembrando os fatores para a decisão do voto!;

Cena 17: Fatores determinantes; empreendedorismo 100%; transparência pública 0%; corrupção política 100%; responsabilização (accountability) 0%;

Cena 18: Esses foram os fatores mais importantes do atual gestor!; ele merece ser reeleito?

APÊNDICE D – *Survey* da Pesquisa

Prezado (a) participante,

Meu nome é João Antonio da Costa Neto, sou aluno do Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (PPGCC/UFPB), sob orientação da Prof^a Dr^a Rossana Guerra de Sousa, e estou desenvolvendo uma pesquisa acadêmica cujo objetivo é analisar, sob a percepção dos eleitores brasileiros, os fatores relacionados (Empreendedorismo e Falhas Informacionais) à Corrupção Política.

Solicitamos a sua colaboração para responder as perguntas voluntariamente, observando unicamente que o participante deva ser eleitor brasileiro ativo e apto a votar. Desta forma, asseguramos que as informações serão analisadas em conjunto, mantendo o sigilo e o anonimato das respostas. Informamos que essa pesquisa não oferece nenhum tipo de risco ou responsabilidades, e segue as definições da Resolução 510/2016 do CEP/CONEP.

Esclarecemos que a sua participação é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações solicitadas pelos pesquisadores. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa através dos e-mails:

João Antonio da Costa Neto: (joao_antonio_cn@hotmail.com)

Prof^a Dr^a Rossana Guerra de Sousa: (rossana.guerra@academico.ufpb.br)

Agradecemos a colaboração.

Você aceita participar da pesquisa?

Sim, aceito participar

Não aceito participar

Você é eleitor brasileiro ativo e apto a votar?

Sim

Não

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado (a) participante, a pesquisa está segmentada em 3 (três) partes:

*Cenário (Vídeo ilustrativo)

*Perfil do participante

*Questionário (Assertivas)

Sendo necessários aproximadamente 5 (cinco) minutos para responder completamente!

ESCOLHA DO CENÁRIO (VÍDEO ILUSTRATIVO)

INSTRUÇÕES

A seguir você deverá escolher uma das opções de cenário, e então será apresentado (a) a um vídeo ilustrativo contendo um cenário hipotético de eleições, onde são descritas características de um político que atuou na última gestão e é candidato à reeleição.

Após o término do vídeo emita sua opinião sobre o questionamento realizado.

Escolha uma das opções de cenário a seguir:



CENÁRIO 01 (VÍDEO ILUSTRATIVO)



01. Considerando que o personagem do vídeo é um candidato à reeleição, selecione a alternativa que melhor representa sua intenção de voto:

- () Não votaria com certeza
- () Improvável que vote
- () Pouco provável que vote
- () Provável que vote
- () Muito provável que vote

Votaria com certeza

CENÁRIO 02 (VÍDEO ILUSTRATIVO)



02. Considerando que o personagem do vídeo é um candidato à reeleição, selecione a alternativa que melhor representa sua intenção de voto:

- Não votaria com certeza
- Improvável que vote
- Pouco provável que vote
- Provável que vote
- Muito provável que vote
- Votaria com certeza

CENÁRIO 03 (VÍDEO ILUSTRATIVO)



03. Considerando que o personagem do vídeo é um candidato à reeleição, selecione a alternativa que melhor representa sua intenção de voto:

- Não votaria com certeza
- Improvável que vote
- Pouco provável que vote
- Provável que vote
- Muito provável que vote
- Votaria com certeza

PERFIL DO PARTICIPANTE**Gênero:**

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder
- Outro

Idade:

- Entre 16 e 30 anos
- Entre 31 e 50 anos
- Entre 51 e 70 anos
- Acima de 70 anos

Grau de instrução (marque a maior titulação obtida ou a que curso atualmente):

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

Unidade da Federação (UF) (marque onde vota):

- Acre
- Alagoas
- Amapá
- Amazonas
- Bahia
- Ceará
- Distrito Federal
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Minas Gerais
- Pará
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco
- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Norte
- Rio Grande do Sul
- Rondônia
- Roraima
- Santa Catarina
- Sergipe
- São Paulo
- Tocantins

Ocupação atual (empregatícia ou outra):

- Estudante
 Autônomo (a)
 Empresário (a)
 Servidor (a) Público (a)
 Servidor (a) da Iniciativa Privada
 Aposentado (a)
 Desempregado (a)
 Outro

Renda Mensal Individual

- Até R\$ 1.045,00 – Até 1 SM (Salário Mínimo)
 De R\$ 1.045,01 a R\$ 3.135,00 – De 1 a 3 SM
 De R\$ 3.135,01 a R\$ 5.225,00 – De 3 a 5 SM
 De R\$ 5.225,01 a R\$ 7.315,00 – De 5 a 7 SM
 De R\$ 7.315,01 a R\$ 10.450,00 – De 7 a 10 SM
 Não desejo informar

QUESTIONÁRIO (ASSERTIVAS)**INSTRUÇÕES**

Para cada uma das assertivas a seguir **selecione na escala o que melhor representa sua posição sobre o tema.**

*Observação: Caso esteja respondendo por um smartphone e não consiga visualizar todas as opções de resposta, favor girá-lo para posição horizontal.

Assertivas	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Totalmente
	1	2	3	4	5
1. Já votei para que um político fosse reeleito por realizar uma gestão eficiente e satisfatória, mesmo com suspeita de corrupção política.					
2. Sendo empreendedor e ajudando o povo, o político com suspeita de corrupção poderia ser reeleito.					
3. Prefiro um político que realize as obras que prometeu mesmo que seja corrupto.					
4. Um bom político se conhece por suas obras, não por sua honestidade.					
5. Acredito que todo político é corrupto.					
6. O problema da corrupção política é sistêmico nas Instituições Públicas.					
7. Meu voto não é capaz de mudar a corrupção na política.					
8. Tenho dificuldades de compreensão dos relatórios contábeis e financeiros do setor público, são técnicos e complexos, por isso o acesso aos portais de transparência não altera o meu voto.					
9. Mesmo sendo corrupto e aumentando muito a dívida pública, reelegeria um político que faz obras e promove programas sociais.					
10. Acredito que a burocracia e os controles excessivos do Setor Público, alimentam a corrupção política.					
11. Uso os portais de transparência para analisar as informações contábeis e financeiras da gestão dos políticos antes de decidir meu voto.					

12. Decido meu voto pela eficiência do político (Exemplo: obras realizadas e programas sociais entregues), e não pelas informações em portais de transparência.					
13. Pesquiso o histórico dos candidatos antes de decidir meu voto.					
14. Se o político que votei é chamado de corrupto nas redes sociais, mas faz o que prometeu e ajuda a sociedade, tem chances de receber meu voto novamente.					
15. Se o político que simpatizo (Exemplo: Empreendedor, que faz obras sociais ou que é transparente) têm seu nome em notícias de suspeitas de corrupção, acredito inicialmente que possam ser <i>fake news</i> .					